



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 06 de março de 2019.

Edição n. 2564

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos.....	2
Boletins.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....	2
Súmulas de Contratos.....	3
Editais.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....	20
-------------	----



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PROVIMENTO N. 10/2019 - PGJ

Declara hóspedes oficiais do Estado e dá outras providências.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 109, inciso I, da Constituição do Estado, o artigo 4.º, § 5.º, e o art. 25, inc. XX, ambos da Lei Estadual n. 7.669, de 17 de junho de 1982 e,

RESOLVE, tendo em vista o que consta no PR.01358.00006/2019-1, editar o seguinte PROVIMENTO:

Art. 1.º São declarados hóspedes oficiais do Estado, nos dias 22 e 23 de março de 2019, Matthias Klatt, Professor de Filosofia do Direito, Sociologia Jurídica e Política Jurídica na Universidade de Graz e Fausto Santos de Moraes - Doutor e mestre em Direito Público, que participarão da Palestra "**Legal Argumentation and the Rule of Law**", no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF, em Porto Alegre/RS, na qualidade de palestrantes.

Art. 2.º As despesas decorrentes da execução do presente Provimento dizem respeito à hospedagem e alimentação, e correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Art. 3.º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2019.

FABIANO DALLAZEN,
Procurador-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N. 072/2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR

- a Doutora TÂNIA MARIA SCHNEIDER CAVALINI, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, para oferecer denúncia contra Rubilar dos Santos Orcina, bem como para acompanhar os demais trâmites do processo, sem prejuízo da análise de cabimento de eventuais medidas despenalizadoras, com base no Inquérito Policial autuado judicialmente sob o n. 060/2.19.0000051-7, oriundo da 1ª Vara Judicial da Comarca de Panambi, e, no caso de suas férias, impedimentos ou ausências, seu substituto de escala que não estiver impedido (Port. 0572/2019).

REVOGAR

- a pedido e a contar de 06 de março de 2019, a Portaria n.

1613/2017, que designou o Promotor de Justiça MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA, ID n. 3425592, para exercer as funções de Promotor-Assessor (Port. 0638/2019).

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n. PR.00576.00129/2019-9, a pedido, o Dr. EVERTON LUÍS RESMINI MENESES, Promotor de Justiça de Entrância Intermediária, ID n. 3429296, do Quadro de Membros do Ministério Público, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005, observado o art. 7º da Emenda Constitucional n. 41/2003, artigo 8º, §§ 2º e 3º, da Emenda Constitucional n. 20/1998, e artigos 40, § 9º, e 201, § 9º, da Constituição Federal, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, em conformidade com a Lei n. 8.625/1993, e Leis Estaduais n.s 6.536/1973, 7.669/1982 e 12.911/2008 (Port. 0666/2019).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de março de 2019.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

BOLETIM N. 073/2019

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, FABIANO DALLAZEN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

PROMOVER

- por merecimento, para a entrância final, e CLASSIFICA para o cargo de 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, a Dra. GIANI POHLMANN SAAD, 2ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Cachoeira do Sul, de entrância intermediária, ID n. 3437876 (Edital 70/2018 - Port. 0567/2019).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de março de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,

Promotora-Assessora.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N. 074/2019

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR, nos termos do Provimento n. 50/2015 e de acordo com as Leis Estaduais n. 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 6 meses, a contar do dia 25/02/2019, FRANCIELE DUPONT, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 1019, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 0598/2019).

- pelo período de 6 meses, a contar do dia 21/02/2019, LUANA CAROLINA BONFADA, para desempenhar as



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n. 1020, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 0605/2019).

REVOGAR

- a contar do dia 18/02/2019, a Portaria n. 0931/2018, que designou STÉPHANO MARÇAL JAQUES, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 18/02/2019 (Port. 0606/2019).

- a contar do dia 08/07/2018, a Portaria n. 2172/2018, que designou LUCCAS LISBOA MELO VARGAS, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade "serviço voluntário cidadão", tendo em vista Termo de Distrato datado de 08/07/2018 (Port. 0632/2019).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de março de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

BOLETIM N. 075/2019

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

APOSENTAR

- no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo n. PR.00576.00048/2019-1, a pedido, a servidora efetiva MARISA GUARAGNI AYALA, Auxiliar de Enfermagem, classe "N", ID n. 3434079, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provedimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005, observado o artigo 7º da Emenda Constitucional n. 41/2003, artigos 40, § 9º, e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 158 da Lei Complementar n. 10.098/1994, devendo perceber, na inatividade, proventos mensais e integrais, incluindo 25% (vinte e cinco por cento) de Gratificação Adicional, conforme artigo 100, inciso VIII, e 45% (quarenta e cinco por cento), referentes a 9 (nove) Avanços Trienais, conforme artigo 99, todos da Lei Complementar n. 10.098/1994 (Port. 0386/2019).

REDUZIR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 06 de março de 2019, a carga horária da servidora ANDREA CANOVAS DE AMORIM, Assessora - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n. 3451127, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei n. 7.253/79 (PR.00785.00013/2013-5 - Port. 0552/2019).

REVOGAR

- a contar de 02 de março de 2019, a Portaria n. 0449/2019, que designou a servidora ALINE KUNZLER MAGNUS, Assistente de Procuradoria de Justiça, classe "O", ID n. 3366057, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35%, deste órgão, na forma do parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei n. 9.504/1992, com a redação dada pela Lei n. 14.415/2014 (Port. 0581/2019).

- a contar de 01 de março de 2019, a Portaria n. 3268/2017, que designou o servidor TIAGO SEGER, Adido – Polícia Civil, ID n. 2951886, para exercer a Função Gratificada de Assessor

de Segurança Institucional II, FG-07, deste Órgão (Port. 0639/2019).

- a contar de 01 de março de 2019, a Portaria n. 2822/2014, que designou o servidor ANEZIO RIBEIRO FILHO, Adido – Brigada Militar, ID n. 2691507, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste Órgão (Port. 0640/2019).

DESIGNAR

- para integrar o Projeto FAVO – Força-Tarefa de Ajuda Voluntária, o servidor RODRIGO MARQUES MACHADO, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n. 3451569, para auxiliar a Promotoria de Justiça de Santa Maria, duas vezes por semana, no período de 04 a 15 de março de 2019 (Port. 0503/2019).

- a contar de 01 de março de 2019, o servidor TIAGO SEGER, Adido – Polícia Civil, ID n. 2951886, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste Órgão (Port. 0641/2019).

- a contar de 01 de março de 2019, o servidor ANEZIO RIBEIRO FILHO, Adido – Brigada Militar, ID n. 2691507, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional II, FG-07, deste Órgão (Port. 0642/2019).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 1 (um) mês de licença-prêmio, não fruída, da servidora VANESA VALERIA ZURITA ARIZI, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n. 3445410, registrada no Boletim n. 513, publicado no DEMP de 06/11/2009, referente ao quinquênio de efetividade de 29/10/2004 a 27/10/2009, em conformidade com a Lei n. 10.098/94 (Requerido em 26/02/2019 – PR.01169.00003/2019-7 - Port. 0643/2019).

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 3 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora VANESA VALERIA ZURITA ARIZI, Assistente de Promotoria de Justiça, ID n. 3445410, registrada no Boletim n. 521, publicado no DEMP de 14/11/2014, referente ao quinquênio de efetividade de 28/10/2009 a 26/10/2014, em conformidade com a Lei n. 10.098/94 (Requerido em 26/02/2019 – PR.01169.00003/2019-7 - Port. 0644/2019).

PRORROGAR

- a Portaria n. 0479/2019, até 05 de março de 2019, a qual designou a servidora CRISTIANE SOARES JOSÉ, Assessora Especial II, ID n. 4231430, para exercer, em substituição, na forma de Cargo em Comissão, a Função Gratificada de Coordenador de Unidade, FG-10, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste Órgão, em virtude de Licença-saúde do titular, Luiz Afonso Alencastre Escosteguy (Port. 0651/2019).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de março de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE AQUISIÇÃO DE SOFTWARE
E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 013/2019
PROCEDIMENTO N. 01236.000.214/2018
PREGÃO ELETRÔNICO N. 008/2019**

CONTRATADA: INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA.; **OBJETO:** aquisição de Subscrição de Suporte técnico para o software Zimbra Network - Professional Edition, e consultoria técnica



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

especializada, abaixo elencados:

ITEM	SUB-ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UN	VALOR TOTAL (R\$)
01	01	Subscrição de Suporte técnico para o software Zimbra Network - Professional Edition, incluindo atualizações de versão, para 2500 Contas	02	Pacote	R\$ 254.000,00
01	02	consultoria técnica especializada para desenvolvimento de software aplicativo integrado ao Zimbra Network - Professional Edition	250	Hora	R\$ 35.000,00

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 289.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.35/3.3.90.40, Rubricas 3502 e 4007; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n. 13.191, de 30 de junho de 2009, Provimentos PGJ/RS n. 33/08, 47 /05 e 54/02, pela Lei Estadual n. 11.389/99.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de março de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCEDIMENTO N. 01236.000.214/2018**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal administrativo do contrato constante do processo em epígrafe, a servidora Isabel Lucchesi e, como substituto, o servidor Roni Martins Botelho ou Sanai Oliveira da Silva, e a fiscalização técnica, por meio do servidor Luis Carlos Totti e, como substituto, pelo servidor André Antônio Petersen Xavier.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de março de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 178/2017
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.217/2017**

CONTRATADA: DÍGITRO TECNOLOGIA S.A.; **OBJETO:** prorrogar a vigência do contrato, por 12 (doze) meses, a contar de 09 de março de 2019, consignar que o reajuste dar-se-á por apostilamento e alterar a cláusula décima segunda do contrato, passando à seguinte redação: 9.1 A gestão do contrato ficará a cargo da Unidade de Gestão de Contratos do **CONTRATANTE**, localizada nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n. 106, Centro, 20º andar, telefone n. (51) 3295-8240, email contratos@mprs.mp.rs. 9.2 A designação do

fiscal e de seu substituto será determinada por meio de termo de designação, a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul". **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 8.666 /93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de março de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL
 PROCEDIMENTO N. 02405.000.217/2017**

O DIRETOR-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, designa, como fiscal do contrato constante do processo em epígrafe, o servidor Neldo Augusto Dobke Valadão e, como seu substituto, a servidora Thais Rosset.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de março de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 15º ADITIVO AO CONTRATO
 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AJDG N. 149/2014
 PROCESSO SPI N. 1906-09.00/13-0
 PREGÃO ELETRÔNICO N. 60/2013**

CONTRATADA: UNISERV – UNIÃO DE SERVIÇOS LTDA.;

OBJETO: promover o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, passando a valer os seguintes valores, a contar das datas estabelecidas: 1. A contar de 06 de outubro de 2018 a 31 de dezembro de 2018: Montante "A": R\$ 1.247.002,61; Montante "B": R\$ 204.577,39; Montante "C": R\$ 256.681,46 (estimativa); Montante "D": R\$ 232.914,65; Total: R\$ 1.941.176,11; 2. A contar 01 de janeiro a 31 de janeiro de 2019: Montante "A": R\$ 1.304.481,49; Montante "B": R\$ 204.577,39; Montante "C": R\$ 261.676,26 (estimativa); Montante "D": R\$ 241.443,43; Total: R\$ 2.012.178,57; 3. A contar 01 de fevereiro a 28 de fevereiro de 2019: Montante "A": R\$ 1.304.481,49; Montante "B": R\$ 205.907,96; Montante "C": R\$ 261.676,26 (estimativa); Montante "D": R\$ 241.624,03; Total: R\$ 2.013.689,74; acrescer, ao objeto do ajuste, o seguinte posto de trabalho, a contar de 01 de março de 2019:

Porto Alegre/RS Secretaria-Geral da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente	01 posto de telefonista, 5 vezes por semana, 6h por dia, sem materiais de limpeza, higiene e equipamentos
---	---

em razão das alterações ora promovidas, o valor mensal do instrumento, a contar de 01 de março de 2019, passa a: Montante "A": R\$ 1.306.314,39; Montante "B": R\$ 205.983,47; Montante "C": R\$ 262.238,58 (estimativa); Montante "D": R\$ 241.976,11; Total: R\$ 2.016.512,5. **FUNDAMENTO LEGAL:** 65, inciso I, alínea "b", § 1º e, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n. 8.666/1993, e nas cláusulas segunda, item 2.6, e oitava do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de março de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PROCEDIMENTO 02405.000.017/2019**

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; **OBJETO:** contratação de prestação de serviços de seguro para 16 veículos da frota do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, com cobertura para os riscos de colisão, incêndio, furto e roubo para o casco, DM e DP, RCF (Responsabilidade Civil Facultativa) e assistência 24h (abrangendo panes mecânicas e elétricas, mais serviços de guincho) **VALOR TOTAL:** R\$108.525,88; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3926; **VIGÊNCIA:** 02/03/2019 a 02/03/2021
Conforma planilha abaixo:

	Veículo	Ano	Mod	Chassi	Placa Oficial
1	Cruze LTZ	2018	2019	8AGBN69S0KR101122	IZD 0I65
2	Cruze LTZ	2018	2019	8AGBN69S0KR100355	IZD 0I74
3	Cruze LTZ	2018	2019	8AGBN69S0KR100353	IZD 0I69
4	Cruze LTZ	2018	2018	8AGBN69S0JR137676	IZB 5G85
5	Cruze LTZ	2018	2019	8AGBN69S0KR100474	IZC 4C55
6	Cruze LTZ	2018	2018	8AGBN69S0JR138858	IZB 5G87
14	Duster Dyn	2018	2019	93YHSR3H5KJ650973	IZA 0H46
15	Duster Dyn	2018	2019	93YHSR3H5KJ652440	IZA 0H67
16	Spin LTZ (A)	2018	2019	9BGJC7520KB147848	IZA 4H10
17	Spin LTZ (A)	2018	2019	9BGJC7520KB165774	IZA 4H21
19	Spin LTZ (A)	2018	2019	9BGJC7520KB102722	IZA 4G58
19	Spin LTZ	2018	2019	9BGJC7520KB175698	IZB 7C93
20	Spin LTZ	2018	2019	9BGJC7520KB174952	IZB 7D06
21	Spin LTZ	2018	2019	9BGJC7520KB174849	IZB 7D11
22	Spin LTZ	2018	2019	9BGJC7520KB174009	IZB 7C99
23	S-10	2018	2019	9BG148FK0KC431665	IZB5G90

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02, Lei Estadual nº 11.389/99; Provimentos PGJ/RS nº 47/05, e subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666/93;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 01 de março de 2019.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**EDITAL N. 048/2019
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão

regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de março de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**EDITAL N. 049/2019
REMOÇÃO DE OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de março de 2019.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS****BOLETIM N. 08/2019**

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01902.000.093/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Taquari. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Roberto Carmal Duarte Alvim Junior. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari. **OBJETO:** Apurar denúncia acerca de suposta trespasseio ilícito de áreas de terras desapropriadas de Zaida Palagi da Silva e atualmente na posse da empresa Decor Empreendimentos Ltda.. **INVESTIGADO(S):** Decor Empreendimentos Ltda., Município de Taquari. **LOCAL DO FATO:** Taquari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00734.000.035/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Campo Bom. **PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Letícia Elsner Pacheco de Sá. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Bom. **OBJETO:** ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS DE CAMPO BOM-RS - PROGRAMA RESSANEAR CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS



TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00734.000.036/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campo Bom. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leticia Elsner Pacheco de Sá. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Bom. OBJETO: ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS - FISCALIZAÇÃO DA DESTINAÇÃO E TRATAMENTO DO ESGOTO DOMÉSTICO. MUNICÍPIO DE CAMPO COM-RS - PROGRAMA REESANEAR.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01736.000.023/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo Adair Manjabosco. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa. OBJETO: Parcelamento irregular do solo para fins urbanos ocorrido na localidade de Linha Santa Clara, área rural do Município de Carlos Barbosa, sem as respectivas licenças e em desacordo com a Legislação vigente, com a realização de infraestrutura e a construção de residências. INVESTIGADO(S): RICARDO NAPOLEAO DA SILVA, GELCY AUDIBERT. LOCAL DO FATO: Carlos Barbosa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00021/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adrio Rafael Paula Gelatti. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: LOTEAMENTO VILLA CATARINA (ÁREA DA MATRÍCULA N. 126.025 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª ZONA DE CAXIAS DO SUL) - LOTEAMENTO IRREGULAR OU CLANDESTINO - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROTEÇÃO AO DIREITO DE MORADIA. INVESTIGADOS(S): Empresa Urbanizadora Rodobrás Ltda e Município de Caxias do Sul LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00022/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adrio Rafael Paula Gelatti. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: LOTEAMENTO CLANDESTINO DE PARTE DO LOTE RURAL N. 23, SITUADO NO TRAVESSÃO VÍCTOR EMANUEL, NA 7ª LÉGUA, EM CAXIAS DO SUL - RS (ÁREA DA MATRÍCULA N. 39.481 DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA 1ª ZONA DE CAXIAS DO SUL) - LOTEAMENTO IRREGULAR OU CLANDESTINO - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROTEÇÃO AO DIREITO DE MORADIA. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00023/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adrio Rafael Paula Gelatti. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS RURAIS - LOTEAMENTO IRREGULAR OU CLANDESTINO - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E PROTEÇÃO AO DIREITO DE MORADIA. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO

PROCEDIMENTO: 01518.000.077/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sérgio da Fonseca Diefenbach. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. OBJETO: indefinição quanto à responsabilidade do Município.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Conventos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00016/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo da Silva Cirne. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: Averiguar a situação das estradas e os acessos ao Município de Passo Fundo, tendo como investigados o Município de Passo Fundo e o Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem - DAER. INVESTIGADOS(S): Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem - DAER- RS e Município de Passo Fundo LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00017/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo da Silva Cirne. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: Interdição do estabelecimento CLAUDIÃO (razão social: João Cláudio Bolner Ltda.), situado na Rua Coronel Pelegrini, 79, Rodrigues, Passo Fundo, devido ao exercício irregular de atividade. INVESTIGADO(S): Claudião LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01629.000.630/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adoniran Lemos Almeida Filho. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado. OBJETO: Atividade supostamente irregular de Oficina Mecânica na Cidade de Pinheiro Machado. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rua Artur da Costa E Silva, ao lado n. 445, Centro, Pinheiro Machado/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01706.000.293/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. OBJETO: Relatório do Corpo de Bombeiros acerca de interdição parcial de imóvel não adequado às normas de prevenção de incêndios. INVESTIGADO(S): Cardoso Marques S.A.. LOCAL DO FATO: Santo Antônio da Patrulha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01882.000.144/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristine Zottmann. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. OBJETO: Apurar a falta de PPCI emitido pelo Corpo de Bombeiros para funcionamento do Centro de Cultura Municipal do município de São Sebastião do Caí. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de São Sebastião Do Caí. LOCAL DO FATO: São Sebastião do Caí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

DO PROCEDIMENTO: 01593.000.683/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando de Araujo Bittencourt. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Falta de energia elétrica no Loteamento Beco Morada da Instância, localizada na Zona Rural de Tramandaí, composto por aproximadamente 116 lotes. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tramandaí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01910.000.235/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três de Maio. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Melo de Souza. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio. OBJETO: Trata-se de ofício encaminhado pelo Corpo de Bombeiros, informando a interdição do Clube Buricá., em razão da falta de adequação das saídas de emergência e a não apresentação do CMAR (controle de materiais de acabamento) por profissional competente.. INVESTIGADO(S): Sociedade Cultural e Recreativa Buricá - Clube Buricá. LOCAL DO FATO: Rua Expedicionária Bertoldo Boeck, 532, em Três de Maio/RS. CAO comunicado:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01806.000.140/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Parobé. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodolfo Grezzana Corrêa. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé. OBJETO: Apurar a regularidade dos PPCIs dos prédios privados do Município de Parobé, especialmente aqueles que envolvem aglomeração de pessoas (clubes, bares, boates).. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Parobé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01806.000.139/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Parobé. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodolfo Grezzana Corrêa. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé. OBJETO: Averiguar a regularidade de PPCIs dos prédios públicos municipais e estaduais, do Município de Parobé.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Parobé.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01536.000.078/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Luiza Domingues de Souza Leal. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. OBJETO: INVESTIGAR A INEXISTÊNCIA DE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E A DESASTRES NOS EDIFÍCIOS DE VALOR HISTÓRICO-CULTURAL LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE GUAÍBA. INVESTIGADO(S): Município de Guaíba. LOCAL DO FATO: MUNICÍPIO DE GUAÍBA.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01629.000.765/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Heriberto Roos Maciel. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de possíveis irregularidades no condomínio "Cooperativa São João", situado na Rua Antônio José Santana, Bairro Agronomia, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Cooperativa São João,

Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Rua Antônio José Santana, Bairro Agronomia, nesta Capital.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01633.000.183/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cláudio Ari Pinheiro de Mello. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística. OBJETO: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de manutenção/conservação dos terminais de ônibus localizados abaixo do Camelódromo, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Camelódromo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01232.000.015/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Plínio Castanho Dutra. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. OBJETO: Acompanhamento da implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - RESSANEAR. INVESTIGADO(S): Prefeitura de Eldorado do Sul - Poder Executivo. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de Março de 2019.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do CAO da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 09/2019 – CAOMA

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00922.00037/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: Apurar deficiência na proteção do patrimônio arquitetônico e cultural de Uruguaiana, a partir da revogação do Decreto n. 789/2016. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Uruguaiana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01722.000.138/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Plínio Castanho Dutra. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro. OBJETO: Emissão de resíduos pela Empresa DJM, causando poluição ambiental. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Barra do Ribeiro.



TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01658.000.902/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diogo Gomes Taborda. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. OBJETO: Investigar possível existência de esgoto a céu aberto no Bairro São Judas Tadeu, em Caçapava do Sul, bem como acúmulo irregular de lixo. INVESTIGADO(S): Município de Caçapava do Sul. LOCAL DO FATO: Caçapava do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00728.00008/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maristela Schneider. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul. OBJETO: investigar atividade de triagem de resíduos sólidos sem o devido licenciamento ambiental, bem como a inobservância de normas referente à prevenção contra incêndios, na Rua Botucaraí, n. 137, Bairro Quinta da Boa Vista, Cachoeira do Sul. INVESTIGADO(S): PAULO ROBERTO GARCIA DOS SANTOS. LOCAL DO FATO: Cachoeira do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00734.000.035/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campo Bom. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leticia Elsner Pacheco de Sá. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Bom. OBJETO: ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS DE CAMPO BOM-RS - PROGRAMA RESSANEAR.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00734.000.036/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campo Bom. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Leticia Elsner Pacheco de Sá. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Bom. OBJETO: ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E RESÍDUOS SÓLIDOS - FISCALIZAÇÃO DA DESTINAÇÃO E TRATAMENTO DO ESGOTO DOMÉSTICO. MUNICÍPIO DE CAMPO COM-RS - PROGRAMA REESANEAR.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00755.00017/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Casarin Schütz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. OBJETO: Apurar danos ambientais ocasionados pela falta de canalização nas proximidades da Rua Padre Almeida, n.47, no Município de Cruz Alta/RS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00755.00013/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Vanessa Casarin Schütz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta. OBJETO: Apurar elementos para a identificação de possíveis investigados ou objeto aptos a tutelar interesses ou direitos mencionados no art. 9º do referido provimento, em razão de possível dano ambiental consistente no funcionamento de empreendimento

potencialmente poluidor (lavagem de automóveis) operando sem licença do órgão ambiental competente, de propriedade de Rosalvo Gayer, localizado na Avenida Santa Bárbara do Sul, n. 1305, bairro Jardim Primavera II, no Município de Cruz Alta/RS. INVESTIGADO(S): Rosalvo Gayer. LOCAL DO FATO: Cruz Alta.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01750.000.455/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito. OBJETO: Apurar a precariedade dos banheiros públicos em razão da falta de manutenção deles pelo Município de Dom Pedrito. INVESTIGADO(S): Município de Dom Pedrito. LOCAL DO FATO: Dom Pedrito.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00770.000.035/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. OBJETO: Investigar o funcionamento de depósito de resíduos sólidos, sem autorização municipal, gerando risco de poluição ambiental. INVESTIGADO(S): Patrick Felipe Toiller. LOCAL DO FATO: Avenida Rio Branco, 325, Estrela/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00770.000.036/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela. OBJETO: Investigar dano à flora nativa através da queima de resíduos próximo ao tronco de árvores e atividade de reparação de peças novas e usadas para veículos automotores e serviço de manutenção e reparos de suspensão em veículos sem possuir a licença e ou autorização e ou declaração de isenção da licença ambiental outorgada pelo órgão competente municipal, referente às atividades realizadas. INVESTIGADO(S): Aparecido Francisco da rocha, Posto de Molas Blau LTDA. LOCAL DO FATO: RS 453, n. 915, Bairro Pinheiros, Estrela/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01648.000.379/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Farroupilha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Lara Resende. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. OBJETO: Apurar infração ambiental de poluição sonora decorrente das atividades exercidas pelo estabelecimento comercial denominado Mano's Conveniência. INVESTIGADO(S): MANO'S CONVENIÊNCIA. LOCAL DO FATO: Rua 14 de Julho, Farroupilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01648.000.368/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Farroupilha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Lara Resende. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. OBJETO: Termo circunstanciado noticiando crime ambiental de autoria de Adriano Belusso Bertuol. INVESTIGADO(S): Adriano Belusso Bertuol. LOCAL DO FATO: BAIRRO IPANEMA, FARROUPILHA.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00779.000.026/2019. PROMOTORIA DE



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Matheus Generali Cargini. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades na caça de espécies da fauna silvestre sem a devida licença da autoridade competente. INVESTIGADO(S): Rogério Ferreira Trindade, Cláudio Mello de Oliveira. LOCAL DO FATO: São Vicente do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01774.000.185/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Gramado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Max Roberto Guazzelli. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado. OBJETO: Dano em área de APP de arroio pela empresa Valdir Cardoso Chocolate Caseiro. INVESTIGADO(S): Florybal Chocolates Ltda., Cardoso Participações Ltda. LOCAL DO FATO: Rua Otto Hermann, n. 182, em Gramado/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00014/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar o funcionamento irregular da empresa Cati Transportes, localizada na Rua Porto Alegre, 205, Bairro Mato Alto, em Gravataí/RS. INVESTIGADO(S): Cati Transportes Ltda - ME. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00015/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar a supressão de vegetação nativa com uso de fogo, construção de acampamentos, casebres de madeira e captação de água do Arroio Contendas, em propriedade localizada na Estrada Frederico Berwig, 961 e 961bl, no Município de Glorinha/RS. INVESTIGADO(S): Juarez Alexandrino Inchausti de Barros. LOCAL DO FATO: Glorinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00017/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar o funcionamento irregular do estabelecimento "X Ball", situado na Rua Dom Bosco, 251, Bairro Santa Fé, em Gravataí/RS. INVESTIGADO(S): a Apurar. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00783.00018/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carolina Barth Loureiro Ingracio. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar a ocorrência de poluição sonora gerada pelas atividades da Igreja Rio de Deus, localizada na Rua Machado de Assis, 101, Parada 70, em Gravataí/RS. INVESTIGADO(S): Igreja Rio de Deus. LOCAL DO FATO: Gravataí.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01778.000.593/2018.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Alberto Wolf Piton. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões. OBJETO: apurar possível dano ambiental decorrente da abertura de uma vala (limpeza) próximo a açudes, sem a devida licença ambiental do órgão competente, na propriedade particular, localizada na Linha do Campo, interior do Município de Sete de Setembro, tendo como acusado Jorge Helio Obadowski. INVESTIGADO(S): Jorge Helio Obadowski, Município de Guarani das Missões. LOCAL DO FATO: Sete de Setembro, RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01652.000.362/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Horizontina. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruna Maria Borgmann. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Horizontina. OBJETO: Atendimento. INVESTIGADO(S): MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO, PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA. LOCAL DO FATO: Horizontina.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01794.000.079/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Mostardas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Mostardas. OBJETO: Procedimento de Ocorrência Ambiental n.º 279-2018-1ºBAMB - Tramandaí - Diógenes Podalírio da Silva. INVESTIGADO(S): Diógenes Podalírio da Silva. LOCAL DO FATO: TAVARES/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00017/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Paulo da Silva Cirne. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo. OBJETO: Interdição do estabelecimento CLAUDIÃO (razão social: João Cláudio Bolner Ltda.), situado na Rua Coronel Pelegrini, 79, Rodrigues, Passo Fundo, devido ao exercício irregular de atividade. INVESTIGADO(S): Claudião. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00824.00008/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Barbosa de Borba. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. OBJETO: recuperação de área de extração de minerais, localizada no Cerro das Almas" em Capão do Leão/RS. PARTES: Investigado: J. A. Dias Botelho & Cia. Ltda.; LOCAL: CAPÃO DO LEÃO/RS. INVESTIGADO(S): J. A. Dias Botelho & Cia. Ltda.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01633.000.236/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Annelise Monteiro Steigleder. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. OBJETO: Poluição sonora e perturbação do sossego decorrente das atividades da empresa FOBIL Engenharia e/ou MGM Serviços Técnicos Ltda. INVESTIGADO(S): FOBIL ENGENHARIA, MGM Serviços Técnicos Ltda. LOCAL DO FATO: Rua Andaraí, esquina com Luiz Cosme, Bairro Passo



da Areia, nesta Cidade.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01629.000.134/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Annelise Monteiro Steigleder. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. OBJETO: Averiguar possível deterioração e descaracterização do Museu de Artesanato do Rio Grande do Sul - Artur Guarisse. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: Rua Landel de Moura, n. 430, Bairro Tristeza, nesta Capital.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00852.00009/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: Apurar possível irregularidade no comando lançado nos autos dos processos administrativos mencionados no ofício da fl. 07 dos autos de modo a que sacada das licenças ambientais em questão a proibição de aplicação de defensivos agrícolas via aérea. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01824.000.297/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rio Pardo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Christine Mendes Ribeiro Grehs. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo. OBJETO: Visa apurar possível dano ambiental pela extração de argila - terraplanagem -, em local pertencente ao Frigorífico 3C Alimentos, sem autorização ou licença ambiental, figurando como autor o Município de Rio Pardo, para uso em obras viárias. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Rio Pardo, Joel Lisboa da Rocha. LOCAL DO FATO: Rio Pardo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.262/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: fiscalizar a utilização do Parque de Rodeios e verificar o barulho produzido pelos frequentadores. INVESTIGADO(S): Município de Sananduva. LOCAL DO FATO: Parque de Rodeios, Sananduva/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00864.00002/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maurício Trevisan. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria. OBJETO: terraplanagem (inclusive em área de preservação permanente) e edificação de pontilhão, deposição de resíduos sólidos e supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente (margem de curso d'água), sem licença ambiental, e supressão de vegetação nativa com abuso de licença ambiental, em terreno na margem da rodovia BR 287, Passo da Ferreira, em Santa Maria. Investigados: VIAÇÃO CENTRO-OESTE LTDA., CNPJ n. 68.789.205/0001-31, e seus sócios-administradores: ELDOMIR ANTONIO MAFFINI, ANDRÉ LUÍS ANTONIAZZI MAFFINI, ADRIANA MARIA ANTONIAZZI MAFFINI e MARCUS ANTÔNIO

ANTONIAZZI MAFFINI. Local: Município de Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00864.00003/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maurício Trevisan. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria. OBJETO: Investigar as empresas em funcionamento no Distrito Industrial, no que se refere ao cumprimento das diretrizes legais estabelecidas pela legislação municipal vigente. INVESTIGADOS(S): Empresas a Identificar e Município de Santa Maria. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01868.001.043/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rogério Meirelles Caldas. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar. OBJETO: Ocorrência ambiental recebida por email. Patram relata a construção de "levante" sem licenciamento ambiental. Como autor dos danos consta o Sr. Paulo Ricardo Pestano Quevedo. INVESTIGADO(S): Paulo Ricardo Pestano Quevedo. LOCAL DO FATO: Santa Vitória do Palmar.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01706.000.309/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. OBJETO: Supressão de vegetação nativa sem licença ambiental por parte de Carlos Henrique Ramos de Souza na localidade de Morro Grande, em Santo Antônio da Patrulha. INVESTIGADO(S): Carlos Henrique Ramos de Souza. LOCAL DO FATO: Santo Antônio da Patrulha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.431/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a prática de dano ambiental consistente na supressão de árvores nativas, mediante a utilização de trator esteira e ateamento de fogo, em área de domínio do Bioma Mata Atlântica, constatado no dia 09/09/2016, por volta das 15 horas, na localidade de Rincão dos Salbego, Encruzilhada, interior de São Francisco de Assis, coordenadas geográficas: latitude S 29°28'26.9" e longitude W 54°58'27.0". INVESTIGADO(S): José Carlos Chimelo. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.062/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a prática de dano ambiental consistente na queima de campo agropastoril, com destruição de vegetação rasteira nativa, constatado no dia 24/08/2016, por volta das 15h30min, na localidade de Espinilho, interior de São Francisco de Assis, coordenadas geográficas: latitude S 29°20'38.9" e longitude W 55°03'23.8". INVESTIGADO(S): Bruno Lançanova dos Santos. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.261/2017. PROMOTORIA DE



JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a prática de dano ambiental consistente na supressão de vegetação nativa sem licença ou autorização do órgão competente, notadamente da espécie Butiá Lallemandii, flora ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul, parte do Bioma Pampa, constatado no dia 24/08/2017, por volta das 14h30min, na localidade de Vila Kramer, interior de São Francisco de Assis/RS, coordenadas geográficas: latitude 29°21'28.0" e longitude 55°16'48.9". INVESTIGADO(S): Flavio Roberto Seli, Jorge da Veiga Birnfeld. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.014/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a prática de dano ambiental consistente na queima de campo nativo, com a destruição de vegetação rasteira nativa, bem como de vegetação arbórea, constatado no dia 07/12/2017, às 15h04min, na localidade de Sobra do Itajuru, interior de São Francisco de Assis/RS, coordenadas geográficas: latitude 29°54'60.46 e longitude 55°04'70.31. INVESTIGADO(S): Jose Paulino Garcia Rezer. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.258/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a ocorrência de dano ambiental consistente na queima de campo agropastoril, com destruição de vegetação rasteira nativa, constatado no dia 16/08/2017, por volta das 16h18min, na Vila Kramer, interior de São Francisco de Assis/RS, coordenadas geográficas: latitude 29°19'13.11" e longitude 55°2'39.35". INVESTIGADO(S): José Henrique Bianchini Salbego. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.306/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a ocorrência de dano ambiental consistente na queimada de campo nativo agropastoril, com vegetação rasteira, inclusive em área de preservação permanente, constatado no dia 17/08/2017, por volta das 14h30min, no 4º Distrito, localidade de Limoeiro, interior de São Francisco de Assis, coordenadas geográficas: latitude 29°19'41.6" e longitude 55°00'39.2". INVESTIGADO(S): Rogério Menezes Simões. LOCAL DO FATO: 41.6.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.416/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a ocorrência de dano ambiental consistente na queima de campo em área de preservação permanente, sem licença ou autorização, constatado em 01/11/2017, por volta das 14h27min, na ERS 241, Km 06, Barragem do Jaguarzinho, interior de São Francisco de Assis/RS,

coordenadas geográficas: latitude 29°40'3.11" e longitude 55°17'9.77". INVESTIGADO(S): FLAVIO JOAQUIM BASTIANI DE DAVID. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.439/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a ocorrência de eventual dano ambiental, consistente no descarte de resíduos sólidos e eletroeletrônicos e pneus inservíveis em desacordo com as normas regulamentares, no parque de máquinas da Secretaria de Obras do município de Manoel Viana. INVESTIGADO(S): Carlos Vezzosi Wallau, Município de Manoel Viana. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.453/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a prática de dano ambiental consistente na supressão de vegetação arbórea, em duas áreas distintas, em área de domínio Bioma Mata Atlântica, em desacordo com o alvará expedido, constatado no dia 04/08/2018, por volta das 15h41min, na localidade de Picada do Padre, interior de São Francisco de Assis, coordenadas geográficas: latitude 29°45'19.08 e longitude 55°04'08.83; latitude 29°45'15.43 e longitude 55°03'48.25. INVESTIGADO(S): Sandra Nicola Jorge Xavier. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.446/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a ocorrência de dano ambiental consistente no descarte de resíduos provenientes da atividade rural, sendo quatro vacas mortas, em área de preservação permanente, às margens de sanga de fluxo contínuo, em desacordo com as normas ambientais regulamentares, constatado no dia 11/08/2016, por volta das 13h45min, na localidade Corredor dos Batista, Km 05, 1º Distrito, interior de Manoel Viana, coordenadas geográficas: latitude S 29°31'42.9" e longitude W 55°24'44.7". INVESTIGADO(S): Francisco Carlos Gindri Salbego. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.452/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a prática de dano ambiental consistente na supressão de vegetação arbórea nativa, em área de preservação permanente, na margem do curso d'água, e em remanescente de Bioma Mata Atlântica, em desacordo com a licença expedida, constatado no dia 18/08/2018, por volta das 15h35min, no Rincão dos Pedro, interior de São Francisco de Assis, coordenadas geográficas: latitude 29°41'79.66 e longitude 54°9'79.696. INVESTIGADO(S): Diego Barbosa Brum. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.068/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis.



PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a prática de dano ambiental consistente na pesca com petrechos não permitidos para a categoria de pescador amador da espécie Dourado, ameaçada de extinção, constatado no dia 22/02/2018, por volta das 9 horas, na Estrada do Itaum, Km 06, Rincão da Palma, na localidade de Barra do Itú, Manoel Viana, coordenadas geográficas: S 29°24'33.2" e WO 55°51'09.1". INVESTIGADO(S): Jorge Luiz Schmidt. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01870.000.475/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investigar a ocorrência de dano ambiental consistente na realização de terraplanagem em desacordo com a autorização n. 05/2017, que proibia a retirada de recursos minerais para fora da área limítrofe da propriedade, constatado no dia 19/05/2017, por volta das 14 horas, na RST 377, Km 41, 1º Distrito, Manoel Viana, coordenadas geográficas: latitude S 29°34'28.7" e longitude WO 55°28'22.3". INVESTIGADO(S): Volnei Antonio Colpo Durlo. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01872.000.924/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Pereira Pereira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula. OBJETO: aterro de banhado no Loteamento Colinas, ocorrido nos lotes 41 e 42, Quadra XVI, Primeiro e Segundo setores. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Francisco de Paula.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00894.00056/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: a apuração de danos ao meio ambiente decorrentes do uso irregular de fogo em vegetação nativa, o qual atingiu uma área de 3,5 hectares degradados, atingindo Área de Preservação Permanente. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Luiz Gonzaga.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01616.000.013/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar eventuais danos ambientais decorrentes da extração de terra na Rua General Raposo Tavares, em São Luiz Gonzaga/RS, perpetrado, em tese, com auxílio de maquinário público. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Rua General Raposo Tavares.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00894.000.042/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Investigar ocorrência de caça de espécimes da fauna silvestre ou nativos, ameaçados ou não

de extinção, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, bem como o armazenamento e comércio ilegal dos (sub)produtos e objetos dela oriundos. INVESTIGADO(S): Laerte de Moraes de Mattos. LOCAL DO FATO: Rua General Portinho, n. 560, Bairro Duque de Caxias, em São Luiz Gonzaga/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01616.000.041/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apurar suposto dano ambiental cometido por LUIZ FERNANDO MARTINS DA SILVA, por dificultar a regeneração natural na área de 0,50 hectares, devido ao corte de vegetação natural sem autorização de órgão competente, constatado pelo IBAMA. INVESTIGADO(S): Luiz Fernando Martins da Silva. LOCAL DO FATO: São Luiz Gonzaga.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01616.000.061/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apuração de danos ambientais decorrentes da constatação de depósito de agrotóxicos em desconformidade com algumas condicionantes do documento licenciatório. INVESTIGADO(S): Coxilha Insumos - SB Rubenich & Cia LTDA. LOCAL DO FATO: São Luiz Gonzaga.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01616.000.123/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Melissa Stein Scharnberg. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga. OBJETO: Apuração de danos ambientais em decorrência do descarte de resíduos sólidos em APP. INVESTIGADO(S): Banco do Estado do Rio Grande do Sul. LOCAL DO FATO: São Luiz Gonzaga.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01900.000.168/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapes. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Soares Indrusiak. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 10. OBJETO: Investigar dano ambiental decorrente do funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor - olaria e/ou fabricação de tijolos e outros artigos de barro cozido sem tingimento, sob responsabilidade de Luiz Fernandes Pereira Garcia -ME. INVESTIGADO(S): Luiz Fernandes Pereira Garcia - ME. LOCAL DO FATO: Cerro Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01900.000.541/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tapes. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Daniel Soares Indrusiak. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 10. OBJETO: Luiz Fernando Pereira Garcia - Poluição Ambiental - Serraria São Luiz. INVESTIGADO(S): Luiz Fernandes Pereira Garcia. LOCAL DO FATO: Cerro Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00911.00007/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ximena Cardozo Ferreira.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara. **OBJETO:** APURAÇÃO DE POSSÍVEL DANO AMBIENTAL POR EXTRAÇÃO MINERAL DE FORMA IRREGULAR. **INVESTIGADO:** DARLEI JOÃO STEFFEN. **LOCAL:** MUNICÍPIO DE TAQUARA/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01904.000.409/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Tenente Portela. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Dinamércia Maciel de Oliveira. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. **OBJETO:** Apurar dano ambiental decorrente de supressão de vegetação e de fechamento de um córrego afluente do Lajeado Derrubadas, conforme Ofício n. 182/2018 do Comando Ambiental da Brigada Militar, com Comunicação de Ocorrência n. 213/045-Jul/2018, apresentando-se como investigados Daniel Ivanei Anklam e Fábio Rogodanzo, em fato ocorrido na Localidade de Linha Mayer, interior de Derrubadas/RS. **INVESTIGADO(S):** Daniel Ivanei Anklam, Fabio Rogodanzo. **LOCAL DO FATO:** Derrubadas/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.000.411/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Tramandaí. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Fernando de Araujo Bittencourt. **CLASSIFICAÇÃO:** 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. **OBJETO:** Pesca ilegal captura de peixes (bagre) espécies proibidas no período defeso. **INVESTIGADO(S):** ANTONIO CARLOS CARDOSO, Paulo Cesar Teixeira da Silva. **LOCAL DO FATO:** Tramandaí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01910.000.222/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Três de Maio. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Ricardo Melo de Souza. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio. **OBJETO:** Apurar ocorrência ambiental encaminhada pela guarnição da 3ª Companhia Ambiental de Santa Rosa/RS relatando possível dano ambiental, causado em tese, pelo Sr. Norilto dos Santos Almeida, por ter efetuado desmatamento de mata nativa em propriedade de sua responsabilidade, sem licença do órgão ambiental competente. **INVESTIGADO(S):** Norilto dos Santos Almeida. **LOCAL DO FATO:** Linha Seca, interior de Alegria/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01910.000.223/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Três de Maio. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Ricardo Melo de Souza. **CLASSIFICAÇÃO:** 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três de Maio. **OBJETO:** Trata-se de ocorrência ambiental encaminhada pela 3ª Companhia Ambiental de Santa Rosa/RS relatando possível dano ambiental, causado em tese pelo Sr. Armando Graupe, por efetuar supressão de vegetação nativa Bioma Mata Atlântica, em sua propriedade, sem licença do órgão ambiental competente. **INVESTIGADO(S):** Armando Graupe. **LOCAL DO FATO:** Localidade de Espírito Santo, Alegria/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00927.000.209/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Venâncio Aires. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Pedro Rui da Fontoura Porto. **CLASSIFICAÇÃO:** Designação Excepcional - Pedro Rui da Fontoura Porto. **OBJETO:** AT.00927.00221/2018 - JAIR CLÉCIO LEHMEN. **INVESTIGADO(S):** JAIR CLÉCIO LEHMEN. **LOCAL DO FATO:** Venâncio Aires.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01654.000.030/2016. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Igrejinha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Brenusa Marquardt Corleta. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. **OBJETO:** Averiguar eventual dano ambiental decorrente de intervenção em Área de Preservação Permanente, destruição de vegetação nativa, exploração de área de camping e área de lazer, bem como a utilização de poços artesianos, sem licenciamento. **INVESTIGADO(S):** Jocimar Antonio Ditrich. **LOCAL DO FATO:** Igrejinha/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01654.000.144/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Igrejinha. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Brenusa Marquardt Corleta. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. **OBJETO:** averiguar a supressão de vegetação nativa no bioma mata atlântica, fora da área de APP, em estágio inicial e médio de sucessão, de responsabilidade de DANIEL BORGES. **INVESTIGADO(S):** Daniel Borges. **LOCAL DO FATO:** Igrejinha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00935.00006/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Joao Claudio Pizzato Sidou. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada. **OBJETO:** Apurar poluição sonora na Estrada Frederico Dhl, n. 2462. **INVESTIGADO(S):** a ser apurado. **LOCAL DO FATO:** Alvorada.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01878.000.048/2019. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de São Marcos. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Evandro Lobato Kaltbach. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Marcos. **OBJETO:** PA Permanente para acompanhamento e fiscalização da Fundação Ambiental São Marcos. **INVESTIGADO(S):** Fundação Ambiental São Marcos. **LOCAL DO FATO:** São Marcos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 02378.000.898/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Mateus Stoquetti de Abreu. **CLASSIFICAÇÃO:** 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa. **OBJETO:** Terraplenagem e açude sem licença ambiental, na Reserva da Tapera, s/n., Rural, Capão da Canoa. **INVESTIGADO(S):** Gilmar José Konzen. **LOCAL DO FATO:** Capão da Canoa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01804.000.416/2018. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Camilo Vargas Santana. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. **OBJETO:** A Sra. Celita relata que a Prefeitura de Palmares do Sul teria aberto uma valeta entre os terrenos dos moradores do Bairro Agreste, nesta cidade, para canalizar o local. Isto ocorreu a 05 anos e até a data de hoje nada foi feito. O canal está cheio de água, virando criadouro para mosquitos e outros animais, trazendo perigo à saúde dos moradores. No local residem cerca de 15 famílias, as quais estão prejudicadas com a falta de atenção da Prefeitura. **INVESTIGADO(S):** Município de Palmares do Sul. **LOCAL DO FATO:** Palmares do Sul.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01804.000.341/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Camilo Vargas Santana. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. OBJETO: Apurar elementos acerca de eventual extração irregular de areia por João Perdomini. INVESTIGADO(S): João Perdomini. LOCAL DO FATO: Balneário Dunas Altas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01540.000.044/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sílvia Inês Miron Jappe. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. OBJETO: Apurar dano ambiental consistente em poluição sonora no estabelecimento Athenas Pub. INVESTIGADO(S): Thainan Machado dos Santos e Cia Ltda. LOCAL DO FATO: Avenida Alceu Duarte de Carvalho, n. 2210, em Santiago.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01540.000.081/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sílvia Inês Miron Jappe. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago. OBJETO: apurar possível ocorrência de dano ambiental em razão do depósito de produtos agrotóxicos ilegais de origem estrangeira, quais sejam, 07 (sete) embalagens de 500 gramas do agrotóxico "EMAMEX 300 WDG", em área de propriedade de Rogério Cassol, na localidade Areias - RST 533 - Capão do Cipó - RS. INVESTIGADO(S): ROGÉRIO CASSOL. LOCAL DO FATO: Localidade Areias - RST 533 - Capão do Cipó - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01536.000.004/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Plínio Castanho Dutra. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. OBJETO: Denúncia de descarte irregular de resíduos. A empresa que faz a disposição irregular, está localizada as margens da BR 290 em Guaíba, com nome de Abel Santos da Silva - ME. INVESTIGADO(S): Abel Santos da Silva - ME. LOCAL DO FATO: Margens da BR-290, coord. 30.042573, -51.344237.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01232.000.014/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Plínio Castanho Dutra. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. OBJETO: Fiscalização da destinação e tratamento do esgoto doméstico - RESSANEAR - 2.º Proposta. INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Eldorado do Sul. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01232.000.015/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Plínio Castanho Dutra. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul. OBJETO: Acompanhamento da implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - RESSANEAR. INVESTIGADO(S): Prefeitura de Eldorado do Sul - Poder

Executivo. LOCAL DO FATO: Eldorado do Sul.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de março de 2019.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do CAO de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 31/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00740.00001/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Canoas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Renata Pinto Lucena. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas. OBJETO: Apurar eventuais irregularidades no funcionamento do Hospital de Pronto Socorro de Canoas, especificamente no que diz respeito à interrupção do fornecimento de refeições hospitalares aos pacientes internados no nosocômio. INVESTIGADO(S): Hospital de Pronto Socorro de Canoas. LOCAL DO FATO: Canoas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00107/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adrio Rafael Paula Gelatti. CLASSIFICAÇÃO: 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Apurar eventual irregularidade na emissão de credencial de identificação do Passe Livre Intermunicipal nos termos da Lei Estadual n. 13.320/2009. INVESTIGADO(S): Estado do Rio Grande do Sul. REPRESENTANTE: Joceane Luísa de Souza. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01750.000.024/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito. OBJETO: PA Permanente para acompanhamento da ILPI Asilo da Velhice Major Alencastro Carneiro da Fontoura no município de Dom Pedrito. INVESTIGADO(S): Asilo da Velhice Major Alencastro Carneiro da Fontoura. LOCAL DO FATO: Dom Pedrito.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00875.000.046/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha. OBJETO: Acompanhar instalação de Casa de Acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO



FATO: Santo Antônio da Patrulha.

BOLETIM N. 38/2019

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01882.000.496/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Caí. OBJETO: Denúncia por parte da Sociedade Brasileira de Dermatologia contra profissionais que atuam como médicos na cidade de São Sebastião do Caí sem em desacordo com a legislação. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Sebastião do Caí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00922.00024/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pablo da Silva Alfaro. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana. OBJETO: apurar deficiência no serviço de coleta e envio de material para exame PCR de pacientes co hepatite tipo C, tendo como investigado o Município de Uruguaiana. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Uruguaiana.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01304.002.297/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a extinção de atividades de lazer e de educação física pelo Município de Porto Alegre, direito social cuja previsão está descrita no artigo 6º da Constituição Federal. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.014/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: averiguar a dificuldade de realização de transplante de medula e a atuação do telessaúde na resolução dos problemas em outros municípios. INVESTIGADO(S): Não informado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01176.00001/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Criminal de Alvorada. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karinna Licht Orlandi. CLASSIFICAÇÃO: Designação Excepcional - Karinna Licht Orlandi. OBJETO: Investigação referente às Delegacias de Porto Alegre. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Alvorada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de Janeiro de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,
Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00724.00002/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Criminal de Bento Gonçalves. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Lisiane Messerschmidt Rubin. CLASSIFICAÇÃO: Promotora de Justiça Substituta de Entrância Intermediária - 15. OBJETO: Averiguar situação e proceder a fiscalização da instituição de longa permanência para idosos – ILPI Casa de Repouso Bella Motada LTDA, com sede na Linha Palmeiro – Interior do Município de Pinto Bandeira/RS. LOCAL: Pinto Bandeira – RS. VISTORIADO(S): Casa de Repouso Bella Morada Ltda. LOCAL DO FATO: Bento Gonçalves.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01604.000.261/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Camaquã. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Camile Balzano de Mattos. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 26. OBJETO: Projeto de Lei aprovado pelos vereadores de Camaquã acerca do receituário médico. INVESTIGADO(S): Câmara de Vereadores de Camaquã. LOCAL DO FATO: Camaquã.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00011/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adrio Rafael Paula Gelatti. CLASSIFICAÇÃO: 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Apurar irregularidades nos CAPS, relativamente à necessidade de atuação de profissional da área de pedagogia junto aos serviços de Saúde Mental do município, conforme determina a Portaria n. 130/2012 do Ministério da Saúde. INVESTIGADO(S): Secretária Municipal da Saúde. REPRESENTANTE: Sob sigilo. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01536.000.041/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mariana de Azambuja Pires. CLASSIFICAÇÃO: 2ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba. OBJETO: acompanhar o quadro de pessoal da vigilância sanitária a fim de aferir o efetivo cumprimento das políticas públicas ligadas à vigilância. INVESTIGADO(S): Município de Guaíba. LOCAL DO FATO: Guaíba.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00821.00004/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Julio Francisco Ballardin. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. OBJETO: Articular e promover as medidas necessárias a fim de garantir o acesso de idosos em situação de vulnerabilidade ao acolhimento em ILPI pela rede pública. INVESTIGADO(S):



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

Município de Passo Fundo. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00862.00003/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nádia Baron Ricachenevsky. CLASSIFICAÇÃO: 2ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Averiguar eventual estrutura deficitária, no aspecto físico e de recursos humanos, do CRAS no Município de Gramado Xavier. INVESTIGADO(S): Município de Gramado Xavier. LOCAL DO FATO: Gramado Xavier.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.00027/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberta Morillos Teixeira. CLASSIFICAÇÃO: 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Apurar (1) as causas de óbitos maternos, fetais e infantis em Viamão, (2) a existência quantitativa e qualitativa de programas de saúde voltados à redução e eliminação de tais ocorrências e (3) se o ente público municipal conta com estrutura necessária permanente para desenvolver os trabalhos de investigação dos óbitos, tendo como investigados o ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL e o MUNICÍPIO DE VIAMÃO. INVESTIGADOS(S): Estado do Rio Grande do Sul e Município de Viamão. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.562/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Simone Spadari. CLASSIFICAÇÃO: 4ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar a falta de acessibilidade do CAPS II - Adulto Centro. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Saúde - SMS. LOCAL DO FATO: Rua José Bonifácio, n. 71 - Bairro Cidade Baixa - Porto Alegre/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.043/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliane Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Acompanhamento da Pensão Saint German Ltda, situada à Rua Anchieta, n. 382, em Porto Alegre/RS. INVESTIGADO(S): Pensão Saint German Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre. ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.00030/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar se as empresas que realizam transporte coletivo interestadual disponibilizam duas vagas gratuitas por veículo para idosos, com renda igual ou inferior a 02 (dois) salários mínimos, conforme previsão legal vigente (art. 40 da Lei n. 10.741, de 2003). INVESTIGADOS(S): ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres e Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha Sa. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de Janeiro de 2019.
ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,
MARCELO LEMOS DORNELLES,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 45/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00015/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Simone Martini. CLASSIFICAÇÃO: 5ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Averiguar a existência de ILPI que estaria funcionando de forma irregular. REPRESENTANTE: Sob sigilo. REPRESENTADO: Nadir dos Santos Arruda. LOCAL DO FATO: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01750.000.443/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito. OBJETO: acompanhar e promover perante a Prefeitura Municipal de Dom Pedrito, a SUSEPE e a 7ª CRS a implantação de uma UBS no presídio estadual de Dom Pedrito. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Dom Pedrito.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00784.00027/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luciana Willig Sanmartin. CLASSIFICAÇÃO: 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí. OBJETO: Averiguar a situação da Comunidade Terapêutica Centro de Reintegração Moriá LTDA. INVESTIGADO(S): Centro de Reintegração Moriá Ltda. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01790.000.069/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo Burgos de Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos. OBJETO: Cópias da PA.00807.00003/2013 cujo objeto é fiscalizar o Residencial Terapêutico Morada do Sol destinado a abrigar pessoas portadoras de deficiência mental. INVESTIGADO(S): Elias Tabaczenski, Residencial Terapêutico Morada do Sol – Elias Tabaczenski & CIA LTDA – ME. LOCAL DO FATO: Marcelino Ramos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00865.00003/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando Chequim Barros. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da



Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria. OBJETO: Ausência de ambulâncias na Copa Oreco 2018 de Futebol de Salão. LOCAL DO FATO: Santa Maria. INVESTIGADO(S): Município de Santa Maria, Liga Futsal Santa-mariense, Paniz Eventos Esportivos. INVESTIGADO(S): Liga Futsal Santamariense, Município de Santa Maria e Paniz Eventos Esportivos. LOCAL DO FATO: Santa Maria.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01593.000.630/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mari Oni Santos da Silva. CLASSIFICAÇÃO: 4ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Situação da idosa Maria Cotta Pereira Filha. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tramandaí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01413.000.919/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 5ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar regularidade do atendimento pelo SUS, prestado na Sultrauma. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.033/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar a extensão das irregularidades constatadas durante vistoria desta PJDDH na ILPI Cruz & Nunes Ltda - ME, Nome Fantasia Residencial Bem Estar, estabelecida na Rua Wladimir Herzog, n. 30, bairro Alto Petrópolis, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Residencial Bem Estar. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.795/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gilberto Luiz de Azevedo E Souza. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Identificar problemas para pacientes hemofílicos e portadores de coagulopatias hereditárias acessarem tratamento profilático adequado. INVESTIGADO(S): Secretaria Estadual da Saúde - SES/RS. LOCAL DO FATO: Rio Grande do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.045/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Acompanhar o Abrigo Luiz Fattini. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.044/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Liliâne Dreyer da Silva Pastoriz. CLASSIFICAÇÃO: 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de

Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar o não cumprimento da RDC 15/2012 pelos CMEs dos Hospitais de Porto Alegre. INVESTIGADO(S): Instituto de Cardiologia - Fundação Universitária de Cardiologia, Hospital São Lucas PUCRS - Endereço, Hospital Porto Alegre, HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS, Hospital Beneficência Portuguesa, Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre, Hospital Giovanni Battista (Mãe de Deus Center), Hospital Ernesto Dornelles. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

BOLETIM N. 66/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 00748.00019/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriana Karina Diesel Chesani. CLASSIFICAÇÃO: 5ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. OBJETO: Irregularidade no fornecimento do medicamento Cloridrato de Sertralina (Código 9634) pelo Sistema Único de Saúde. REPRESENTANTE: Pablo Antônio Casagrande; REPRESENTADO: Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul; INTERESSADO(S): 5ª Coordenadoria Regional da Saúde. Local do Fato: Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01684.000.540/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Guilherme Martins de Martins. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 8. OBJETO: Acompanhamento da implantação do HPR em Palmeira das Missões. INVESTIGADO(S): Município de Palmeira das Missões. LOCAL DO FATO: Palmeira das Missões.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00820.00163/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Cristiane Cardoso. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Passo Fundo. OBJETO: Investigar o regular e efetivo funcionamento do atendimento de plantão pediátrico no Hospital de Clínicas de Passo Fundo, bem como do atendimento pediátrico na rede pública do Município de Passo Fundo. INVESTIGADOS(S): Hospital de Clínicas de Passo Fundo e Município de Passo Fundo. LOCAL DO FATO: Passo Fundo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01902.000.477/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquari. PROMOTOR(A)



DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberto Carmai Duarte Alvim Junior. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquari. OBJETO: Apurar deficiência no Centro Municipal de Fisioterapia de Taquari e nos serviços de fisioterapia prestados pelo Município de Taquari. INVESTIGADO(S): Município De Taquari. LOCAL DO FATO: Taquari.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01904.000.227/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tenente Portela. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Dinamácia Maciel de Oliveira. CLASSIFICAÇÃO: 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela. OBJETO: Relatam abuso da Autoridade Policial (Brigada Militar). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tenente Portela/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.00035/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: Acompanhamento permanente da Instituição de Longa Permanência de Idosos - ILPI São Miguel, localizada na Rua José Garibaldi, n. 665, Estalagem, em Viamão/RS, em atendimento à Recomendação veiculada por meio do Memo-Cir. n. 001/2016, da Corregedoria-Geral do Ministério Público. VISTORIADO(S): ILIPI São Miguel. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00931.00011/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gisele Moretto. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão. OBJETO: A superação das irregularidades constatadas na vistoria de 12 de dezembro de 2018 na ILPI Residencial da Colina (Associação Evangélica Luterana do Idoso - AELI) relativas (1) à ausência de alvará de saúde, certificados de limpeza de caixa d'água, desinsetização e coleta de resíduos em vigência, (2) carência de plano de atividades e (3) inadequação do prontuário eletrônico que estástituindo à Lei n. 13787/2018. INVESTIGADO(S): Residencial da Colina (Associação Evangélica Luterana do Idoso). LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.249/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar as irregularidades na ILPI Renan Lentz Pereira ME., nome fantasia Nossa Senhora Aparecida, apontadas pela CGVS/SMS na Notificação n. 24728. INVESTIGADO(S): ILPI Renan Lentz Pereira ME. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.293/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Edes Ferreira dos Santos Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Vistoriar permanentemente a ILPI Lar de Idosos Arcanjo Gabriel Ltda., localizada na Rua

Comendador Rodolfo Gomes, n. 352, Bairro Menino Deus, nesta Capital. INVESTIGADO(S): ILPI Arcanjo Gabriel. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de Fevereiro de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 71/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01658.000.027/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Diogo Gomes Tabora. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul. OBJETO: Investigar a situação da unidade de saúde de Caçapava do Sul (Forte Dom Pedro I, no Bairro Floresta), que estaria contaminando o local, prejudicando o atendimento à saúde com esgoto. INVESTIGADO(S): Município de Caçapava do Sul. LOCAL DO FATO: Caçapava do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00763.00005/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Erechim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Karina Albuquerque Denicol. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim. OBJETO: Investigar a ocorrência de irregularidades no serviço de diálise da Fundação Hospitalar Santa Terezinha, de Erechim. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Erechim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01518.000.080/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sérgio da Fonseca Diefenbach. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado. OBJETO: Cobrança serviço de saúde pelo Hospital Santa Isabel - Rede de Saúde Divina Providência, atendimento pelo SUS e cobrança como particular. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Progresso - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01794.000.242/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Mostardas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Graziela da Rocha Vaughan Veleda. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Mostardas. OBJETO: Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo CRAS de Tavares. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Tavares.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00862.00005/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Nádia Baron Ricachenevsky. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul. OBJETO: Averiguar eventual atendimento deficitário à pessoa com deficiência, na área da saúde, no Município de Santa Cruz do Sul. INVESTIGADO(S): Município de Santa Cruz do Sul. LOCAL DO FATO: Santa Cruz do Sul.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.00031/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar a necessidade de regulamentar o acesso dos passageiros idosos à transposição da roleta interna dos ônibus da Região Metropolitana de Porto Alegre. INVESTIGADOS(S): CETM - Conselho Estadual de Transporte Metropolitano e Metroplan. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01625.000.301/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Investigar irregularidades na ILPI Mariúcha Ribeiro Gati e Cia. apontadas no relatório da visita realizada pela PJDDH em 10.12.19 e no Auto de Infração CGVS/SMS n. 11556. INVESTIGADO(S): ILPI Mariúcha Ribeiro Gati e Cia. Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01128.000.113/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Odete Pinzetta. CLASSIFICAÇÃO: 7ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos. OBJETO: Averiguar irregularidades na ILPI Residencial Gerontológico Flor de Maçanilha apontadas pela CGVS/SMS na Notificação n. 25870 e respectivo termo anexo. INVESTIGADO(S): Residencial Gerontológico Flor de Maçanilha Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de Fevereiro de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 73/2019

O COORDENADOR DO CAO CRIMINAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de

Acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01217.00001/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Mariangela Renner Bossle. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre. OBJETO: PA permanente instaurado para fiscalizar o cumprimento da prestação de serviços à comunidade pelos apenados encaminhados à Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Langendonck. Partes: Não informado. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 01 de Março de 2019.

LUCIANO VACCARO,

Coordenador do CAO Criminal.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N. 75/2019

A COORDENADORA DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E DA PROTEÇÃO SOCIAL científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01648.000.366/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Farroupilha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ronaldo Lara Resende. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. OBJETO: Procedimento Administrativo de acompanhamento permanente do Residencial Terapêutico de Farroupilha. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Farroupilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01524.000.089/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Augusto Squarça. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa. OBJETO: Averiguar irregularidade no prazo de atendimento de pacientes eletivos da especialidade traumatologia-ortopedia (alta complexidade). INVESTIGADO(S): Fundação Municipal de Saúde de Santa Rosa - FUMSSAR, 14ª Coordenadoria Regional de Saúde - 14ª CRS. LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01806.000.127/2018. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Parobé. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodolfo Grezzana Corrêa. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé. OBJETO: Possível cobrança de passagem de ônibus indevida pela empresa Vapt Vupt. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Parobé.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de Fevereiro de 2019.

ANGELA SALTON ROTUNNO,

Coordenadora do CAO dos Direitos Humanos, Saúde e da Proteção Social.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 16/2019

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 12 de março de 2019, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO BARROS SILVA: Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/Proteção de Porto Alegre:** 01) Processo n. IC.01411.00183/2016: Objeto: averiguar as condições de funcionamento e o registro perante os órgãos competentes da Escola de Educação Infantil Mundo Encantado. Local: Porto Alegre/RS. Partes: Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre - 9ª PJJ, Município de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e Escola de Educação Infantil Mundo Encantado, situada na Rua Rodolfo Breyer, N. 119, Bairro Belém Novo, nesta capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 02) Processo n. IC.01128.00078/2017: Objeto: averiguar o efetivo cumprimento do direito dos idosos a atendimento preferencial na Agência 0441 da Caixa Econômica Federal, estabelecida na Rua José do Patrocínio, N. 672, Bairro Cidade Baixa, nesta capital. 03) Processo n. IC.01128.00212/2014: Objeto: investigar a política pública habitacional voltada à população em situação de rua no Município de Porto Alegre. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé:** 04) Processo n. IC.00718.00032/2016: Objeto: investigar a responsabilidade da empresa PCC Ltda., do Ex-Prefeito Municipal de Hulha Negra, Sr. Renato Machado, na contratação para construção da rodoviária de Hulha Negra. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro:** 05) Processo n. IC.00721.00022/2012: Objeto: averiguar eventual irregularidade quanto ao cumprimento dos horários por parte de servidores da municipalidade. Parte: Luciano Guimarães Machado Boneberg - Prefeito Municipal de Barra do Ribeiro, Silvana da Costa Abreu, João Alfredo Sevaio e Gabriel Avilez Brau Veres. Local: Município de Barra do Ribeiro. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 06) Processo n. IC.00723.00026/2016: Objeto: averiguar deficiência no atendimento prestado pelos profissionais de saúde (médicos e dentistas) junto ao Posto de Saúde do Distrito de Faria Lemos. Partes: Município de Bento Gonçalves. Local: Bento Gonçalves, RS. 07) Processo n. IC.00723.00051/2012: Objeto: averiguar situação envolvendo possíveis omissões e/ou negativas de atendimentos relacionados às questões de saúde pública junto ao município de Monte Belo do Sul. Investigado: Prefeito Municipal de Monte Belo do Sul. Local: Monte Belo do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 08) Processo n. IC.00722.00017/2018: Objeto: averiguar dano ambiental face o exercício de atividade de oficina mecânica de veículos, sem

licença de operação. Investigado: Antoninho Zanella. Local: Rua Joaquim Toniollo, 810, Bairro Caminhos da Eulália, Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá:** 09) Processo n. IC.00938.00009/2012: Objeto: cobrança certidão de débito TCE-RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul:** 10) Processo n. IC.00729.00001/2017: Objeto: apurar eventual ato de improbidade administrativa cometido por Agente Penitenciário, consistente em afastar-se de seu posto de trabalho nos dias 29/03/2015, 03 e 09/04/2015 por período superior ao registrado em Livro de Ocorrências, sem a devida autorização. **Encaminhado por Designação Excepcional - Érico Rezende Russo:** 11) Processo n. IC.00738.00036/2013: Objeto: apurar eventual desmatamento e supressão de árvores nativas das espécies Capororoca, Água Mirim, Pitangueira e Cabuim, bem como supressão de árvores em Área de Preservação Permanente - APP, sem possuir licença ambiental do órgão competente. Local: Arvorito, 3º Distrito de Canguçu, RS. Investigado: Rubem Lutero Wille. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 12) Processo n. IC.00748.00014/2018: Objeto: possível prejuízo ao meio ambiente decorrente de compensações previstas no art. 4º, inciso II, do Decreto Municipal n. 17.139/2014. 13) Processo n. IC.00748.00264/2013: Objeto: invasão de área pública na Rua Firmino Bonnet (Lote Administrativo N. 08, da Quadra 3767 - ao lado do muro da Visate). Local: Caxias do Sul. Partes: Indefinidos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Caxias do Sul:** 14) Processo n. IC.01135.00013/2016: Objeto: verificação quanto à exigência de taxa de material pela escola sem oferecer a opção de lista de materiais aos responsáveis, para aquisição do comércio local. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas:** 15) Processo n. PA.00950.00035/2015: Objeto: Ofício 003/2013, da Câmara de Vereadores de Charqueadas, comunicando possíveis irregularidades na concessão de bolsas de estudo pela Municipalidade de Charqueadas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 16) Processo n. IC.00754.00022/2015: Objeto: investigar a contratação de empresa de capina de ruas, sem licitação e por valor acima do autorizado, no Município de Pejuçara. Investigado: Município de Pejuçara. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos:** 17) Processo n. IC.00757.00001/2012: Objeto: apurar se há poluição de recursos hídricos ou mesmo se há depósitos de resíduos sólidos. Local: Estrada Dois Irmãos - Sapiranga. Parte: José Leonildo Bentz. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul:** 18) Processo n. IC.00761.00024/2011: Objeto: analisar eventual construção de uma ponte em área de preservação permanente. Apurar irregularidades na implementação do Loteamento "Morada do Sol". **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim:** 19) Processo n. IC.00763.00021/2018: Objeto: investigar a ocorrência de possível ato de improbidade administrativa e/ou dano ao erário no contrato de transporte escolar, em especial a alteração do objeto contratado além dos permissivos legais, não formalização dos respectivos termos aditivos, realização de pagamentos em desacordo com o contrato e sem qualquer



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

justificativa, precariedade dos controles internos e ausência de fiscalização do serviço executado, que podem ter resultado em pagamentos indevidos. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim:** 20) Processo n. IC.00762.00043/2016: Objeto: apurar o depósito irregular de dejetos bovinos, diretamente sobre o solo e a céu aberto, decorrente de um estábulo para criação de gado, o qual possui uma bacia de contenção cheia com um de seus lados rompido, fato constatado no dia 20 de junho de 2016, na Linha Lajeado Paca, interior do Município de Aratiba (RS), tendo como investigado Márcio Zin. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim:** 21) Processo n. IC.00763.00082/2018: Objeto: investigar eventuais irregularidades sanitárias no Mercado Querência de Erechim. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha:** 22) Processo n. IC.00766.00021/2007: Objeto: investigação de possível concessão de autorização para viagem do Prefeito de Estância Velha a Cuba em 2005. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio:** 23) Processo n. IC.00768.00108/2012: Objeto: investigar poluições hídrica e atmosférica decorrentes de atividade de cromagem praticada, em tese, sem as precauções para salvaguardar o meio ambiente, na Av. Independência, n. 2.920, Esteio, RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Andrea Almeida Barros:** 24) Processo n. IC.01342.00102/2010: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente ao investigado, no território do município de Roca Sales. Investigados: Alex Neinas, Município de Roca Sales, Rua Gal. Osório, 256, Município de Roca Sales/RS. 25) Processo n. IC.01342.00552/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente ao investigado, no território do Município de Roca Sales/RS. Investigados: Isaura Bertinato e Município de Roca Sales/RS. Local: Linha João Abbott, Roca Sales/RS. 26) Processo n. IC.01342.00564/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente ao investigado, no Município de Roca Sales. Investigados: Município de Roca Sales e Egidio Villa. Local: Linha João Abbott-Campinhos, Município de Roca Sales/RS. 27) Processo n. IC.01342.00565/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente ao investigado, no Município de Roca Sales. Investigados: Município de Roca Sales e Ivanir Pelizari. Local: Linha João Abbott-Campinhos, Município de Roca Sales. 28) Processo n. IC.01342.00567/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente ao investigado, no Município de Roca Sales. Investigados: Município de Roca Sales e Débora Zortea. Local: Linha João Abbott-Campinhos, Município de Roca Sales. 29) Processo n. IC.01342.00571/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente ao investigado, no Município de Roca Sales. Investigados: Município de Roca Sales e Ito Agostini. Local: Linha João Abbott-Campinhos, Município de Roca Sales. 30) Processo n. IC.01342.00573/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente ao investigado, no Município de Roca Sales. Investigado: Município de Roca Sales e Elzira Agostini. Local: Linha João Abbott-Campinhos, Município de Roca Sales/RS. 31) Processo n.

IC.01342.00574/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente ao investigado, no Município de Roca Sales. Investigados: Município de Roca Sales e Eloi Agostini. Local: Linha João Abbott-Campinhos, Município de Roca Sales/RS. 32) Processo n. IC.01342.00628/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente a Valmir Debona, no território do Município de Roca Sales. Investigado: Valmir Debona. Local: Linha Violanda, Município de Roca Sales/RS. 33) Processo n. IC.01342.00629/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente a Fanor Gugel, no território do Município de Roca Sales. Investigado: Fanor Gugel. Local: Linha Violanda, Município de Roca Sales/RS. 34) Processo n. IC.01342.00630/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área Pertencente ao investigado, no território do Município de Roca Sales/RS. Investigados: Fernando Bradalise e Município de Roca Sales/RS. Local: Linha Violanda, Roca Sales/RS. 35) Processo n. IC.01342.00632/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente a Ivair Zanchetti, no território do Município de Roca Sales. Investigado: Ivair Zanchetti. Local: Linha Violanda, Município de Roca Sales/RS. 36) Processo n. IC.01342.00634/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente a Fanor Gugel, no território do Município de Roca Sales. Investigado: Fanor Gugel. Local: Linha Violanda, Município de Roca Sales/RS. 37) Processo n. IC.01342.00636/2011: Objeto: Recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente a Zelindo Berselli, no território do Município de Roca Sales. Investigados: Zelindo Berselli e Município de Roca Sales. Local: Linha Santo André, Município de Roca Sales/RS. 38) Processo n. IC.01342.00639/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente a Euclides Bombassaro, no território do Município de Roca Sales. Investigados: Euclides Bombassaro e Município de Roca Sales. Local: Linha Santo André, Município de Roca Sales/RS. 39) Processo n. IC.01342.00645/2011: Objeto: recuperação do Corredor Ecológico do Rio Taquari na área pertencente a Joselei Maria Maldaner Griebeler, no território do Município de Roca Sales. Investigados: Joselei Maria Maldaner Griebeler e Município de Roca Sales. Local: Linha São Judas Tadeu, Município de Roca Sales/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Garibaldi:** 40) Processo n. IC.00776.00009/2014: Objeto: apurar as condições de acessibilidade do Hospital Beneficente São Pedro, localizado na Travessa 31 de Outubro, 07, Centro, Garibaldi/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 41) Processo n. IC.00783.00009/2018: Objeto: apurar supressão de vegetação nativa sem autorização ambiental na Estrada Ozi Costa, s/n., interior de Glorinha, tendo como investigado o Sr. Marciano da Gama Boeno. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão:** 42) Processo n. IC.00798.00012/2015: Objeto: ausência de lixeiras adequadas para o depósito do lixo na rua. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 43) Processo n. IC.00801.00018/2015: Objeto: apurar dano ambiental consistente no corte de 2 (dois) pinheiros brasileiros e o bosqueamento em floresta nativa,



onde foi suprimido todo o sub-bosque, atingindo área de 0,24 hectares, sem autorização do órgão ambiental competente. 44) Processo n. IC.00801.00053/2014: Objeto: apurar dreno em banhado, em Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Rudinei Antônio Calegari. Local: Caseiros/RS. 45) Processo n. IC.00801.00090/2013: Objeto: apurar destruição de floresta nativa, dreno em banhado e intervenção em nascente, sem autorização do órgão ambiental competente. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo**: 46) Processo n. IC.00820.00061/2018: Objeto: prática de descarte irregular de resíduos orgânicos, localizado na Rua Tiradentes, 450, nesta cidade, tendo como investigado restaurante Mac Leth. 47) Processo n. IC.00820.00094/2012: Objeto: denúncia oriunda da Ong Ariva - Associação Amigos do Rio da Várzea, relativa a prática de poluição hídrica - saneamento nas obras do Presídio Regional de Passo Fundo. (Presídio de Carazinho). **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas**: 48) Processo n. IC.00824.00040/2014: Objeto: aterramento de banhado. Partes: Investigados: Udo Venzke e Hugo Porto. Local: BR 116 KM 516,5 8430 - Três Vendas - Pelotas/RS. 49) Processo n. IC.00824.00079/2011: Objeto: construção em área de preservação permanente. Partes: Rogério Clasein Lorenzetti (investigado). Local: Pelotas/RS. 50) Processo n. IC.00824.00159/2017: Objeto: apurar eventual perturbação ao sossego nas proximidades da Rua Três de Maio esquina com Andrade Neves. Local: Pelotas. Representante: Reginaldo Parcianello. Investigado: Container Lanches. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo**: 51) Processo n. IC.00855.00017/2014: Objeto: visa apurar poluição sonora dos eventos realizados no Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora Aparecida, localizado na Rua Nossa Senhora Aparecida, s/n, Jardim Boa Vista. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul**: 52) Processo n. IC.00861.00048/2015: Objeto: apurar a degradação ambiental em área localizada na Rua João Simon, n. 1254, Bairro Schulz, no município de Santa Cruz do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria**: 53) Processo n. IC.00864.00048/2014: Objeto: investigar possíveis irregularidades estruturais na nova sede do COMDICA e deficiência quanto aos recursos humanos e materiais. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria**: 54) Processo n. IC.00865.00040/2015: Objeto: eventuais irregularidades no Ambulatório de Saúde Mental, estrutura material inadequada (exceto problemas estruturais na construção) e recursos humanos e atendimento insuficientes. Local: Santa Maria. Investigados: Ambulatório de Saúde Mental e Município de Santa Maria. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Maria**: 55) Processo n. IC.01138.00023/2014: Objeto: verificação da existência de planos de prevenção contra incêndio e alvarás das escolas públicas (estaduais e municipais) e privadas, situadas no Município de Ivorá. Investigados: Estado do Rio Grande do Sul, Município de Ivorá. Local: Município de Ivorá. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa**: 56) Processo n. IC.00868.00014/2015: Objeto: investigar possível contratação

de empresa administrada pelo Vice-Prefeito de Tuparendi para prestar serviços ao Município, bem como cumulação do referido cargo público com função de administração em empresa privada. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo**: 57) Processo n. IC.01132.00013/2018: Objeto: investigar a existência Plano de Prevenção Contra Incêndios (PPCI) e do alvará de prevenção contra incêndios nas escolas da rede pública municipal e da rede privada situadas no Município de Porto Lucena. Local: Município de Porto Lucena - RS. Investigado: Município de Porto Lucena - RS. 58) Processo n. IC.01132.00014/2018: Objeto: regularizar o fornecimento de transporte escolar adequado aos alunos matriculados na Escola de Educação Especial Raio de Sol, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Santo Ângelo. Local: Município de Santo Ângelo. Investigado: Município de Santo Ângelo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Borja**: 59) Processo n. PI.00879.00037/2018: Objeto: averiguar possível excesso no aumento do valor da passagem. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis**: 60) Processo n. IC.00881.00038/2010: Objeto: investigar o corte de árvores (crime contra a flora) na localidade de Serrinha dos Canários, 5º Distrito, interior do Município de São Francisco de Assis, RS, consoante relatório Ambiental número 035/2ºGPA/2010, datado de 02 de setembro 2010. Investigado: Helconides Lamberti Bissaco. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo**: 61) Processo n. PI.00887.00055/2017: Objeto: apurar irregularidades no Convênio n. 16/2014 (videomonitoramento pela Brigada Militar), realizado pelo Município de São Jerônimo. 62) Processo n. PI.00887.00063/2017: Objeto: apurar possível supressão de vegetação nativa sem o devido licenciamento ambiental na localidade de Porteirinha / Porto do Conde, no município de São Jerônimo. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara**: 63) Processo n. IC.00911.00008/2018: Objeto: apurar possível dano aos consumidores pelo vício de quantidade de combustível. Investigado: Abastecedora Fagundes Ltda. Local: Taquara/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí**: 64) Processo n. IC.00915.00096/2016: Objeto: investigar a falta de capacitação e equipamentos dos Guardas Municipais do Município de Tramandaí. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos**: 65) Processo n. IC.00917.00002/2012: Objeto: apurar possível ocorrência de dano ambiental no Município de Esperança do Sul, na propriedade do Sr. Renato Rui Ewald e Laticínios Santa Mônica, onde foi constatada poluição hídrica nos mananciais de água. Localidade de Esquina Pedrali no Município de Esperança do Sul. Parte: Laticínios Santa Mônica. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tupaciretã**: 66) Processo n. IC.00920.00003/2017: Objeto: apurar a prática de dano ambiental decorrente do abate de animal silvestre (onça parda), no de 2016, em circunstâncias de data e horário não suficientemente esclarecidos. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana**: 67) Processo n. IC.00922.00062/2013: Objeto: apurar eventual irregularidade no estabelecimento do bar na Escola



Estadual de Ensino Médio Embaixador João Baptista Luzardo. 68) Processo n. IC.00922.00073/2012: Objeto: investigar possível ato de improbidade administrativa consistente na contratação de serviços advocatícios de André Luis dos Santos Barbosa sem licitação. Investigado: José Francisco Sanchotene Felice, Prefeito Municipal. Local: Município de Uruguaiana. **Encaminhado por Designação Excepcional - Pedro Rui da Fontoura Porto**: 69) Processo n. IC.00927.00008/2015: Objeto: apurar ocorrência de dano ambiental decorrente do depósito irregular de mata nativa, cometida pelo investigado, em razão de danificação de floresta em APP, na Linha América, em Venâncio Aires. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão**: 70) Processo n. PI.00930.00031/2018: Objeto: dano aos consumidores decorrente de eventuais irregularidades no estabelecimento denominado "Tia Lisi Festas", localizado na Avenida Senador Salgado Filho, n. 9.043, Jardim Krahe, em Viamão/RS. **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI**: **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 8**: 71) Processo n. IC.00818.00009/2016: Objeto: procedimento instaurado para apurar eventual prejuízo aos cofres públicos do Município de Palmeira das Missões em razão do contrato firmado entre a Câmara de Vereadores e o IPE-SAÚDE. Investigado: A ser apurado. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas**: 72) Processo n. IC.00824.00036/2015: Objeto: dano ambiental decorrente de supressão de espécies nativas, impedimento de regeneração natural de vegetação e de remoção de pedras na Colônia Municipal (4º Distrito). Local: Pelotas. Investigado: Cleber Luiz Peter Scheunemann. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO BANDEIRA PEREIRA**: **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre**: 73) Processo n. IC.00829.00046/2015: Objeto: sigiloso. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**: 74) Processo n. IC.01128.00056/2017: Objeto: averiguar deficiências na infraestrutura e nos recursos humanos na US Domênico Feoli. 75) Processo n. IC.01128.00145/2012: Objeto: averiguar eventuais irregularidades na Ilpi Residencial Gerontológico Nossa Senhora Auxiliadora - Lurdes Bender Me., localizada na Rua Lageado, N. 1138, Bairro Petrópolis, nesta capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística**: 76) Processo n. IC.01202.00017/2015: Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de rede pública e coleta de esgoto na Rua Dorival Castilho Machado, a partir do número 795 ao número 1545, Bairro Hípica, nesta Capital. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Agudo**: 77) Processo n. IC.00710.00004/2013: Objeto: PPCI - apurar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas, e respectivo exercício do poder de polícia administrativo. Investigados: Município de Paraíso do Sul e Estado do Rio Grande do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro**: 78) Processo n. IC.00721.00034/2010: Objeto: averiguar eventuais inadequações nos índices de qualidade, estabilidade e continuidade dos serviços de distribuição de energia elétrica, pela CEEE-D, no Município de

Barra do Ribeiro e região, e promover medidas cabíveis para a sua melhora. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves**: 79) Processo n. IC.00723.00020/2017: Objeto: apurar a comercialização de carne e outros alimentos impróprios para o consumo humano e/ou armazenados de forma inadequada em desatendimento às normas sanitárias. Investigado: Frigorífico Razzera Ltda. Local: Bento Gonçalves/RS. 80) Processo n. IC.00723.00035/2016: Objeto: averiguar irregularidades na aplicação de valores repassados ao Município de Bento Gonçalves, pela União Federal, para a execução dos Convênios N. 707590/2009 e 706592/2009. Partes: Heber Moacir dos Santos e Ivane Remus Fávero. Local: Bento Gonçalves, RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Alexandre Sikinowski Saltz**: 81) Processo n. IC.00938.00007/2016: Objeto: apuração de irregularidades no funcionamento do estabelecimento comercial. Local: Av. Piratini, n. 428, Centro, em Butiá. Investigado: GT Veículos. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul**: 82) Processo n. IC.00726.00014/2014: Objeto: averiguar suposto caso de infração ambiental, consubstanciada em supressão e danificação de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul**: 83) Processo n. IC.00728.00036/2012: Objeto: apurar omissão do Poder Público Municipal, na prestação positiva aos municípios a à tutela ao meio ambiente de limpeza e proteção nas áreas de preservação permanente, no caso, na Rua Capané e Espatódeas, Bairro Preussler. Investigado: Município de Cachoeira do Sul, RS. 84) Processo n. IC.00728.00039/2018: Objeto: investigar degradação ambiental causada pela disposição irregular de resíduos sólidos, em contrariedade às Resoluções n. 307/02, 448/02, 384/04 e 431/11, do CONAMA, praticada pela Empresa Alexandre Terraplanagem, CNPJ n. 09.527.186/0001-06, situada na Rua Duque de Caxias, n. 944, em Cachoeira do Sul. 85) Processo n. IC.00728.00045/2017: Objeto: investigar a oferta e comercialização de produtos impróprios para consumo. Investigado: Super Bento Comércio de Alimentos, CNPJ n. 01.315.228/0001-33, com endereço na Rua Bento Gonçalves, n. 981, nesta Cidade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã**: 86) Processo n. IC.00732.00016/2000: Objeto: apurar a existência de aterro sanitário em condições irregulares de funcionamento no município de Arambaré/RS, o qual é investigado. 87) Processo n. IC.00732.00044/2011: Objeto: apurar a ausência de fornecimento de água potável na localidade de Boa Vista, Chuvisca/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas**: 88) Processo n. IC.00739.00186/2011: Objeto: apurar loteamento clandestino e danos à APP com danos relativos à poluição hídrica em sanga natural. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa**: 89) Processo n. IC.00949.00030/2013: Objeto: averiguar funcionamento irregular da Empresa Artefatos de Cimento Guará, localizada na Rua Pindorama, n. 2500, Bairro Morada do Sol, em Capão da Canoa, proprietário Leandro Evaldt Hahn, residente no local. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa**: 90) Processo n. IC.00949.00142/2014: Objeto: averiguar o



cumprimento do disposto na Lei n. 12.594/2012, relativo à Programa de Execução de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, disponível no Município de Capão da Canoa/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 91) Processo n. IC.00748.00089/2018: Objeto: Rua Oliveira Viana - ausência ou deficiência na prestação de serviços públicos essenciais. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 92) Processo n. IC.00748.00109/2018: Objeto: atividade de armazenamento de resíduos sólidos em desacordo com exigências estabelecidas em leis, bem como causar poluição pelo descarte irregular. Partes: PATRAM (representante). Gilberto da Silva (investigado). Local: Caxias do Sul/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul:** 93) Processo n. IC.00748.00132/2017: Objeto: possível irregularidade na terceirização de serviços pelo Poder Executivo. Partes: Representante – sigiloso. Investigado - Município de Caxias do Sul. Local: Caxias do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul:** 94) Processo n. IC.00748.00133/2017: Objeto: possível irregularidade na conduta da Guarda Municipal em conflito com cidadãos que se encontravam em frente ao Centro Administrativo de Caxias do Sul. Partes: Representante - Ricardo Fabris de Abreu. Investigado - Ivo Rauber, Diretor da Guarda Municipal; José Francisco Mallmann, Secretário de Obras de Segurança Pública. Local: Caxias do Sul. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul:** 95) Processo n. IC.00748.00138/2012: Objeto: deficiência grave no projeto executivo elaborado pela STE – Serviços Técnicos de Engenharia S.A. (Contrato n. 026/2008), no que tange à construção da Estação de Tratamento de Água do Sistema de Produção do Arroio Marrecas, consistente em subdimensionamento dos serviços de escavação em rocha em percentual de 3.360%, resultando em dispêndio a maior no valor de R\$ 555.117,43 (valor apurado até dez/2010); subdimensionamento da rede de alimentação elétrica em percentual de cerca de 1.000%, resultando em dispêndio a maior no valor de R\$ 115.876,91 (valor apurado até dez/2010); subdimensionamentos, erros de estimativas, omissões (armaduras e concreto armado) e concepção equivocada de instalação das armaduras, com diferença a maior de R\$ 822.525,91 (valor apurado até dez/2010); remuneração indevida à empresa STE – Serviços Técnicos de Engenharia S.A., em razão do contrato n. 026/2008, por apresentação de projeto executivo inexecutível tecnicamente, que foi executado com prejuízo ao erário; responsabilidade da empresa Construtora Sanenco Ltda. por aceitar contratação (contrato n. 066/2009) e executar projeto inexecutível tecnicamente, com prejuízo ao erário. Partes: De Ofício (Representante), Serviço Municipal de Água e Esgoto – Samae, Marcus Vinicius Caberlon (Diretor-Presidente do Samae), STE – Serviços Técnicos de Engenharia S.A. e Construtora Sanenco Ltda. (investigados). Local: Caxias do Sul/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 96) Processo n. IC.00748.00236/2013: Objeto: Loteamento Kayser II, situado no Lote n. 10 da Quadra n. 5875 desta cidade - Área pública n. 429, matriculada sob o n. 22.429 do Registro de Imóveis da 1ª Zona de Caxias do Sul -

Regularização fundiária e proteção ao direito de moradia. Local: Caxias do Sul. Partes: Município de Caxias do Sul (investigado). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cerro Largo:** 97) Processo n. IC.00751.00006/2015: Objeto: apurar condutas lesivas ao meio ambiente decorrente do funcionamento de atividade de recebimento, secagem, depósito e expedição de grãos sem as devidas licenças de operação expedidas pelo órgão ambiental competente e sem o Plano de Prevenção e Combate a Incêndio expedido pelo Corpo de Bombeiros. Investigado: Giovelli e Cia Ltda e Luciano Cegelka. Local: Cerro Largo/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas:** 98) Processo n. IC.00950.00007/2012: Objeto: apurar eventuais irregularidades por parte do Executivo Municipal, referente à composição do quadro dos servidores públicos contratados através de contratos emergenciais em volume excessivo e lotados na Secretaria Municipal da Infância, Juventude, Mulher e Minorias e na Secretaria Municipal da Assistência Social de Charqueadas. Investigado: Município de Charqueadas/RS. Local: Charqueadas/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta:** 99) Processo n. IC.00754.00040/2013: Objeto: apurar possível ocorrência de crime ambiental em razão do corte de 45 eucaliptos em APP, na localidade de Rincão dos Valos, interior de Fortaleza dos Valos, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Olavo Toledo Goulart. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 100) Processo n. IC.00754.00019/2013: Objeto: apurar possível prática de atos de improbidade administrativa na realização da 3ª Tropeada Artística e 4º Rodeio Universitário e Aberto do Mercosul, em maio de 2010, na cidade de Cruz Alta. Investigado: Município de Cruz Alta. 101) Processo n. IC.00754.00031/2015: Objeto: sigiloso. 102) Processo n. IC.00754.00055/2015: Objeto: apurar suposta irregularidade praticada pela Câmara de Vereadores do Município de Cruz Alta e pelo Município de Cruz Alta, consistente na falta de implementação da Lei de Acesso à informação, Lei n. 12.527/11. Investigados: Rafael Braga Librelotto e Juliano da Silva. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul:** 103) Processo n. IC.00970.00010/2001: Objeto: loteamento irregular em área pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul, Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária-Fepagro, denominado "Loteamento Progresso". Investigado: Município de Eldorado do Sul. Local: Município de Eldorado do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul:** 104) Processo n. IC.00761.00002/2013: Objeto: a fim de investigar e acompanhar a situação da educação infantil no município de Amaral Ferrador, considerando os dados recebidos do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim:** 105) Processo n. IC.00763.00019/2018: Objeto: investigar a ocorrência de possível ato de improbidade administrativa e/ou dano ao erário no contrato de transporte escolar, em especial a alteração do objeto contratado além dos permissivos legais, não formalização dos respectivos termos aditivos, realização de pagamentos em desacordo com o contrato e sem qualquer justificativa, precariedade dos controles internos e ausência de fiscalização do serviço executado, que podem ter resultado em pagamentos



indevidos. 106) Processo n. IC.00763.00022/2018: Objeto: investigar a ocorrência de possível ato de improbidade administrativa e/ou dano ao erário no contrato de transporte escolar, em especial a alteração do objeto contratado além dos permissivos legais, não formalização dos respectivos termos aditivos, realização de pagamentos em desacordo com o contrato e sem qualquer justificativa, precariedade dos controles internos e ausência de fiscalização do serviço executado, que podem ter resultado em pagamentos indevidos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Feliz:** 107) Processo n. IC.00773.00012/2014: Objeto: supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente e construção de açude, sem autorização do órgão ambiental competente, propriedade de Rogerio Michelon Cordeiro, no Morro das Batatas, Município de Alto Feliz. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 108) Processo n. IC.00783.00003/2014: Objeto: investigar possível atividade de silvicultura não licenciada pelos órgãos competentes na propriedade localizada na Estrada Santa Cruz, 5500, Bairro Morungava, em Gravataí. Investigado: Darci Victor da Silva. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 109) Processo n. IC.00933.00016/2014: Objeto: apurar funcionamento de oficina mecânica e de chapeação e pintura sem possuir as devidas licenças ambientais. Investigado: Ernei Luis Gauer Júnior. Local: Igrejinha, RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí:** 110) Processo n. IC.00794.00043/2015: Objeto: inquérito civil instaurado com o objetivo de investigar dano ambiental decorrente de construção de edificações em área de preservação permanente e supressão de árvore de espécie nativa fora de área de preservação permanente, tudo sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: Associação de Apicultores de Ijuí. Local: Ijuí. 111) Processo n. IC.00794.00057/2015: Objeto: fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas no termo de compromisso de ajustamento de conduta, com a regularização das atividades mediante licenciamento ambiental e cumprimento das condições impostas para sua concessão. Investigado: Associação dos Funcionários da Fidene, situado na Rua Guilherme Timm, s/n., Bairro Morada do Sol, Ijuí (RS). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Ijuí:** 112) Processo n. IC.00793.00003/2018: Objeto: a apuração de eventual transgressão das normas contidas nos arts. 243 e 81, inciso II, do ECA, consistente na venda, entrega ou fornecimento de bebida alcoólica a menores de idade. Investigado: Mercado e Açougue Vettorato, representado por Juraci Luis Vettorato, situado na Rua 7 de Setembro, n. 815, Bairro Centro, em Ijuí (RS). **Encaminhado por Designação Excepcional - Tânia Maria Schneider Cavallini:** 113) Processo n. IC.01349.00006/2013: Objeto: reconstituir a mata ciliar do Rio Ijuizinho na propriedade do investigado Alisson Rudinei Schmitt, sendo o imóvel situado na Localidade de Rincão Seco, interior do Município de Augusto Pestana/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Iraí:** 114) Processo n. IC.00796.00012/2015: Objeto: investigar crime ambiental causado pelo lançamento de dejetos bovinos em curso hídrico e solo. Local: Linha Ramal da saúde. Nome: Moacir José Pilatti. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de**

Itaqui: 115) Processo n. IC.00797.00021/2012: Objeto: apurar a poluição sonora provocada pelo investigado em festas promovidas no local, bem como problemas de perturbação ao sossego alheio decorrentes dos frequentadores dos eventos realizados ante a permanência de veículos com som automotivo no entorno do estabelecimento social. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão:** 116) Processo n. IC.00798.00013/2014: Objeto: apurar violação à legislação consumerista, mediante a contratação de garantias em desacordo com a lei. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 117) Processo n. IC.00801.00003/2014: Objeto: apurar intervenção em Área de Preservação Permanente através da abertura e reabertura de valos, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigada: Marcia Pedrosa. Local: Caseiros/RS. 118) Processo n. IC.00801.00011/2016: Objeto: apurar dano ambiental consistente na destruição de floresta nativa em APP, sem autorização do órgão ambiental competente. Local: Sede Piva, interior do Município de Lagoa Vermelha/RS. Investigado: Ari Alves Monteiro. 119) Processo n. IC.00801.00043/2015: Objeto: apurar dano ambiental consistente na supressão de 379 espécies de pinheiro brasileiro, sendo que o alvará autorizava a supressão de 267 espécimes, comprovadamente plantadas. Investigado: Celso Antonio Nezzello. Local: Ibiraiaras/RS. 120) Processo n. IC.00801.00047/2015: Objeto: apurar dano ambiental consistente na destruição de floresta nativa, com emprego de um trator esteira e de uma escavadeira hidráulica, sem autorização do órgão ambiental competente. Investigado: Algemiro Piva. Local: Caseiros/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado:** 121) Processo n. IC.00802.00003/2017: Objeto: regularização de atividade de coleta de resíduos sólidos. 122) Processo n. IC.00802.00006/2015: Objeto: investigar supressão de vegetação nativa em estágio médio e avançado de regeneração em área de preservação permanente. "rampa de vôo livre". 123) Processo n. IC.00802.00014/2016: Objeto: investigar o funcionamento de oficina sem qualquer licença ambiental em área de APP. 124) Processo n. IC.00802.00022/2018: Objeto: supressão de vegetação nativa sem autorização competente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau:** 125) Processo n. IC.00806.00017/2013: Objeto: apurar poluição hídrica (efluentes domésticos) em canal (valo) anteriormente utilizado pela empresa Fuga Couros S/A para captação de água para utilizá-la no processo de curtimento de couro. Local: Bairro Constante Fuga no Município de Marau/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 126) Processo n. IC.00820.00138/2017: Objeto: apurar a regularidade da contratação temporária e direta de empresas, sem lei autorizadora, nos anos de 2013 e 2014, bem como a contratação direta de prestadores de serviços, sem utilizar servidores do quadro efetivo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 127) Processo n. IC.00820.00185/2017: Objeto: prática de danos à flora - supressão de vegetação nativa em APP, na localidade da Rua Nossa Senhora de Lourdes, no município de Mato Castelhana, tendo como Investigado Vilmar Terres e como o requerente 3º BABM.



Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo: 128) Processo n. IC.01136.00006/2016: Objeto: apuração de irregularidades no atendimento educacional disponibilizado na Escola de Educação Infantil Carinho de Mãe (antiga Escola de Educação Infantil Tia Negra). Investigada: Escola de Educação Infantil Carinho de Mãe. Local: Município de Passo Fundo/RS. **Encaminhado por Des. Exc. - Regime de Exceção - Promotoria Regional de Passo Fundo - João Paulo Bittencourt Cardozo:** 129) Processo n. IC.01136.00149/2011: Objeto: verificação da existência e da eventual necessidade de disponibilização e/ou ampliação da oferta de ensino infantil (creche e pré-escola) no Município de São José das Missões. Investigado: Município de São José das Missões. Comarca: Palmeira das Missões. Local: São José das Missões. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pedro Osório:** 130) Processo n. IC.00823.00007/2014: Objeto: elaboração de lei de diretrizes gerais de ocupação do território, em substituição à Lei Municipal 2.475/2009, declarada inconstitucional por meio da ADIN n. 70049263536. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 131) Processo n. IC.00824.00030/2017: Objeto: apurar eventual irregularidade em razão da inércia do Município de Capão do Leão quanto à execução de obra de prolongamento de rua em área recebida em doação. Partes: Investigado: a definir. Local: Capão do Leão/RS. 132) Processo n. IC.00824.00047/2014: Objeto: poluição sonora causada por fábrica de móveis. Local: Rua Major Francisco Nunes de Souza n. 4197, Pelotas. Reclamante: Francisco Morais Santiago. Investigado: Neuton Alves Jardim ME. **Encaminhado por Designação Excepcional - Aljaira Lima Terra:** 133) Processo n. IC.00824.00053/2018: Objeto: apurar eventual nepotismo no Município de Capão do Leão, com a nomeação de Gustavo Domingues como Diretor de Educação. Local: Capão do Leão/RS. Investigado: Gustavo Domingues e a apurar. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito:** 134) Processo n. IC.00945.00001/2016: Objeto: apurar a ocorrência de dano ambiental pela supressão de vegetação nativa, sem licença ambiental, na Linha Santa Bárbara, Rodeio Bonito. 135) Processo n. IC.00945.00004/2016: Objeto: apurar a ocorrência de dano ambiental consistente na supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, em uma área de, aproximadamente, 2.000 m², bem como a construção de um pavilhão também em APP, sem a devida licença ambiental exarada pelo órgão ambiental competente, na Rua Alberto Germano Lawisch, em Cristal do Sul. 136) Processo n. IC.00945.00018/2013: Objeto: relata irregularidades no processo seletivo relativo ao NAAB de Pinhal. Local: Pinhal. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí:** 137) Processo n. IC.01129.00027/2013: Objeto: apurar eventual ato de improbidade administrativa envolvendo médicos, mantedora do hospital e Prefeitura Municipal de Salto do Jacuí - RS. Local: Salto do Jacuí - RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva:** 138) Processo n. IC.00857.00025/2016: Objeto: apurar dano ambiental consistente no corte de trinta e uma árvores nativas das espécies canela, açoita-cavalo, entre outras, em estágio médio e avançado de regeneração, fora de área de preservação permanente e em floresta nativa, bem como no

uso de fogo em uma área de 0,33 ha com grama, sem licença ambiental. 139) Processo n. IC.00857.00031/2016: Objeto: apurar dano ambiental consistente no depósito de 17 (dezessete) toras da espécie cedro próximo à propriedade da empresa Madeireira Silvestrini & Silvestrini LTDA - ME, totalizando 4,10 metros cúbicos de madeira, sem licença ambiental. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul:** 140) Processo n. IC.00862.00003/2017: Objeto: apurar irregularidades na Instituição de Longa Permanência para Idosos Carinho e Companhia Residencial Geriátrico, situada na Rua Carlos Trein Filho, n. 627, Bairro Centro, em Santa Cruz do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul:** 141) Processo n. IC.01139.00009/2016: Objeto: averiguar a situação do atendimento e oferta de vagas na educação infantil do município de Estrela Velha. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria:** 142) Processo n. IC.00865.00006/2015: Objeto: acumulação de cargos públicos com incompatibilidade de horário, de servidora do HUSM e da Prefeitura Municipal de Santa Maria. Investigado: Marli Duarte Keller. Local: Santa Maria. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria:** 143) Processo n. IC.00865.00008/2014: Objeto: descarte de resíduos sólidos diversos (urbanos, vasilhames de óleo, eletrônicos) às margens da Estrada Municipal Fiorino Stefanon, Bairro Passo da Ferreira, Distrito de Boca do Monte, em Santa Maria. Investigados: Luís Alberto Lemos de Oliveira e Município de Santa Maria. **Encaminhado por Designação Excepcional - Everton Luís Resmini Meneses:** 144) Processo n. IC.01234.00033/2014: Objeto: averiguar os fatos relativos às irregularidades apontadas pela UCCI no âmbito do Departamento de Água e Esgotos de Santana do Livramento - DAE, com o fim de identificar eventual ato de improbidade administrativa por parte do Diretor-Presidente da Autarquia, no ano de 2011, por despesas irregulares. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa:** 145) Processo n. IC.00868.00011/2018: Objeto: instar o estabelecimento a adequar suas condições sanitárias, não comercializar produtos impróprios para o consumo humano, e não funcionar em desacordo com as licenças dos órgãos competentes. 146) Processo n. IC.00868.00012/2018: Objeto: instar o estabelecimento a adequar suas condições sanitárias, não comercializar produtos impróprios para o consumo humano, e não funcionar em desacordo com as licenças dos órgãos competentes. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago:** 147) Processo n. IC.01223.00016/2014: Objeto: apurar eventuais irregularidades praticadas pela então prefeita de Unistalda, Cláudia Denise Disconzi Pavanelo, por ter enviado Projeto de Lei à Câmara de Vereadores propondo o aumento da carga horária dos enfermeiros do Município, com o intuito de obter benefício próprio, haja vista que é enfermeira concursada do Município de Unistalda. 148) Processo n. IC.01223.00052/2015: Objeto: apurar dano ambiental decorrente do corte de árvores da espécie exótica eucalipto, em Área de Preservação Permanente – banhado, supressão de vegetação nativa e rasteiro, e uso do fogo, sem licença ou autorização da autoridade competente, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes, na propriedade



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

de Edeber Ramos, na Localidade de Estrada das Areias, nas margens da RSC 377, interior do Município de Capão do Cipó/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 149) Processo n. IC.00872.00059/2017: Objeto: averiguar a regularidade das atividades desenvolvidas pela empresa. Local: Rincão dos Moscon, interior de Santo Angelo, RS. Investigado: Balduino Pires Soares. 150) Processo n. IC.00872.00233/2013: Objeto: averiguar a regularidade de área. Local: esquina das ruas Brasília e Victor Müller Lampert, Bairro Dornelles, Santo Ângelo, RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 151) Processo n. IC.00876.00043/2014: Objeto: averiguar possível infração prevista no art. 81 da Lei 8.069/90, consistente na venda de bebida alcoólica a adolescentes, nas dependências da "Danceteria Porão", na cidade de Santo Augusto. Investigados: Andrio G. da Silva & Cia LTDA – ME, nome fantasia "Danceteria Porão", na pessoa de seu representante legal, Andrio Guterres da Silva e Jonathan Janke, promotor de eventos. Local: Santo Augusto. 152) Processo n. IC.00876.00057/2015: Objeto: apurar eventual omissão do Município em relação ao dever de fiscalização dos estabelecimentos públicos e privados, de qualquer natureza, onde haja aglomeração de pessoas, objetivando a preservação da segurança e da incolumidade física dos frequentadores. Investigado: O Município de Santo Augusto, na pessoa do Prefeito Municipal José Luiz Andrighetto. Local: Santo Augusto/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo:** 153) Processo n. IC.00887.00011/2014: Objeto: promover a regularização da empresa denominada Ecomarco Indústria e Comércio de Madeira Eirlei-ME, bem como promover a compensação dos possíveis danos ambientais causados pelo empreendimento, localizado na Rua Jacob Griesang, 579, Bairro Colivini em Arroio dos Ratos-RS, figurando como investigados a própria empresa e seu proprietário Humberto Souza Meneghini. 154) Processo n. IC.00887.00011/2016: Objeto: apurar eventual prorrogação indevida de contrato administrativo de serviço temporário para o cargo de dentista, pelo Município de São Jerônimo, em prejuízo a nomeação de candidatos aprovados em concurso público regular. 155) Processo n. IC.00887.00014/2016: Objeto: apurar dano ambiental decorrente da realização de eventos pela casa noturna Infinity, situada na Av. Amadeu Dalben, n. 737, Bairro Centro, em Arroio dos Ratos-RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte:** 156) Processo n. IC.00888.00010/2009: Objeto: investigar a existência de local com grande acúmulo de sucatas de ferro e outros, além de peças usadas para salvatagem de embarcações. Investigado: Dino e Samir Folchini. Local: Rua Dr. Jorge Futuro, N. 1009 - São José do Norte/RS. 157) Processo n. IC.00888.00016/2013: Objeto: criação de pássaros silvestres em cativeiro sem licença da autoridade competente. **Encaminhado por Designação Excepcional - André Luiz Tarouco Pinto:** 158) Processo n. IC.00889.00018/2016: Objeto: apurar possível infração a Legislação Sanitária em razão da venda de produtos de origem animal, sem inspeção sanitária. Investigado: Sidinei Lopes de Lima. Local: Mercado Sid (Lima & Salvador Ltda), Rua Marechal Castelo Branco, 129, Centro, Machadinho/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga:** 159) Processo

n. IC.00894.00022/2017: Objeto: sigiloso. 160) Processo n. IC.00894.00063/2014: Objeto: apurar conduta lesiva ao meio ambiente e sua responsabilidade pela extração de recursos minerais (cascalho), sem licença ambiental. Investigados: Município de Rolador, representado pelo Poder Executivo Municipal, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Paulo Rogério de Menezes Peixoto, CNPJ: 87.613.071/0001-48, com sede na Avenida João Batista, n. 943, Rolador/RS. João Alir Zavalha. Local: Rincão dos Pires, interior de Rolador – RS. 161) Processo n. IC.00894.00073/2011: Objeto: inquérito civil instaurado a partir das informações trazidas no auto de constatação ambiental, a fim de apurar a ocorrência de danos ambientais oriundos do depósito irregular de resíduos sólidos domiciliares, lixos, em propriedade localizada no Município de Caibaté/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga:** 162) Processo n. IC.00901.00013/2017: Objeto: apurar a regularidade das atividades desenvolvidas pela empresa Daiane Fonseca Siqueira - "Bar da Tia Vera", localizada na Rua Londrina, n.25, Vila Irma, em Sapiranga/RS. 163) Processo n. IC.00901.00014/2014: Objeto: apurar poluição sonora causada por estabelecimento comercial (oficina mecânica) localizado na Rua Presidente Kennedy n. 1990, Bairro São Luis, em Sapiranga/RS. 164) Processo n. IC.00901.00026/2015: Objeto: apurar potencial infração à ordem urbanística, causada pela Empresa em nome de Tiago Bueno Leal, localizada na Rua Fazenda Leão, n. 08, Bairro São Luiz, em Sapiranga/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga:** 165) Processo n. IC.00901.00025/2013: Objeto: apurar notícia de poluição sonora nas imediações do posto de combustíveis Chafariz, localizado na RS 239, n.4051, Km 41, Santa Fé, em Sapiranga, tendo como investigados a empresa Auto Serviço Lindolfo Collor e o Município de Sapiranga/RS. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade:** 166) Processo n. IC.00907.00013/2017: Objeto: apurar possível dano ambiental decorrente da supressão de vegetação nativa em estágio médio e avançado (vegetação derrubada e ao mesmo tempo soterrada – apreensão de 90 toras de pinheiro), retirada de árvores exóticas em área de banhado, construção de uma vala em APP e aterramento de uma APP, em desacordo com a legislação vigente e com os alvarás de licenciamento, na Localidade de Gramado São Pedro, interior do Município de Fontoura Xavier/RS. Investigados: Rodrigo Durante. Roberto Luis Favaro. Loiri José Dalla Cort. Local: Localidade de Gramado São Pedro, interior do Município de Fontoura Xavier/RS. 167) Processo n. IC.00907.00032/2013: Objeto: apurar possível dano ambiental decorrente de destruição de vegetação nativa, sem licença ambiental do órgão competente. Investigado: Airton José Comin, Rogério Antonio Vincenzi e a empresa MGO Soluções Ambientais. Local: Localidade de São Roque, Interior do Município de Mormaço/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 11:** 168) Processo n. IC.01404.00011/2018: Objeto: apurar o uso de bem público de forma indevida. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 169) Processo n. IC.00914.00002/2016: Objeto: apurar corte de vegetação nativa no bioma da mata atlântica e aterro para a realização de um acesso em área de preservação permanente, sem licença ou autorização do órgão ambiental competente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria**



de Justiça de Três Passos: 170) Processo n. IC.00917.00034/2013: Objeto: apurar dano ambiental decorrente de vazamento nas tubulações e no depósito de soro de leite da empresa, bem como a poluição do córrego, nascente e açude, sendo constatada grande quantidade de gordura no leite do córrego e banhado próximos ao local. Localidade de Esquina Pedrali, no Município de Esperança do Sul. Parte: Laticínios Santa Mônica. 171) Processo n. IC.00917.00095/2015: Objeto: apurar a ocorrência de dano ambiental em decorrência de loteamento implantado supostamente em área de preservação permanente, em razão da proximidade de um açude, no Município de Tiradentes do Sul/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana:** 172) Processo n. IC.00922.00063/2014: Objeto: apurar a violação dos princípios da razoabilidade, impessoalidade e isonomia quanto ao processo seletivo organizado pelo município de Uruguaiana para a função de servente de escola (Referência Secretaria Municipal de Educação), regido pelo Edital N. ED 114/2014. 173) Processo n. IC.00922.00072/2011: Objeto: investigar o processo licitatório 5500/07 e a dispensa de licitação 118/07, especialmente em relação aos critérios adotados para a dispensa e a consequente licitação. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Vera Cruz:** 174) Processo n. IC.00928.00018/2013: Objeto: apurar eventual dano ambiental atribuído a Marta Riese, em Linha Dona Josefa, Vera Cruz - RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 175) Processo n. IC.00931.00013/2013: Objeto: investigar eventual lesão ao direito à saúde decorrente da inexistência de unidade de saúde no Loteamento Jardim do Cocão e das dificuldades de seus moradores acessarem os serviços de saúde existentes no Município de Viamão, em razão da limitada oferta de transporte público no local, tendo como investigado o Município de Viamão. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE: Encaminhado por Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais - Nucam:** 176) Processo n. IC.00938.00017/2004: Objeto: averiguar a ocorrência, em tese, de danos à saúde dos moradores do Bairro Coréia, em Minas do Leão/RS, face a proximidade do bairro com a SIL- Central de Resíduos de Minas do Leão, aterro sanitário que recebe resíduos domiciliares (Classe II) e resíduos. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 177) Processo n. IC.00832.00069/2016: Objeto: oferecimento de serviço de internet banda larga com vício de qualidade, em dissintonia com o ofertado. Investigado: NET/Claro. Local: RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 178) Processo n. IC.00833.00135/2014: Objeto: apurar corte de vegetação sem licença e construção em solo não edificável, na Rua Antônio D'Ávila, n. 155, Sétimo Céu/Morro do Osso, Bairro Tristeza, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 179) Processo n. IC.01128.00014/2018: Objeto: investigar o impacto do plano de ação municipal para a população de rua de Porto Alegre (documentos anexos) na assistência e gestão de saúde mental de Porto Alegre. 180) Processo n. IC.01128.00017/2018: Objeto: investigar sobre o contrato/convênio/termo de compromisso/termo de cooperação firmado, ou a ser firmado, entre o Estado do RS e

Município de POA para promover implantação, instalação, transferência, gestão e execução do serviço para o Laboratório de Dermatologia Sanitária do Estado do RS. 181) Processo n. IC.01128.00207/2017: Objeto: averiguar a qualidade de atendimento prestado pelo serviço, recursos humanos disponíveis, especificação do público-alvo, número de vagas disponíveis, possibilidade de ampliação do atendimento, inserção na rede de atendimento Centro de Saúde Santa Marta. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Execução Criminal de Porto Alegre:** 182) Processo n. IC.01217.00004/2008: Objeto: investigar a regularidade e as condições de segurança das viaturas da Susepe - Superintendência dos Serviços Penitenciários. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete:** 183) Processo n. IC.00711.00001/2018: Objeto: regulamentação e fiscalização dos serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros no município de Alegrete. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul:** 184) Processo n. IC.00728.00035/2009: Objeto: irregularidades na utilização de materiais destinados ao calçamento e estrutura de drenagem pluvial em ruas e avenidas de Novo Cabrais. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul:** 185) Processo n. IC.00728.00027/2018: Objeto: investigar a prática de prescrição de agrotóxico para cultura inexistente. 186) Processo n. IC.00728.00034/2018: Objeto: investigar irregularidades na emissão de receituários agrônômicos, com diagnóstico de cultura inexistente no local de aplicação do produto. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 187) Processo n. IC.00949.00160/2013: Objeto: averiguar desrespeito às normas de trânsito quanto às paradas de ônibus, estacionamento e circulação no Município de Capão da Canoa. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 188) Processo n. IC.00748.00130/2018: Objeto: possível omissão do poder público em relação à implantação do serviço de coleta de resíduos sólidos na Rua José Scalabrin, Bairro Salgado Filho. Partes: Avelino Correa (representante). Município de Caxias do Sul (investigado). Local: Caxias do Sul/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cerro Largo:** 189) Processo n. IC.00751.00003/2013: Objeto: investigar corte e supressão de vegetação nativa em estágio inicial, médio e avançado na propriedade do Sr. Emídio Kreuning, localizada na localidade de Rincão Vermelho no Município de Roque Gonzales. Investigado: Emídio Kreuning. Local: Rincão Vermelho, interior, Roque Gonzales/RS. 190) Processo n. IC.00751.00004/2016: Objeto: investigar possíveis danos ambientais decorrentes da supressão de vegetação nativa, sem licença ambiental, na propriedade rural do investigado localizada na Linha São José, s/n, interior do Município de Salvador das Missões/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta:** 191) Processo n. IC.00754.00060/2014: Objeto: apuração de eventuais atos de improbidade administrativa (especialmente por afronta aos princípios da moralidade e impessoalidade), consistentes na contratação das empresas investigadas, de propriedade de irmãos do Sr. Prefeito Municipal, por parte do Município de Pejuçara, com e sem licitação, nos anos de 2013 e de 2014, para fornecimento de



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

materiais de construção. Investigados: Eduardo Buzzatti, Matelzzatti Construções Ltda e Edegar Buzzatti e Cia Ltda. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo:** 192) Processo n. IC.01136.00025/2018: Objeto: apurar possíveis irregularidades nas seleções para contratos temporários de professores para a disciplina de filosofia no Município de Ilópolis. Investigado: 25ª Coordenadoria Regional de Educação - Estado do Rio Grande do Sul. Local: Ilópolis/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 193) Processo n. IC.00824.00178/2017: Objeto: apurar supostas irregularidades no Pregão Presencial n. 005/2017 da Câmara Municipal de Pelotas. Local: Pelotas. Interessado: Leandro de Oliveira Barboza. Investigado: Câmara Municipal de Pelotas. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo:** 194) Processo n. IC.00855.00012/2015: Objeto: pedido de providências de moradores de Pantano Grande referente ao serviço de fornecimento de energia elétrica. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul:** 195) Processo n. IC.00862.00024/2011: Objeto: apurar eventuais irregularidades no plantão existente junto ao Hospital de Passo do Sobrado. **Encaminhado por Designação Excepcional - Everton Luís Resmini Meneses:** 196) Processo n. IC.01234.00046/2016: Objeto: cobrança irregular das parcelas de IPTU dos imóveis da cidade de Santana do Livramento, pelo Município de Santana do Livramento. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 17:** 197) Processo n. IC.00814.00062/2015: Objeto: investigar possível irregularidade nos atendimentos aos alunos com dificuldade de aprendizagem nas escolas da Rede Municipal. Local: Novo Hamburgo. Partes: Município de Novo Hamburgo e SindiprofNH. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul:** 198) Processo n. IC.00903.00022/2018: Objeto: apurar a inexistência pelo Município de Sapucaia do Sul de fiscalização em favor do consumidor de atividades desenvolvidas por instituições bancárias em Sapucaia do Sul, constando como reclamante o senhor José Luiz Teixeira e como investigado o Município de Sapucaia do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Intermediária - 25:** 199) Processo n. IC.00915.00042/2017: Objeto: apurar irregularidade na permissão da exploração de serviço de táxi no Município de Balneário Pinhal. **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES:** **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaqui:** 200) Processo n. IC.00797.00001/2013: Objeto: possível infração à ordem urbanística por eventual deficiência na fiscalização de estabelecimentos e eventos com aglomeração de pessoas. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 201) Processo n. IC.01128.00002/2018: Objeto: investigar a propriedade, adequação, qualidade de atendimento aos usuários e recursos humanos a partir da transferência do serviço de saúde mental do Centro de Saúde Modelo para o Centro de Saúde Santa Marta. 202) Processo n. IC.01128.00036/2016: Objeto: investigar o não cumprimento dos protocolos referentes à tuberculose, no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. 203) Processo n.

IC.01128.00130/2008: Objeto: averiguar as Políticas Públicas Estaduais de combate à tuberculose. 204) Processo n. IC.01128.00137/2017: Objeto: averiguar a implantação do Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Programa de Saúde Pública – Brasil Livre da Tuberculose e as ações decorrentes adotadas pelos órgãos públicos e privados. 205) Processo n. IC.01128.00159/2017: Objeto: averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada de Cardiopatia Isquêmica no Município. 206) Processo n. IC.01128.00204/2017: Objeto: averiguar a qualidade de atendimento prestado pelo serviço, recursos humanos disponíveis, especificação do público-alvo, número de vagas disponíveis, possibilidade de ampliação do atendimento, inserção na rede de atendimento do CAPS II - adulto (Cais Mental Centro). 207) Processo n. IC.01128.00206/2017: Objeto: averiguar a qualidade de atendimento prestado pelo serviço, recursos humanos disponíveis, especificação do público-alvo, número de vagas disponíveis, possibilidade de ampliação do atendimento, inserção na rede de atendimento do CAPS II Glória/Cruzeiro/Cristal. 208) Processo n. IC.01128.00216/2017: Objeto: averiguar a qualidade de atendimento prestado pelo serviço, recursos humanos disponíveis, especificação do público-alvo, número de vagas disponíveis, possibilidade de ampliação do atendimento e inserção na rede de atendimento da Equipe de Saúde Mental - Restinga. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete:** 209) Processo n. IC.00711.00009/2018: Objeto: apurar suposto ato de improbidade administrativa consistente na ocupação de função pública (Cargo em Comissão) sem a devida contraprestação de serviços. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande:** 210) Processo n. IC.00716.00025/2013: Objeto: apurar deficiências no licenciamento municipal dos estabelecimentos geradores de resíduos sólidos urbanos no Município de Arroio Grande. Local: Município de Arroio Grande. Investigado: Município de Arroio Grande. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:** 211) Processo n. IC.00723.00002/2016: Objeto: averiguar denúncia de possível desvio de verba pública do Município de Bento Gonçalves pelas Sras. Eleonora Zorzi (Diretora da Biblioteca Pública) e Vânia Tognon (Diretora de Cultura). Partes: Eleonora Zorzi (Diretora da Biblioteca Pública) e Vânia Tognon (Diretora de Cultura) do Município de Bento Gonçalves. Local: Bento Gonçalves/RS. 212) Processo n. IC.00723.00035/2015: Objeto: apurar a realização de serviços públicos pela empresa CCS - Serviços Terceirizados Ltda. - ME, sem a existência de prévio empenho nem suporte financeiro. Partes: CCS - Serviços Terceirizados Ltda. e Prefeitura de Bento Gonçalves. Local: Bento Gonçalves. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Bom:** 213) Processo n. IC.00734.00011/2015: Objeto: apurar desvios de cargos e funções gratificadas no município de Campo Bom, tendo como investigado município de Campo Bom. Local: Campo Bom/RS. 214) Processo n. IC.00734.00015/2014: Objeto: conferir legitimação coletiva à demanda e acompanhar a política pública municipal na área de educação infantil; Município de Campo Bom; Prefeitura Municipal de Campo Bom. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Candelária:** 215) Processo n. IC.00736.00011/2015: Objeto: apurar infração ambiental, consistente no desvio de águas pluviais (córregos e valetas) e



lançamento de esgoto doméstico promovidos por alguns moradores do prolongamento da Rua Sete de Setembro, Bairro Pôr do Sol, nesta cidade, causando alagamentos, erosões, problemas de trafegabilidade e incômodos à comunidade. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas:** 216) Processo n. IC.00739.00093/2015: Objeto: apurar a ocorrência de lesão aos interesses dos consumidores em razão de severas irregularidades por parte das investigadas no que diz respeito à comercialização dos empreendimentos Edifício Residencial e Comercial Atrium Canoas e Edifício José Aramis, ambos neste Município. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 217) Processo n. IC.00949.00021/2017: Objeto: apurar o funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor sem licença ambiental, bem como sem os competentes alvarás de localização e do Corpo de Bombeiros, em desrespeito a legislação e regulamentos vigentes, na Rua Aldina Norberto de Matos, 352, Bairro Guará, em Xangri-lá, na "Auto Mecânica Tercílio". **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho:** 218) Processo n. IC.00742.00033/2010: Objeto: deficiência na prestação do serviço de telefonia pública em razão da ausência de regular manutenção dos telefones públicos existentes no Município de Carazinho. Investigada: Empresa Oi S/A. Local: Carazinho- RS. **Encaminhado por 6º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Caxias do Sul:** 219) Processo n. IC.00748.00129/2017: Objeto: eventuais irregularidades pertinentes à gestão ou custódia de valores do IPAM em fundos de investimento. Partes: Representante - Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM. Investigado: Instituto de Previdência e Assistência Municipal - IPAM. Local: Caxias do Sul. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 220) Processo n. IC.00748.00160/2017: Objeto: investigar possível descaracterização do imóvel tombado MAESA, pela realização de obras em sua fachada, além de eventual omissão da Prefeitura Municipal quanto à efetivação de medidas de recuperação, ocupação, uso e gestão do imóvel. Partes: Representante(s)- Associação dos Amigos da Memória e do Patrimônio Cultural de Caxias do Sul; Associação Sala de Arquitetos e Instituto de Arquitetos do Brasil Dep. Rio Grande do Sul. Representado: Município de Caxias do Sul. Local: Caxias do Sul. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 221) Processo n. IC.00748.00329/2011: Objeto: Rua Marques do Herval, N. 1585 - PPCI - Plano de Proteção e Combate Contra Incêndio / Risco de Incêndio ou Explosão/ Delegacia de Furtos, Roubos e Capturas. Local: Caxias do Sul. Partes: Estado do Rio Grande do Sul (Investigado), de ofício (representante). **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta:** 222) Processo n. IC.00754.00078/2012: Objeto: apurar responsabilidade pela manutenção de animais na Rua Benjamin Constant, próximo ao n. 1834, acesso a RS 342, nesta Cidade, bem como a regularidade das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul:** 223) Processo n. IC.00761.00014/2012: Objeto: investigar as empresas madeireiras do município de Encruzilhada do Sul quanto devido licenciamento ambiental e, caso positivo, se

atuam em conformidade e nos limites desse licenciamento. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Esteio:** 224) Processo n. IC.00768.00032/2007: Objeto: investigar a Casa Geriátrica Vida Nova, localizada na Rua Garibaldi, 102, Centro, Esteio/RS, o qual, em tese, é irregular e não tem registro nos órgãos competentes. Investigado: Casa Geriátrica Vida Nova. Local: Esteio/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 225) Processo n. IC.00783.00013/2014: Objeto: apurar danos ambientais em decorrência de realização de obra de aterro e manejo de vegetação fora da autorização obtida. 226) Processo n. IC.00783.00077/2018: Objeto: apurar a ocorrência de desmatamento por corte raso de florestas ou demais formações nativas sem a devida autorização do órgão ambiental competente, na Avenida Dr. Pompílio Gomes Sobrinho, 22915, em Glorinha. 227) Processo n. IC.00783.00080/2018: Objeto: apurar a supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente sem a devida autorização do órgão ambiental competente, no Beco Manuel Crescêncio, s/n., no interior de Glorinha/RS. 228) Processo n. PI.00783.00028/2018: Objeto: irregularidades nos cadastramentos de famílias a serem beneficiadas com moradias populares. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé:** 229) Processo n. IC.00788.00034/2015: Objeto: apurar ocorrência de corte de vegetação nativa sem alvará. 230) Processo n. IC.00788.00048/2012: Objeto: investigar a contratação irregular de servidores públicos e cargos de confiança pelo Município de Dois Lajeados. IC 000159.2007.04.006/5 do MPT -4ª Região. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Itaquí:** 231) Processo n. IC.00797.00035/2011: Objeto: queimada em vegetação nativa na Barragem Santo Cristo, sendo que parte da área da queimada fica em área de Preservação Permanente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão:** 232) Processo n. IC.00798.00005/2010: Objeto: problemas de alagamento na Rua XV de Novembro, entre as Ruas Barão Tavares Leite e Joaquim Lino de Souza, em razão de deficiências no sistema de escoamento pluvial. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai:** 233) Processo n. IC.00811.00023/2015: Objeto: apurar eventuais irregularidades na ocupação de imóvel público (Matrícula 4.214, Registro de Imóveis de Nonoai), destinado ao Grupo de Artes Abrindo Fronteiras (Lei 2.469/2008) e à empresa Veronice de Fátima Rodrigues de Freitas – EI (Lei 2.878/2013). **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo:** 234) Processo n. IC.00815.00006/2017: Objeto: irregularidades nos procedimentos das Secretarias Municipais do Meio Ambiente, de Obras Públicas e Serviços Urbanos e de Desenvolvimento Urbano. Investigados: Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Eduardo Antônio Bonato, Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos, Saulo de Souza, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Moisés Luiz Medeiros de Souza, Diretor de Pavimentação e Apoio Operacional: Fabiano Rodrigo Dalmina, Diretor de Esgotos Pluviais: Jorge Luis Koch, Diretor Geral da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos. Local: Novo Hamburgo. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 235) Processo n.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

IC.00814.00083/2017: Objeto: apurar possível desmatamento em área de preservação permanente localizada no Bairro Lomba Grande, em Novo Hamburgo, de propriedade de Derli Ronei Weber e de Rainemari Weber, realizado, em tese, pela Plasma Pavimentadora e Construtora Ltda. Investigado: Plasma Pavimentadora e Construtora Ltda. Local: Bairro Lomba Grande, Novo Hamburgo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul**: 236) Processo n. IC.00951.00015/2016: Objeto: acompanhar as medidas a serem adotadas quanto à regularização da edificação da Casa de Passagem de Palmares do Sul, bem como a destinação dos resíduos e eventuais obras necessárias. 237) Processo n. IC.00951.00022/2016: Objeto: denúncia acerca de irregularidades na comercialização de GLP, feita por estabelecimentos que estão em desacordo com a legislação exigida. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo**: 238) Processo n. IC.(1)00820.00016/2003: Objeto: apurar a prática de danos em área de preservação permanente. Local: localidade de Santo Antonio dos Gregolos, interior do município de Mato Castelhano. Investigado: César Augusto Queiroz. 239) Processo n. IC.00820.00048/2018: Objeto: prática de exercício irregular de atividade na localidade da Rua Lisboa, 626, nesta cidade, tendo como investigada a Empresa Bronzarte e como Requerente o 3º BABM. 240) Processo n. IC.00820.00051/2018: Objeto: prática de exercício irregular de atividade - lavagem de veículos, localizado na Rua 10 de abril, 1917, Vila Luiza, nesta cidade, tendo como investigado Lavagem de Veículos Dois Amigos e como o requerente 3º BABM. 241) Processo n. IC.00820.00125/2018: Objeto: prática de danos em APP - canalização de nascente e captação irregular de água, localizado na Linha Gramado, interior do município de Ernestina, tendo como investigado Nelson Francisco da Silva. 242) Processo n. IC.00820.00282/2013: Objeto: prática de agressão à flora - desmatamento, localizada na RST 153, KM 32, interior do Município de Ernestina, tendo como requerente 3º BABM e como investigado Ricardo Voigt. 243) Processo n. IC.00820.00396/2009: Objeto: verificar, provocar e articular a regularização de loteamento situado na cidade de Coxilha/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo**: 244) Processo n. IC.01136.00128/2011: Objeto: verificação da existência e da eventual necessidade de disponibilização e/ou ampliação da oferta de ensino infantil (creche e pré-escola). Investigado: Município de Eral Grande. Comarca: São Valentim. Local: Eral Grande. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado**: 245) Processo n. IC.00827.00008/2016: Objeto: investigar a suspeita de irregularidades na contratação do serviço de transporte escolar no Município de Pedras Altas (Linhas n. 05, 10, 11 e 32) no ano de 2013. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Porto Xavier**: 246) Processo n. IC.00944.00002/2016: Objeto: investigar abuso de licença ambiental e corte seletivo de árvores, sem autorização da autoridade competente. Local: Linha Laranjeira, Porto Xavier. Investigados: Marla Aparecida Ferreira Borré e Alido Borré. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito**: 247) Processo n. IC.00945.00003/2010: 248) Processo n. IC.00945.00049/2015: Objeto: apurar violação à normas

urbanísticas em vista da construção de moradias em área de risco, no Bairro Cohab II, em Rodeio Bonito. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul**: 249) Processo n. IC.00856.00023/2013: Objeto: apurar possível ocorrência de dano ambiental, consistente na emissão de partículas por parte da Arroeira Martini, em desacordo com as condições e restrições da licença de operação. Parte: Arroeira Martini de propriedade de Enefino Martini. Parte: Arroeira Martini de propriedade de Enefino Martini. Local: Rosário do Sul/RS. 250) Processo n. IC.00856.00029/2016: Objeto: apurar eventual ocorrência de dano ambiental por parte do empreendimento de metalurgia, uma vez que estaria funcionando sem licenciamento ambiental, tendo como investigado Erni Flores Machado, no município de Rosário do Sul. Parte: Erni Flores Machado. Local: Rosário do Sul/RS. 251) Processo n. IC.00856.00030/2016: Objeto: apurar eventual ocorrência de dano ambiental por parte do empreendimento de serralheria, vez que estaria funcionando sem licenciamento ambiental, tendo como investigado Paulo Henrique Martins Costa, em Rosário do Sul/RS. Parte: Paulo Henrique Martins Costa. Local: Rosário do Sul/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Everton Luís Resmini Meneses**: 252) Processo n. IC.00858.00017/2011: Objeto: apuração de eventual ato de improbidade administrativa em relação aos fatos apontados na decisão do Tribunal de Contas do Estado no âmbito do Processo 3772-02.00/07-4 relativo ao exercício de 2006. 253) Processo n. IC.01234.00081/2015: Objeto: averiguar eventual ilegalidade no que concerne à manutenção do refeitório da Secretaria Municipal de Obras, no ano de 2012, juntamente com a instituição de vale-alimentação pela Administração Municipal. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar**: 254) Processo n. IC.00870.00008/2011: Objeto: verificar se os engenhos e secadores de arroz do município de Santa Vitória do Palmar atendem à legislação ambiental. Partes: Engenhos e Secadores de Arroz. Localidade: Santa Vitória do Palmar. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santiago**: 255) Processo n. IC.00871.00015/2001: Objeto: verificação da implantação das ações de prevenção contra incêndio, especialmente PPCL e alvará das entidades de acolhimento educacional de crianças e adolescentes e concessão de habite-se. Investigados: Municípios de Santiago, Itacurubi, Unistalda e Capão do Cipó. Local: Municípios citados anteriormente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago**: 256) Processo n. IC.01223.00004/2017: Objeto: apurar danos ambientais decorrentes da supressão de árvores nativas (aroeira, pitangueira e mamica de cadela), em uma área de 3 hectares, dentro de área de preservação permanente, e da abertura de 400 metros de valos, também em área de preservação permanente (banhado), sem licença ou autorização do órgão ambiental competente. 257) Processo n. IC.01223.00020/2016: Objeto: dano ambiental decorrente da instalação de um açude dentro de área de preservação permanente e supressão de árvores nativas e mata ciliar, em desacordo com licença ou autorização do órgão ambiental competente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha**: 258) Processo n. IC.00875.00035/2011: Objeto: acompanhar a criação dos Conselhos Municipais de Direitos das Pessoas



com Deficiência nos municípios de Santo Antônio da Patrulha e de Caraá. 259) Processo n. IC.00875.00037/2012: Objeto: apurar notícia de vício de qualidade de produtos comercializados por Angelo Marcio Calixto - ME, sob a marca "Da Costa", em Santo Antônio da Patrulha. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel**: 260) Processo n. IC.00883.00011/2013: Objeto: investigar corte de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente, praticado por Loreni Joaquim Ferreira, no município de São Gabriel/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro**: 261) Processo n. IC.00889.00028/2016: Objeto: investigar a violação às normas consumeristas, considerando que no estabelecimento foram encontrados diversos produtos à venda: (a) sem rotulagem ou carimbo de inspeção, não sendo possível verificar sua procedência, origem ou condições sanitárias e (b) com prazo de validade vencido, além de medicamentos, sem autorização para tanto. Investigado: Décio Domingo Zotti – "Mercado Zotti", inscrito no CNPJ n. 95.029.724/0001-74, localizado na Avenida Luiz Panisson, 625, Centro, Tupanci do Sul/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Felipe Teixeira Neto**: 262) Processo n. IC.01336.00002/2016: Objeto: investigar possíveis intervenções em áreas situadas na Planície de Inundação localizadas no Município de Esteio. 263) Processo n. IC.01336.00004/2018: Objeto: apurar a possível ocorrência de dano ambiental regional em razão da implantação de parcelamento do solo urbano de grandes proporções em área, em tese, situada na zona de passagem de cheias da planície de inundação do Rio dos Sinos, sita no final da Rua Casemiro Boleslau Conarzewski, no Município de Novo Hamburgo (matrícula n. 103.736). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga**: 264) Processo n. IC.00894.00037/2009: Objeto: inquérito civil instaurado a partir do relatório de ocorrência ambiental n.223/025/04-09, a fim de apurar a ocorrência de danos ambientais causados pelo investigado, consistentes no corte seletivo de 8 árvores nativas, bem como do uso de fogo em área de aproximadamente 1207 m², ambos fora da área de preservação, sendo a propriedade onde ocorreram os fatos situada no Rincão dos Alves, no interior desta Cidade de São Luiz Gonzaga/RS. Especialização: Ambiental. Investigado(A): Neuri Amaral de Almeida. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Marcos**: 265) Processo n. IC.00748.00020/2017: Objeto: loteamento irregular na localidade de Dalagnos, Vila Seca. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul**: 266) Processo n. IC.00779.00002/2014: Objeto: apurar a destruição de vegetação nativa em área de preservação permanente – APP – sem licença do órgão ambiental competente e tendo André Righes Cioquetta como investigado. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga**: 267) Processo n. IC.00901.00059/2015: Objeto: apurar atividades irregulares de lavagem de veículos, sem licenciamento, com descarte de resíduos no meio ambiente, sem o devido tratamento, tendo como investigado Lavagem Moura, responsável Rudivan Brisola de Moura endereço na Rua Henrique Hoffmann, 1731 Bairro Primavera, em Nova Hartz. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara**: 268) Processo n. IC.00911.00006/2018: Objeto: apurar

supostas irregularidades na contratação e prestação de serviços de auditoria médica. Investigado: Município de Taquara, CNPJ N. 97.761.407/0001-73, com sede administrativa na Rua Tristão Monteiro, n. 1278, Centro, Taquara/RS. Local: Taquara/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Bianca D'alessandro Kosciuk**: 269) Processo n. IC.01404.00008/2018: Objeto: apurar possíveis atos de improbidade administrativa no recebimento de diárias e ressarcimento de passagens por vereador, nos exercícios de 2013 a 2016. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí**: 270) Processo n. IC.00915.00058/2016: Objeto: investigar dano à tutela coletiva dos consumidores decorrente de prática abusiva prevista no art.39, inciso VIII, da Lei 8.078/90 pela colocação no mercado de consumo de produto impróprio ao consumo (art.18, parágrafo sexto, da Lei 8.078/90) consistente nas irregularidades descritas no Procedimento de Ocorrência Ambiental. 271) Processo n. IC.00915.00115/2016: Objeto: investigar possível poluição sonora oriunda do estabelecimento comercial Restaurante La Canoa, localizado na Av. Beira Mar, 1729, em Tramandaí. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana**: 272) Processo n. IC.00922.00028/2014: Objeto: investigar o atendimento prestado pela médica obstetra e ginecologista Paula Gomes Porto, funcionária pública municipal que atende no setor de saúde da mulher na Secretaria Municipal de Saúde. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Uruguaiana**: 273) Processo n. IC.00922.00006/2009: Objeto: apurar a prática de improbidade administrativa por parte do Prefeito Municipal de Uruguaiana, José Francisco Sanchotene Felice, por asfaltamento de um cartódromo particular com recursos públicos. 274) Processo n. IC.00922.00010/2014: Objeto: apurar ato de eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo Prefeito Municipal de Uruguaiana, Sr. Luiz Augusto Fuhrmann Schneider, consistente na desídia com o patrimônio público pela situação de abandono do imóvel onde estava instalado o antigo Cacau, situado no Bairro Rui Ramos. 275) Processo n. IC.00922.00064/2012: Objeto: investigar possível ato de improbidade administrativa consistente no emprego indevido de pessoal e maquinário do município da Barra do Quaraí em obra particular na Granja Nova Herança, situada na localidade de Passo da Cruz. Investigados: Maher Jaber Mahmud, Prefeito municipal e Seriovaldo Cunha Finger. Local: município de Uruguaiana. 276) Processo n. IC.00922.00076/2012: Objeto: investigar possível ato de improbidade administrativa consistente no pagamento indevido de horas extraordinárias de trabalho a servidores ocupantes de cargos em comissão, relativamente ao ano de 2010. Investigado: José Francisco Sanchotene Felice, Prefeito Municipal de Uruguaiana. Local: Município de Uruguaiana - RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Criminal de Vacaria**: 277) Processo n. IC.00926.00001/2015: Objeto: apurar omissão administrativa em relação à inexistência de Casa-Abrigo para atendimento de mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar no Município de Vacaria/RS à disposição de mulheres vítimas de violência doméstica. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ**: **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre**: 278) Processo n. IC.00832.00004/2017: Objeto: apurar possível



comercialização de produto com vício de qualidade. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 279) Processo n. IC.01128.00223/2017: Objeto: averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas do Hospital Fêmeina. 280) Processo n. IC.01128.00228/2017: Objeto: averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas do Complexo Hospitalar Santa Casa de Misericórdia. 281) Processo n. IC.01128.00231/2017: Objeto: averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas da Clínica Pinel. 282) Processo n. IC.01128.00235/2017: Objeto: averiguar como é mantido o sistema de notificação de lesões autoprovocadas do Hospital Sanatório Partenon. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 283) Processo n. IC.01202.00006/2014: Objeto: investigar a atuação do grupo de trabalho criado para ação conjunta no Morro Santa Teresa, nesta Capital, especialmente quanto ao impedimento da proliferação de novas ocupações na área da FASE. 284) Processo n. IC.01202.00086/2015: Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual risco de incêndio e/ou inexistência dos equipamentos mínimos de prevenção contra incêndio na IERGS localizada na Rua Vigário José Ignácio, 153, Centro, nesta Capital. Investigada: IERGS. Interessada: Coletividade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Bom Jesus:** 285) Processo n. IC.00725.00010/2017: Objeto: apuração de possíveis irregularidades no convênio número 64/2010, firmado entre a Secretaria Estadual do Meio Ambiente/Sistema Integrado de Gestão Ambiental e o Município de Bom Jesus. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá:** 286) Processo n. IC.00938.00019/2011: Objeto: atividade potencialmente poluidora. Local: Agropecuária Granjinha, em Minas do Leão. Investigados: Sérgio Miguel Limberger, Tiago Miguel Limberger, João Mário Daros, José Claudino dos Santos e Comércio e Agropecuária Granjinha Ltda. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas:** 287) Processo n. IC.00740.00005/2018: Objeto: apurar prática de ato(s) de improbidade administrativa, em decorrência de eventuais irregularidades no contrato administrativo n. 108/2017, firmado entre o Município de Canoas e a empresa Vital Engenharia Ambiental S/A, especialmente no que se refere ao possível sobrepreço do contrato, bem como irregularidades na fiscalização do mesmo. Investigados: André Oliveira de Souza (Servidor Municipal, Engenheiro Civil. Endereço: Secretaria de Serviços Urbanos de Canoas. Alessandra Goessel da Silva (Servidora Municipal, Diretora de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas). Endereço: Rua Guarimirins, 303/133, Igará, Canoas. Vital Engenharia Ambiental S/A. Endereço: Rua Santa Luzia, 651, Pav. 21, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20030-041. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 288) Processo n. IC.00949.00057/2016: Objeto: implementação do licenciamento ambiental para as atividades elencadas no Anexo I da Tabela de tipologias de licenciamento da Resolução 288/2014 do CONSEMA nos Municípios da Comarca de Capão da Canoa, de modo a ser também viabilizada a fiscalização, na seara criminal, com o enquadramento das atividades irregulares no artigo 60 da Lei 9605/98. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da**

Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta: 289) Processo n. PI.00755.00031/2018: Objeto: apurar elementos para a identificação de possíveis investigados ou objeto aptos a tutelar interesses ou direitos mencionados no art. 9º do provimento 71/2017. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio:** 290) Processo n. IC.00768.00012/2018: Objeto: apurar a necessidade de retirada da árvore, espécime do gênero Eucalipto (*Eucalyptus* sp.), com risco de tombamento. Requerentes: João Francisco Rodrigues dos Santos e outros, conforme abaixo-assinado. Investigado: Município de Esteio. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 291) Processo n. IC.00783.00097/2017: Objeto: apurar a omissão do Poder Público na manutenção da rede de esgoto cloacal na Rua Vicinal Junção, em Gravataí. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 292) Processo n. IC.00933.00024/2011: Objeto: apurar eventual movimentação de terra, extração de aterro e terraplanagem, sem as devidas Licenças Ambientais, com a finalidade de parcelamento do solo. Investigado: Sr. Pedro Augustin de Farias. Local: Igrejinha/RS. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 293) Processo n. IC.00801.00038/2014: Objeto: apurar destruição de floresta nativa no sistema de desmatamento com auxílio de um trator esteira. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado:** 294) Processo n. IC.00802.00024/2013: Objeto: verificar dano ambiental decorrente de desmatamento em APP, na Av. Senador Alberto Pasqualini, Fundos, N. 4021, Bairro Universitário, Lajeado. Investigado: Mauro Augusto Saling. Local: Lajeado/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai:** 295) Processo n. IC.00811.00001/2014: Objeto: supressão de vegetação nativa em desacordo às normas ambientais vigentes. Investigados: Gersi Luiz Martins Alves - Narciso Fiorentin - Flávia Marta Tretto. Local: Linha Alto Alegre, interior do Município de Gramado dos Loureiros-RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório:** 296) Processo n. IC.01212.00024/2017: Objeto: apurar ocorrência de poluição e desvio de curso de água na Lagoa do Ramallete, na Estrada do Faxinal do Morro Alto, s/n., em Maquiné/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional - Aljacira Lima Terra:** 297) Processo n. IC.00824.00069/2018: Objeto: deficiência de prestação de serviço de transporte coletivo na linha Colônia Rincão Andrade-Centro, em ambos os sentidos. Local: Pelotas. Investigado: Município de Pelotas. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Pelotas:** 298) Processo n. IC.00825.00002/2018: Objeto: investigar o cumprimento, pelo Município de Pelotas/RS, do percentual mínimo constitucional dos recursos destinados à área da saúde (2017). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Pelotas:** 299) Processo n. PI.01134.00003/2018: Objeto: investigar/acompanhar a implantação de sala de recursos na EEEM Santa Rita. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo:** 300) Processo n. IC.00855.00091/2009: Objeto: visa apurar construção em área de preservação permanente, sem licença do órgão competente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul:** 301)



Processo n. IC.00856.00017/2016: Objeto: apurar eventual ocorrência de dano ambiental por parte do estabelecimento de propriedade de Ricardo de Marqui, cuja oficina mecânica estaria em funcionamento sem licença do órgão ambiental competente, além de não ter alvará expedido pelo município e plano de prevenção contra incêndio, tendo como investigado Ricardo de Marqui. Parte: Ricardo de Marqui. Local: Rosário do Sul/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul**: 302) Processo n. PA.01139.00193/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e as da Escola de Educação Infantil Renascer, de Santa Cruz do Sul. 303) Processo n. PA.01139.00200/2016: Objeto: fiscalização permanente do APPCI e as da Escola de Educação Infantil Alegria, em Santa Cruz do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento**: 304) Processo n. IC.01234.00052/2015: Objeto: apurar possíveis irregularidades na utilização de ônibus do transporte escolar do Município para traslado de integrantes de escola de samba que se apresentariam em atividade realizada no lago do Batuva, em Santana do Livramento. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago**: 305) Processo n. IC.01223.00051/2015: Objeto: apurar dano ambiental decorrente da supressão de árvores nativas, em desacordo com licença do órgão ambiental competente, na localidade de Rincão dos Vianas, no interior do Município de Santiago. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo**: 306) Processo n. IC.00887.00044/2011: Objeto: apurar a existência irregular de carvoaria situada na localidade de Porto do Conde, no Município de São Jerônimo, tendo como investigado José Ramos de Souza. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul**: 307) Processo n. IC.00897.00021/2016: Objeto: apurar possível possibilidade da existência da prática de atos de improbidade administrativa por Policiais Militares de São Pedro do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul**: 308) Processo n. IC.00903.00026/2017: Objeto: apurar possíveis irregularidades na nomeação do servidor José Roberto Pacheco para o cargo de Diretor Administrativo da Procuradoria do Município, constando como reclamante o Senhor Jairo André Flores e como investigados José Roberto Pacheco, Luiz Rogério Link e Antenor Yuzo Sato. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí**: 309) Processo n. IC.00915.00157/2011: Objeto: investigar dano à tutela coletiva dos consumidores decorrente de prática abusiva prevista no art.39, inciso VIII, da Lei 8.078/90 pela colocação no mercado de consumo de produto impróprio ao consumo (art.18, parágrafo sexto, da Lei 8.078/90) consistente nas irregularidades em estabelecimento comercial descritas no Auto de Infração Sanitária da 18ª Coordenadoria Regional da Saúde. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos**: 310) Processo n. IC.00917.00026/2008: Objeto: apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência de uso de fogo em área agropastorial de 5.000 m², queimando vegetação de capim braquiária, sem autorização do órgão ambiental competente. Localidade de Esquina Pedralli no Município de Esperança do Sul. Parte: Raimar Kurz. **Encaminhado por Promotor de**

Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Uruguaiana: 311) Processo n. IC.00921.00001/2017: Objeto: possível irregularidade consistente na falta de um telefone de plantão do Conselho Tutelar de Uruguaiana/RS. **RELATORA: CONSELHEIRA KARIN SOHNE GENZ: Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre**: 312) Processo n. IC.01411.00012/2017: Objeto: averiguar prejuízo ao direito à educação de crianças matriculadas na Escola Municipal de Educação Infantil Santo Expedito, situada nesta capital, impossibilitadas de frequentar as aulas por falta de recursos humanos na referida instituição. Local: Porto Alegre/RS. Partes: Elisandra Quevedo da Silva, Vereadora Sofia Cavedon, Escola Municipal de Educação Infantil Santo Expedito, Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e Município de Porto Alegre. 313) Processo n. IC.01411.00053/2016: Objeto: investigar o adequado funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar de São Jerônimo - CAE, nos termos dos Artigos 18, 19 e 20 da Lei N. 11.947/2009 e Artigos 34, 35, 36 e 37 da Resolução N. 26, de 17 de junho de 2013, do FNDE. Local: São Jerônimo/RS. Partes: Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, Conselho de Alimentação Escolar de São Jerônimo e Município de São Jerônimo - Secretaria Municipal de Educação. 314) Processo n. PA.01411.01690/2015: Objeto: instaurado em razão da notícia de maus-tratos de que teria sido vítima adolescente interno da FASE junto à Unidade CASE Padre Cacique. Local: Porto Alegre/RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre**: 315) Processo n. IC.00832.00122/2016: Objeto: apurar possível internalização e comercialização de produto lácteos impróprio ao consumo. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre**: 316) Processo n. IC.00833.00033/2013: Objeto: apurar poluição sonora causada pela Casa noturna Beco 203, localizado na Av. Independência n. 936, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre**: 317) Processo n. IC.01128.00010/2015: Objeto: investigar a falta de acessibilidade no transporte coletivo municipal de Porto Alegre, em descumprimento ao Decreto n. 5.296/2004, no que tange à adequação dos ônibus coletivos. Local: Porto Alegre. 318) Processo n. IC.01128.00139/2017: Objeto: averiguar a implantação do Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública – Brasil Livre da Tuberculose e as ações decorrentes adotadas pelos órgãos públicos e privados. 319) Processo n. IC.01128.00142/2017: Objeto: averiguar a implantação do Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública – Brasil Livre da Tuberculose e as ações decorrentes adotadas pelos órgãos públicos e privados. 320) Processo n. IC.01128.00168/2017: Objeto: averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada de Distúrbios de Deglutição/Disfagia no Município. 321) Processo n. IC.01128.00180/2017: Objeto: averiguar a demanda reprimida para realização de consulta especializada de Neuro Muscular no Município. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística**: 322) Processo n. IC.01128.00063/2015: Objeto: tramitando em apenso ao IC.01202.00008/2017. Averiguar a necessidade de a FASC realocar temporariamente as famílias vítimas de desocupação forçada, praticada por traficantes nos Condomínios Ana Paula e Camila, situados na Rua João



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

Antônio da Silveira, no Bairro Restinga, nesta capital. Local: Porto Alegre. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Agudo: 323) Processo n. IC.00710.00004/2012**: Objeto: apurar possível dano ambiental consistente na construção de barramento em córrego, com a finalidade de uso da água para irrigar arroz, sem outorga e licença de operação para exercer atividade de irrigação e para o uso de água de recurso hídrico, na localidade de Linha Teotônia, interior de Agudo, atribuído a Alberto Zimmer. Investigado: Alberto Zimmer. Local: Linha Teotônia Sul, interior de Agudo/RS. Representante: 1.ª CIA do 2º BABM - Santa Maria. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada: 324) Processo n. IC.00935.00023/2017**: Objeto: apurar eventual ilícito ambiental decorrente do exercício de atividade de lavagem de veículos sem alvará de funcionamento e sem licença ambiental. **Encaminhado por Designação Excepcional - Claudia Formolo Hendler: 325) Processo n. IC.00714.00020/2003**: Objeto: loteamento irregular e degradação ambiental. Local: Imediações da Estrada do Amarelo, próximo ao Centro Mun. de Eventos de Antônio Prado/RS. Partes: Horácio Carra e/ou outros a apurar. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves: 326) Processo n. IC.00723.00003/2011**: Objeto: investigar a materialidade e a autoria de eventuais atos ímprobos decorrentes de promessa ou entrega, por particular, e recebimento, por agente público, de valores e/ou bens com a finalidade de liberação administrativa de construção e/ou instalação de empresa, em Bento Gonçalves, RS, entre outubro de 2010 e janeiro de 2011. Local: Bento Gonçalves/RS. Partes: Márcio Chiaramonte e Roberto Lunelli. 327) Processo n. IC.00723.00009/2013: Objeto: apurar suposto ato de improbidade administrativa cometido pela então Secretário Municipal Alex Bareta consistente de pagamentos indevidos de locativos oriundos de contrato de arrendamento. Partes: Alex Bareta, Izolda Riviera Fiorin e Alvory Viccari. Local: Bento Gonçalves/RS. 328) Processo n. IC.00723.00016/2013: Objeto: apurar eventuais irregularidades em procedimento licitatório para a aquisição de materiais de limpeza e afins para a Escola Municipal Infantil Feliz da Vida. Partes: Rita de Cássia dos Santos e Empresa DR Suprimentos Para Escritório Ltda. Local: Bento Gonçalves, RS. 329) Processo n. IC.00723.00034/2014: Objeto: apurar a previsão de supostas cláusulas ilegais no edital do pregão presencial N. 107/2014. Partes: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves. Local: Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Novo: 330) Processo n. IC.00735.00002/2017**: Objeto: promover a reparação do dano ambiental - ausência de licença - abertura de vala em área de APP. Supressão de vegetação nativa na propriedade de Marcial Rebelato, localizada na Linha São Pedro, interior do Município de Campo Novo, consistente na supressão de 1.327m², conforme auto de constatação ambiental. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canela: 331) Processo n. IC.00737.00049/2013**: Objeto: investigar o corte de um exemplar de Araucária Angustifolia, sem licença do órgão ambiental, na Rua Willibaldo Dieterich, n. 227, Bairro Saiqui, em Canela. Investigado: Ary Cavalli dos Santos. **Encaminhado por Designação Excepcional - Érico Rezende Russo: 332) Processo n. IC.00738.00015/2014**: Objeto: apurar

irregularidade pelo descarte irregular de medicamentos veterinários vencidos e inseticidas na localidade Paraíso, terceiro distrito de Canguçu em local próximo à propriedade de Lindolfo Peter. 333) Processo n. IC.00738.00024/2016: Objeto: apurar eventual dano ao meio ambiente em decorrência da atividade de oficina mecânica de retroescavadeiras, equipamentos de terraplenagem e veículos diversos, desenvolvida sem o devido licenciamento ambiental e com possível descarte de óleo de forma irregular, pelo investigado Vladimir Lopes Mauhs, em estabelecimento situado na Rodovia RS 265, Km 104, 1º Distrito de Canguçu, RS. 334) Processo n. IC.00738.00041/2015: Objeto: apurar possível dano ambiental decorrente do corte de árvores nativas adultas na Localidade de Quilombo, 1º Distrito de Canguçu, RS, pelo investigado Arnildo Voight Heller. 335) Processo n. IC.00738.00046/2015: Objeto: apurar eventual risco à incolumidade pública em razão da possibilidade de queda de árvores localizadas em imóvel situado na Rua Tertuliano Souza Lopes, neste Município de Canguçu, RS, de propriedade da investigada Sucessão de Almir Fraga Albuquerque. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas: 336) Processo n. IC.00739.00087/2013**: Objeto: apurar lesão à ordem urbanística decorrente de ocupação irregular em área pública (Dique Rio Branco), com o estabelecimento de diversas famílias em situação irregular e constante expansão. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa: 337) Processo n. IC.00949.00026/2016**: Objeto: dano à tutela coletiva dos consumidores decorrente de prática abusiva prevista no art.39, inciso VIII, da Lei 8.078/90 pela colocação no mercado de consumo de produto impróprio ao consumo (art.18, parágrafo sexto, da Lei 8.078/90) consistentes nas irregularidades descritas no Auto de Infração Sanitária n. 24/16 da Divisão de Vigilância Sanitária/CEVS da Secretaria Estadual de Saúde em estabelecimento comercial (confeitaria) sob a razão social José Carlos Scheffer, nome fantasia "Confeitaria Lucimar", localizada na Rua Olmiro Lima, n. 439, Bairro Guará, em Xangri-lá/RS. 338) Processo n. IC.00949.00069/2016: Objeto: apurar o funcionamento irregular de casa de cultos religiosos localizada na Rua Daltrô Filho, 973, Bairro Guarani, em Capão da Canoa, sem o devido alvará de localização, licença ambiental municipal e alvará dos Bombeiros (APPCL). **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul: 339) Processo n. IC.00748.00305/2012**: Objeto: Loteamento Bampi-Loteamento Irregular ou Clandestino-Regularização Fundiária de Proteção ao Direito de Moradia. Partes: Adelino Bampi (investigado). Local: Caxias do Sul/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cruz Alta: 340) Processo n. IC.00754.00047/2014**: Objeto: apurar eventual dano ambiental ocorrido no dia 05 de abril de 2014, consistente em produzir poluição sonora através do abuso na utilização de aparelho de som automotivo. Investigado: Eliandro Fagundes da Silva. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim: 341) Processo n. IC.00762.00021/2014**: Objeto: apurar a supressão de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em estágio médio e avançado de regeneração, através de destoque em uma área de 0,31 hectare fora da área de preservação permanente (APP) com o auxílio de um trator de esteiras, sem licença



ambiental, fato constatado no dia 25 de novembro de 2013, na Linha Auxiliadora, Aratiba (RS), tendo como investigado Dirceu Isotton. 342) Processo n. IC.00762.00073/2014: Objeto: apurar a supressão de mata nativa em áreas diferentes de duas propriedades lindeiras, ocorrendo a abertura de uma estrada nas dimensões 142 metros de comprimento e 7,5 metros de largura, atingindo as espécimes de Coqueiro-Jeriva, Canela, Açoita-Cavalo, Vassourão, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 22 de abril de 2014, na Linha Paggi, interior do Município de Jacutinga (RS), tendo como investigados Elizeu Krebs, Joelcir Bonatti, Lauro Kossmann e Osmar Sokrezewski. 343) Processo n. IC.00762.00081/2014: Objeto: apurar o corte seletivo de 31 (trinta e uma) árvores nativas da espécie de Canela e a abertura de uma estrada de 74 (setenta e quatro) metros de comprimento por 03 (três) metros de largura, destruindo árvores de pequeno e médio porte, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 07 de maio de 2014, na Linha Três Pinheiros, interior do Município de Mariano Moro (RS), tendo como investigado Nédio Luis Sichoeki. 344) Processo n. IC.00762.00091/2014: Objeto: apurar o corte seletivo de árvores nativas da espécie Araucária Angustifólia, em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 21 de maio de 2014, na Linha Lajeado dos Porcos, interior do Município de Três Arroios (RS), tendo como investigados Guilherme Augusto Zanella e Madeireira Battisti Ltda. 345) Processo n. IC.00762.00099/2012: Objeto: apurar o corte seletivo de 06 (seis) árvores nativas (Angico e Açoita Cavalo), em área de preservação permanente, o corte de 01 (uma) árvore nativa fora de área de preservação permanente e a abertura de 190 (cento e noventa) metros de estrada, sem atingir as árvores nativas, em área de preservação permanente, fatos constatados no dia 04 de junho de 2012, na Linha 1º de Junho, em Aratiba (RS), tendo como investigado Dirceu José Arnhold. 346) Processo n. IC.00762.00154/2013: Objeto: apurar o destoque de mata nativa (supressão) do Bioma Mata Atlântica, em estágio avançado de regeneração natural, atingindo as espécies de Angico, Guabirola, Cedro, Açoita-Cavalo, entre outras, fato constatado no dia 15 de abril de 2013, na localidade da Linha Lambedor, interior do Município de Severiano de Almeida, tendo como investigado Dionei Antoniazzi. 347) Processo n. IC.00762.00155/2012: Objeto: apurar a supressão de vegetação nativa em formação, atingindo as espécies de Timbó, Vassoura, Canela, entre outras, em uma área de 2 (dois) hectares, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 08 de agosto de 2012, na Linha Santa Cruz, em Cruzaltense (RS), tendo como investigado Vicente Anibal Galeti. 348) Processo n. IC.00762.00177/2013: Objeto: apurar a supressão de árvores nativas mediante o corte raso e seletivo, na borda de um fragmento florestal em estágio médio e avançado de regeneração, totalizando 0,17 hectare e posterior uso de fogo na área, resultando em 12,90 metros estéreos de lenha em toretes de metros, fato constatado no dia 28 de junho de 2013, na Linha Vendrame, em Erechim (RS), tendo como investigado Diego Paulo Vendrame. 349) Processo n. IC.00762.00181/2013: Objeto: apurar o destoque de mata nativa, atingindo espécies do bioma mata atlântica, tais como Canela, Timbó, Vassouras, entre outras, em uma área de 0,54 hectare, em desconformidade com o Alvará de Supressão de Vegetação n. 027/2013, emitido pela Prefeitura Municipal de

Três Arroios, fato constatado no dia 29 de julho de 2013, na Linha Sanga Funda, em Três Arroios (RS), tendo como investigado Ari Favaretto. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Erechim: 350)** Processo n. IC.00763.00058/2017: Objeto: investigar a prática de irregularidades sanitárias pela empresa Pratomil Restaurantes Coletivos Ltda., de Erechim. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha: 351)** Processo n. IC.00766.00002/2010: Objeto: verificação da ocorrência de improbidade administrativa por parte da atual administração do Município de Estância Velha. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio: 352)** Processo n. IC.00768.00013/2017: Objeto: apurar a falta de médico clínico geral para atendimento na Unidade Básica de Saúde do Posto Caic, em Esteio, bem como a falta de limpeza do local. Requerente, Fabiana Alban Antunes dos Santos. Investigado: Município de Esteio. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela: 353)** Processo n. IC.00770.00036/2013: Objeto: apurar o descumprimento de exigências de PPCI e correções de instalações de prevenção e proteção contra incêndio pelo estabelecimento comercial Nelsi Maria Bruschi (nome fantasia Metalúrgica Pórtico). Local: RS 129, n. 755, Bairro Costão, Estrela/RS. Investigado: Metalúrgica Pórtico. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha: 354)** Processo n. IC.00771.00007/2015: Objeto: exercício de atividade potencialmente poluidora sem licença de operação (oficina de chapeação e mecânica). Investigado: Moisés de Lemos - Movicar Recuperadora de Veículos. Local: Bairro Bela Vista, Farroupilha. 355) Processo n. IC.00771.00039/2017: Objeto: apurar maus tratos contra cão. Investigado: Jandir Nadal. Local: Bairro 1º de Maio, Farroupilha. 356) Processo n. IC.00771.00060/2015: Objeto: investigar o exercício de atividade potencialmente poluidora (Chapeação e Pintura) sem licenciamento ambiental. Investigado: Mario Stempkowski. Local: Rua Santiago, 996, Bairro 1º de Maio, em Farroupilha/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de General Câmara: 357)** Processo n. IC.00778.00009/2016: Objeto: apurar eventual dano ambiental por construção em Área de Preservação Permanente. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Gravataí: 358)** Processo n. IC.00784.00017/2017: Objeto: verificar a situação do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e seus Familiares (SEAPI). 359) Processo n. IC.00784.00044/2017: Objeto: averiguar o atendimento às normas vigentes de acessibilidade no setor de hemodiálise e na entrada do Hospital Dom João Becker. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí: 360)** Processo n. IC.00783.00144/2017: Objeto: apurar a deficiência na prestação de atendimento médico pediátrico nas Unidades Básicas de Saúde e nos atendimentos pediátricos de urgência no Hospital Dom João Becker e PAM 24h. Investigado: Município de Gravataí. Local: Gravataí/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí: 361)** Processo n. IC.00794.00027/2017: Objeto: promover as providências necessárias à integração do ente municipal ao Sistema Nacional de Trânsito. Investigado: Município de Nova Ramada/RS. **Encaminhado por Designação Excepcional -**



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

Márcio Schlee Gomes: 362) Processo n. IC.00798.00023/2010: Objeto: poluição sonora e incômodos gerados a moradores vizinhos por Villa Porto Chopperia. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos:** 363) Processo n. IC.00800.00015/2014: Objeto: investigar o esgoto a céu aberto nas Ruas Tito Araújo, Antônio Carbone e Severinho Corrêa de Barros. Requerente: Luis Carmo Tasquetto Cassanta. Investigado: Município de Júlio de Castilhos. Local: Júlio de Castilhos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro:** 364) Processo n. IC.01175.00020/2013: Objeto: apurar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas e respectivo exercício do poder de polícia administrativo. Investigados: Município de São José do Sul, São José do Sul/RS. Corpo de Bombeiros, Av. Ernesto Popp, Bairro Timbaúva, Montenegro/RS. 365) Processo n. IC.01175.00053/2017: Objeto: apurar eventual omissão do Município de Pareci Novo em fixar normas sobre zoneamento urbano, ordenação e controle do uso do solo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai:** 366) Processo n. IC.00811.00001/2016: Objeto: dano ambiental. Poluição sonora, proveniente de funcionamento de empresa em área não industrial, com emissão de ruídos excessivos. Bem público, cedido pelo Município de Nonoai à empresa Tozzo Alimentos Ltda., localizado no Centro da Cidade. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 367) Processo n. PA.01336.00033/2016: Objeto: investigar possível planejamento para construção de empreendimento habitacional em área que se encontra localizada na planície de inundação. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório:** 368) Processo n. IC.01212.00003/2018: Objeto: Construção irregular em área de preservação permanente, na Estrada OS 10, Km 8, na localidade de Palmital, em Osório. Investigado: Cláudio Pires. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 369) Processo n. IC.00820.00014/2018: Objeto: prática de danos à flora - corte de árvores, localizado na Rua Manoel Thomas Resende, 281, nesta cidade, tendo como investigada Metilde Sichelero e como requerente 3º BABM. 370) Processo n. IC.00820.00055/2013: Objeto: prática de danos em área de preservação permanente - agressão à flora, localizada na RS 135, KM 03, interior, em Passo Fundo, tendo como investigado João Carlos Andretta. 371) Processo n. IC.00820.00075/2018: Objeto: danos a fauna - criação de animais sem autorização do órgão competente, na Rua INSP Serafim L de Mello, nesta cidade, próximo a Garagem Clube, tendo como Investigado Brinhol Garcia e como interessado Antonio Valentim Postalli. 372) Processo n. IC.00820.00133/2009: Objeto: corte de árvores/uso irregular de motosserra. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 373) Processo n. IC.00820.00244/2016: Objeto: apurar eventual irregularidade na não instalação da empresa FBF Pneus Ltda. no Município de Coxilha, conforme previsto na Lei 1.454/2013, bem como eventual tentativa de comercialização dos imóveis que foram vendidos a partir da Lei, inclusive os motivos de não ter ocorrido reversão dos bens ao erário.

Investigados: Município de Coxilha. Empresa FBF Pneus Ltda. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 374) Processo n. IC.00824.00141/2016: Objeto: exercício de atividade por estabelecimento de Estética e salão de beleza sem as devidas licenças. Local: Pelotas/RS. Investigada: Estética Lane Oliveira. 375) Processo n. IC.00824.00223/2017: Objeto: apurar suposta poluição sonora causada por cultos religiosos. Partes: Investigada: Igreja da Graça. Local: Pelotas/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Pelotas:** 376) Processo n. IC.01134.00032/2016: Objeto: investigar a correta destinação das verbas que correspondem ao FUNDEB no Município de Cristal/RS. 377) Processo n. PA.01134.00183/2016: Objeto: investigar a composição, formação e regular funcionamento do CACS no Município de Hulha Negra/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 378) Processo n. IC.00853.00026/2018: Objeto: procedimento de Ocorrência Ambiental - POA n. 105/1º BABM - Rio Grande/2018 - referente aos TCs 3550676, 3550677, 3550678, 3550679, 3550680, 3550681, 3550682, 3550683, 3550684, 3550685, 3550686, 3550687, 3550688, 3550797 e 3550798. 379) Processo n. IC.00853.00041/2016: Objeto: investigar legalidade e emissão de poluição sonora produzida por estabelecimento religioso. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito:** 380) Processo n. IC.00945.00054/2015: Objeto: apurar possíveis irregularidades na contratação e execução de obra de construção de pavilhão no Parque de Máquinas do Município de Pinhal. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ronda Alta:** 381) Processo n. IC.00946.00001/2015: Objeto: existência de empreendimento sem licença ambiental em área de preservação permanente. Investigado: Joaquim Nunes. Local: Rua Alberto dos Reis, ao lado do n. 480, Ronda Alta. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul:** 382) Processo n. IC.00856.00003/2016: Objeto: apurar eventual ocorrência de dano ambiental por parte do estabelecimento Madeireira Pribaza Ltda., uma vez que estaria funcionando sem licenciamento ambiental e sem cadastro florestal junto ao órgão competente. Parte: Madeireira Pribaza Ltda., de propriedade de Ariete Salete Bazanela. Local: Rosário do Sul/RS. 383) Processo n. IC.00856.00016/2016: Objeto: apurar eventual ocorrência de dano ambiental por estabelecimento potencialmente poluidor sem licenciamento ambiental pelo órgão competente. Parte: Luciano Iracet Guizolfi. Local: Rosário do Sul/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí:** 384) Processo n. IC.01129.00003/2013: Objeto: apurar fatos noticiados no Processo n. 2453-0200/07-1 consistentes em: excesso de despesas com pessoal, ultrapassando o limite previsto no artigo 20, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar Federal n. 101/2000; inscrição em Restos a Pagar em descumprimento ao disposto no artigo 1º, § 1º, da Lei n. 101/2000. Local: Município de Salto do Jacuí. Parte: Lindomar Elias. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva:** 385) Processo n. IC.00857.00026/2016: Objeto: apurar dano ambiental pela construção, ampliação irregular de um galpão com cancha de bocha medindo 20 metros de comprimento por 06 metros de largura, em área de preservação permanente, a 52 metros de



distância do Rio Forquilha, sem possuir licença do órgão ambiental competente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 386) Processo n. IC.00861.00025/2017: Objeto: apurar possível afronta ao Código de Defesa do Consumidor, Lei 8.078/1990, por induzimento a erro na promessa de desconto em combustível adquirido mediante o uso do aplicativo "abasteceaf". **Encaminhado por Designação Excepcional - Everton Luís Resmini Meneses:** 387) Processo n. IC.01234.00056/2016: Objeto: averiguar as possíveis infrações ambientais como criação de porcos sem licença de operação e fixo a céu aberto, cometidas pelo Sr. Leonel da Silva Villa, localizadas na Rua Vicente Ilha de Vargas, n. 2049, em Santana do Livramento. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento:** 388) Processo n. IC.01234.00013/2016: Objeto: apurar os fatos relativos à aquisição e instalação de Usina de Asfalto pelo Município de Santana do Livramento, quanto à adequação às normas ambientais, a fim de evitar riscos ao meio ambiente e à saúde pública. 389) Processo n. IC.01234.00048/2014: Objeto: apurar os fatos relativos às Leis Municipais n. 6.663/2014 e 6.732/2014, que se referem à área de implantação das lojas francas em Santana do Livramento. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa:** 390) Processo n. IC.00868.00005/2018: Objeto: apurar o funcionamento irregular de laboratório farmacêutico. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:** 391) Processo n. IC.00867.00015/2009: Objeto: possível utilização de água proveniente de poço tubular profundo sem a competente outorga do Departamento Estadual de Recursos Hídricos DRH, tendo por investigado o Condomínio Edifício Residencial Vilaggio Del Sole, localizado na Rua Minas Gerais, n. 228, Centro, em Santa Rosa/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago:** 392) Processo n. IC.01223.00026/2014: Objeto: apurar dano ambiental decorrente da utilização de veneno na lavoura de propriedade de João Pedro Libardi Zucolotto, situada na localidade de Rincão do Mamoneiro, em Capão do Cipó/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo:** 393) Processo n. IC.01132.00006/2012: Objeto: verificar o cumprimento da Lei Federal 11.738/2008 pelo Município de Chiapetta-RS. Local: Município de Chiapetta. Investigado: Município de Chiapetta. 394) Processo n. IC.01132.00018/2018: Objeto: averiguar a prestação do serviço de transporte escolar ofertado aos alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Buriti, do Município de Santo Ângelo, residentes nas localidades do interior do Município, notadamente os moradores da Linha Atafona, Linha Segatto, Ressaca da Atafona, Linha Sabino, São João do Buriti e outras. Local: Município de Santo Ângelo - RS. Investigado: Estado do Rio Grande do Sul e 14ª Coordenadoria Regional de Educação. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha:** 395) Processo n. IC.00875.00032/2015: Objeto: apurar o depósito de resíduos sólidos em desacordo com a Licença de Operação. 396) Processo n. IC.00875.00056/2015: Objeto: apurar a existência de fornos de carvão, para produção de carvão mineral, sem a devida licença ambiental na propriedade localizada na Linha Padre Vieira, n. 99, localidade

de Rio dos Sinos, no Município de Caraá, pertencente ao Sr. Pedro Pisoni. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 397) Processo n. IC.00876.00027/2011: Objeto: apurar a possível ausência/deficiência na atividade fiscalizatória do Poder Público Municipal no sentido de averiguar/reprimir o armazenamento e a comercialização de produtos de origem animal sem procedência e sem a devida inspeção sanitária. Investigado: Município de São Valério do Sul. Local: Município de São Valério do Sul. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Augusto:** 398) Processo n. IC.00876.00008/2013: Objeto: regularização das atividades de olaria de propriedade do investigado, a qual funciona sem licenciamento do órgão competente, em desrespeito a legislação vigente. Investigado: Joacir Vergílio de Miranda. Local: São Judas Tadeu, interior do município de Chiapetta/RS. 399) Processo n. IC.00876.00034/2015: Objeto: acompanhar a elaboração e implementação do Plano Municipal de Atendimento Sociopedagógico. Investigado: o Poder Executivo Municipal de Santo Augusto, na pessoa do Prefeito Municipal e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santo Augusto, na pessoa de seu Presidente. Local: Santo Augusto/RS. 400) Processo n. IC.00876.00036/2015: Objeto: acompanhar a elaboração e implementação do Plano Municipal de Atendimento Sociopedagógico. Investigado: Poder Executivo Municipal de Inhacorá, na pessoa da Prefeita Municipal e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Inhacorá, na pessoa de seu Presidente. Local: Inhacorá/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Borja:** 401) Processo n. IC.00878.00011/2015: Objeto: criação de porcos e cavalos em zona urbana. Local: Rua Cuba, 609, São Borja. Reclamada: Maria Mateus. Interessado: Arami Lafuente. 402) Processo n. IC.00878.00012/2015: Objeto: criação de galinhas em perímetro urbano que exalam odor, ruído e juntam uma grande quantidade de insetos. Local: Rua João Palmeiro, n. 2184 e 2134 (fundos), Maria do Carmo, São Borja. Interessado: Lidener Gampert. 403) Processo n. IC.00878.00078/2013: Objeto: poluição atmosférica. Local: Rua Roque Gonzales, S/N. Reclamado: Darci Wollmeister. Reclamante: Patram. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis:** 404) Processo n. IC.00881.00057/2005: Objeto: não informado. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 405) Processo n. IC.00882.00085/2014: Objeto: atividade de passeio a cavalo, no entorno do lago São Bernardo, sem expedição de alvará. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Gabriel:** 406) Processo n. IC.00883.00006/2013: Objeto: apurar funcionamento irregular de casa de acolhimento de jovens praticado pela Igreja Missionária Pentecostal Cristo Vive e pela Pastora Marine Cunha, no município de São Gabriel. 407) Processo n. IC.00884.00006/2016: Objeto: apurar irregularidade na estrutura física de prestação dos serviços pelo Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), investigado município de São Gabriel. **Encaminhado por Designação Excepcional - Diego Pessi:** 408) Processo n. IC.00889.00130/2014: Objeto: morte de 14 peixes em um açude por uso de algum tipo de secante na propriedade do vizinho. Local: Linha Vale do Paraíso - interior de São José do Ouro. Investigado: Ademir



Stanguerlin. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo:** 409) Processo n. IC.00891.00019/2016: Objeto: apurar o descumprimento de carga horária do servidor Cláudio Celso Hatje, bem como a suposta falsidade em orçamentos utilizados no exercício de sua atividade como Diretor de Escola. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim:** 410) Processo n. IC.00900.00046/2013: Objeto: investigar eventual dano ao meio ambiente, decorrente do recebimento e armazenagem de grãos em descumprimento das condições impostas na licença ambiental e na legislação protetiva respectiva, dando causa ao lançamento de material particulado para a atmosfera. Local: Erval Grande. Autor do fato: Cooperativa Tríticola de Erechim - 39 - Filial Erval Grande. 3375 1244. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul:** 411) Processo n. IC.00903.00021/2017: Objeto: apurar possíveis irregularidades ambientais no funcionamento de oficina mecânica localizada na Rua Ursa Maior, 489, Bairro Valdez, em Sapucaia do Sul (RS), constando como investigados Rodrigo Selau Hartmann, Júnior Selau Hartmann e Rodrigo Selau Hartmann – ME (RH Equipamentos Rodoviários). 412) Processo n. IC.00903.00036/2017: Objeto: apurar eventuais irregularidades no sistema de esgotamento sanitário nos Condomínios Porto de Nápolis e Porto de Alexandria, constando como investigados o Município de Sapucaia do Sul e MRV Engenharia e Participações S/A e como reclamante Guilherme Torres. **Encaminhado por Designação Excepcional - Daniel Soares Indrusiak:** 413) Processo n. IC.00910.00059/2009: Objeto: investigar a prática, em tese, de dano ambiental, consistente na manutenção de poço artesiano, no estabelecimento comercial, sem licença do órgão competente, na propriedade de Luis Renato Schranck, na Rua Adyles Peixoto, n. 1087, em Tapes. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 414) Processo n. IC.00915.00019/2017: Objeto: intervenções em área de preservação permanente na Rua Torres, beco n. 10, ao lado do n. 738, Bairro Courhasa, em Imbé. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Triunfo:** 415) Processo n. IC.00918.00001/2013: Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventuais deficiências na fiscalização dos estabelecimentos e eventos, públicos e privados, onde haja ou possa haver aglomeração de pessoas e respectivo exercício do poder de polícia administrativo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Uruguaiana:** 416) Processo n. IC.00921.00007/2014: Objeto: possíveis irregularidades consistentes na realização de educação física no primeiro horário do turno da tarde, logo após o almoço, colocando em risco a saúde dos alunos do ensino médio e fundamental, nas Escolas Municipais e Estaduais de Uruguaiana. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão:** 417) Processo n. IC.00930.00010/2017: Objeto: investigar dano à tutela coletiva dos consumidores com base no art.18, parágrafo sexto, da Lei 8.078/90 decorrente da armazenagem e comércio de medicamentos de procedência suspeita e vencidos, situado na Avenida Lisboa, n. 611, Jardim Lisboa, em Viamão/RS. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de

deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de março de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 17/2019

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 12 de março de 2019, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO BARROS SILVA** 01) Processo n. PR.00975.00008/2019-2: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01738.000.504/2018 – Objeto: com sigilo reservado. 02) Processo n. PR.00975.00009/2019-0: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01738.000.514/2018 – Objeto: com sigilo de informações pessoais. 03) Processo n. PR.00975.00801/2018-2: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01595.000.182/2018 – Objeto: denúncia acerca de transportes feitos com excesso e falta de proteção às cargas, na localidade de Ponte Andréas, por parte de empresas que prestam serviço para a RGS Engenharia (situada na RSC 287, km 111), trazendo cargas dos britadores pertencentes às empresas Eco Mineradora e Mineração Santa Cruz, gerando poluição ambiental (poeira) e danos às estradas. 04) Processo n. PR.00975.00815/2018-2: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01882.000.036/2016 – Objeto: sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Harmonia/RS denunciam a suposta ilegalidade da Lei 1226 de 01/07/2016 promulgada pelo prefeito Carlos Alberto Fink, a qual concede aumento dos subsídios dos executivo municipal. 05) Processo n. PR.00975.00816/2018-0: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01882.000.131/2016 – Objeto: sigiloso. 06) Processo n. PR.00975.00883/2018-0: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01413.000.750/2018 – Objeto: apurar suposta irregularidade no Concurso da Brigada Militar em relação à convocação de cotistas de forma diferente da que consta no edital. 07) Processo n. PR.00975.00903/2018-6: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01623.001.155/2018 – Objeto: Cópia do Acórdão 13706/2018 da Primeira Câmara do TCU, que no Processo de Representação TC 008.086/2014-1 trata de supostas irregularidades no contrato entre CGTEE e Cimentos del Plata S/A para fornecimento de cal virgem. 08) Processo n. PR.00975.00904/2018-4: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.00893.000.207/2018 – Objeto: prática de ato de improbidade por parte da Presidenta da Câmara dos Vereadores, a qual não teria sancionado a derrubada do veto do projeto de lei 012/2018 Escola Sem Partido. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO BANDEIRA PEREIRA** 09) Processo n. PR.00975.00218/2018-9: SIM - Indeferimento - Reexame Necessário - NF.01868.000.047/2018 – Objeto: referente a convênio de repasse de recursos federais para construção de uma Escola de Educação Infantil localizada nesse município. 10) Processo



n. PR.00975.00269/2018-2: SIM - Indeferimento - NF.02360.000.006/2018 - Objeto: apurar o descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, de liminar do TJRS, a qual impede o parcelamento de salários dos municipais. Desembargador apontou que números indicados pela Prefeitura indicaram arrecadação até três vezes maior do que a projeção da folha. 11) Processo n. PR.00975.00330/2018-2: SIM - Indeferimento - NF.01898.000.166/2017 - Objeto: relata fatos com relação ao concurso público que realizou no Município de Lagoa dos Três Cantos no ano de 2014. Está aguardando chamada, pois ficou dentro das vagas disponibilizadas e o concurso expira em março de 2018. Estão preenchendo as vagas com contratos emergenciais. 12) Processo n. PR.00975.00335/2018-1: Indeferimento - SIM - NF.02360.000.029/2018 - Objeto: apurar possíveis irregularidades quanto à desafetação de bens de valor histórico, pertencentes ao Estado do Rio Grande do Sul, mas sob os cuidados da Brigada Militar. 13) Processo n. PR.00975.00407/2018-8: SIM - Indeferimento - Reexame Necessário - NF.01812.000.230/2017 - Excertos do RD.01134.00169/2017. Objeto: alegada improbidade administrativa decorrente de eventual retrocesso nos índices do IDEB no Município de Piratini. 14) Processo n. PR.00975.00467/2018-2: SIM - Indeferimento - Reexame Necessário - NF.01802.000.632/2017 - Objeto: superfaturamento no transporte de universitários. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE** 15) Processo n. PR.00975.00844/2018-2: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01910.000.782/2018 - Objeto: trata-se de denúncia sobre possíveis irregularidades no Processo de Dispensa de Licitação n. 110/2017 na Prefeitura de Independência/RS. 16) Processo n. PR.00975.00859/2018-0: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01868.000.542/2018 - Objeto: com sigilo reservado. 17) Processo n. PR.00975.00884/2018-8: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01752.000.173/2018 - Objeto: com sigilo. **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES** 18) Processo n. PR.00975.00490/2018-4: SIM - Indeferimento - Reexame Necessário - NF.01623.000.642/2017 - Objeto: possíveis irregularidades verificadas na vistoria realizada pela Secretaria Municipal de Saúde, Equipe de Vigilância de Alimentos (EVA), nas dependências do Instituto Psiquiátrico Forense Dr. Maurício Cardoso - IPF. 19) Processo n. PR.00975.00500/2018-0: SIM - Indeferimento - Reexame Necessário - NF.01623.000.321/2018 - Objeto: apurar possíveis irregularidades praticadas pela FUNDATEC, organizadora do Concurso para os cargos de Escrivão e Inspetor da Polícia Civil RS, durante prova realizada no dia 25/02/2018, por descumprimento do tempo de aplicação da prova e negativa de registro na ata, no campus da ULBRA, sala 1940, prédio 01. 20) Processo n. PR.00975.00509/2017-3: SIM - Indeferimento - NF.01623.000.395/2017 - Objeto: possível alteração e tratamento desigual na fiscalização de registro do ponto eletrônico do Hospital Psiquiátrico São Pedro. 21) Processo n. PR.00975.00513/2018-3: SIM - Indeferimento - Reexame Necessário - Objeto: com sigilo solicitado. 22) Processo n. PR.00975.00535/2018-6: SIM - Indeferimento - Reexame - NF.01738.000.125/2017 - Objeto: irregularidades em procedimento licitatório do lixo em Casca/RS. 23) Processo n. PR.00975.00734/2018-5: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01766.000.501/2018 - Objeto: denúncia aquisição bombons (Centenário). 24)

Processo n. PR.00975.00832/2018-7: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01802.000.652/2018 - Objeto: denúncia enviada pela internet - Concurso para Psicopedagogo em Nova Bassano. 25) Processo n. PR.00975.00833/2018-5: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01800.000.127/2018 - Objeto: possíveis irregularidades ocorridas na licitação referente ao Parque Imigrante. 26) Processo n. PR.00975.00839/2018-2: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01900.000.208/2018 - Objeto: falta de iluminação pública em vários pontos do Município de Tapes, mesmo com a cobrança da taxa de iluminação pública. 27) Processo n. PR.00975.00841/2018-8: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01752.000.049/2018 - Formulário de atendimento SIAC (Internet). Objeto: denúncia enviada pela internet. 28) Processo n. PR.00975.00852/2018-5: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01688.000.715/2017 - Objeto: denúncia sobre favorecimento pessoal/nepotismo na Coordenadoria Regional de Educação de Três Passos. 29) Processo n. PR.00975.00855/2018-8: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.00766.000.050/2018 - Concurso de Estância Velha/ Professores Cargo Professor Educação Infantil. A Sra. Raquel Heredia tenciona a anulação de algumas questões pertinentes ao Concurso Público para o Cargo de professor realizado no Município de Estância Velha, pois a "Banca não informou ao certame que o documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC) seria exigido em concurso, peça anulação das questões 33, 35, 36, 37, 38 e 39. Embora, seja um documento de suma importância para a área da educação, ele ainda está sendo implementado, como explico em meu embasamento, e deveria estar listado como possível fonte de questões no edital. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO** 30) Processo n. PR.00975.00865/2018-7: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01894.000.378/2018 - Objeto: denúncia narrando suposta cobrança, por parte do prefeito, de valores relacionados aos vencimentos de servidores em cargos comissionados. 31) Processo n. PR.00975.00888/2018-9: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01623.000.323/2018 - Objeto: apurar possíveis irregularidades praticadas pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a utilização da Brigada Militar nos presídios, na função de agentes penitenciários, bem como o chamamento de aposentados, em detrimento aos aprovados no concurso da Superintendência dos Serviços Penitenciários - Susepe. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ** 32) Processo n. PR.00975.00732/2018-9: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01894.000.023/2018 - Objeto: decisão sobre sindicância 013 de 2017 da Susepe, envolvendo servidor Maurício Dalazen. 33) Processo n. PR.00975.00738/2018-6: SIM - Arquivamento NF - NF.01802.000.256/2017 - Objeto sigiloso. 34) Processo n. PR.00975.00741/2018-0: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01413.000.199/2018 - Objeto: apurar irregularidade na dispensa de licitação e contratação da Chronos Engenharia e Serviços Socioambiental, para serviços de podas pela Prefeitura de Porto Alegre. 35) Processo n. PR.00975.00751/2018-9: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01738.000.272/2018 - Objeto: denúncia de irregularidades na coleta de lixo em Nova Araçá. 36) Processo n. PR.00975.00784/2018-0: SIM - Arquivamento NF - Reexame - NF.01872.000.319/2018 - Objeto: denúncia enviada pela internet. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03)



dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de março de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 18/2019

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 12 de março de 2019, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE** 01) Processo n. PR.00975.00727/2018-9: SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01738.000.730/2017 – Objeto: denúncia sobre supostas irregularidades na Prefeitura de Nova Araçá - 08. **RELATOR: CONSELHEIRO UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES** 02) Processo n. PR.00975.00834/2018-3: SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01876.000.008/2018 – Objeto: denúncia enviada pela internet. 03) Processo n. PR.00975.00885/2018-5: SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01413.001.076/2018 – Objeto: sigiloso. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO** 04) Processo n. PR.00034.00161/2018-0: SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01623.001.063/2018 – Objeto: apurar suposta irregularidade havida na demissão sem justa causa de Sidinei Andrade da Silva, servidor da Sulgás, durante o período de estabilidade provisória eleitoral. 05) Processo n. PR.00975.00889/2018-7: SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01413.000.291/2018 – Objeto: segurado do IPE Saúde reclama da recente atualização do valor de contribuição dos segurados optantes do IPÊ Saúde. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ** 06) Processo n. PR.00975.00717/2018-0: SIM - Arquivamento de PAI - Recurso - PAI.00761.000.122/2017 - AT n. 00761.0086/2016 Objeto: instaurado para apurar situação de negligência de deficientes, Júlia e Daniela, a partir de denúncia do avô João Carlos Duarte. 07) Processo n. PR.00975.00720/2018-4: SIM - Arquivamento NF - Recurso - NF.01623.000.404/2018 – Objeto: sigilo reservado. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de março de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 19/2019

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 12 de março de 2019, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ** 01) Processo n. PR.00975.00761/2018-8: SIM - Declinação de Atribuição - IC.01898.000.008/2018 – Objeto: Ofício n. 193/2017 do Município de Colorado informando improbidade administrativa do antigo gestor Lírio Riva. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de março de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.

AVISO N. 20/2019

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 12 de março de 2019, ou nos 15 dias subsequentes, às 14h00min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos Objeto: **RELATOR: CONSELHEIRO CLÁUDIO BARROS SILVA: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 01) Processo n. 01631.002.456/2018 Objeto: possível produção e comercialização de combustíveis (Etanol Hidratado Comum) impróprio ao consumo no Município de Santana do Livramento/RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 02) Processo n. 01623.000.331/2017 Objeto: apurar possíveis irregularidades no tocante à existência de inúmeros processos judiciais nos quais é requerida indenização por desvio de função de Auxiliar de Enfermagem para Técnico de Enfermagem, contra o Município de Porto Alegre, supostamente causando prejuízo ao erário. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 03) Processo n. 01629.000.193/2018 Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística consistente no extravasamento de esgoto na Rua Arnaldo Ballve, 726, Jardim Itu Sabará, nesta capital. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande:** 04) Processo n. 01716.000.159/2018 Objeto: irregularidades em Empresa Sentinela Segurança Patrimonial, que oferece serviço de segurança privada. 05) Processo n. 01716.000.190/2017 Objeto: recebimento indevido de diárias. 06) Processo n. 01716.000.318/2017 Objeto: apurar violações a normas ambientais em razão do funcionamento irregular de diversas atividades no pátio da Secretaria de Obras do Município. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 4:** 07) Processo n.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

01646.000.546/2017 Objeto: apurar poluição ambiental decorrente do descumprimento das condicionantes da licença de operação pela empresa Transportes e Logística Geab Ltda. ME. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen:** 08) Processo n. 01690.000.379/2017 Objeto: irregularidade na concessão de licenças ambientais (LI n. 10/2014 e LO n. 112/2016). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos:** 09) Processo n. 01700.000.350/2017 Objeto: atuar junto ao Município para a adoção de procedimentos operacionais padrão em suas farmácias, a fim de evitar a entrega de medicamentos vencidos à população. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 10) Processo n. 01792.000.055/2018 Objeto: apurar condutas possivelmente ilícitas por parte de Instituições Bancárias do município com relação a clientes idosos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 11) Processo n. 01872.000.165/2017 Objeto: instalação de atividade potencialmente poluidora, bem como intervenção em APP, sem Licença expedida pelo Órgão Ambiental Competente. 12) Processo n. 01872.000.589/2017 Objeto: dano ambiental em decorrência do corte de vegetação nativa. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos:** 13) Processo n. 00917.000.204/2018 Objeto: chegou ao conhecimento desta Promotoria que os problemas existentes nas redes de água em Tiradentes do Sul estão ocorrendo em razão de fraude na licitação daquelas redes (principalmente Lajeado dos Índios e Lajeado Progresso). Que os materiais utilizados são de qualidade inferior. **RELATOR: CONSELHEIRO ARMANDO ANTÔNIO LOTTI: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 14) Processo n. 01631.001.663/2018 Objeto: apurar suposta cobrança abusiva de taxa para revisão de AP (avaliação presencial) nas hipóteses de provimento do recurso do aluno, na rede de ensino da LFG. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 15) Processo n. 01633.000.981/2016 Objeto: apurar aterramento em área de banhado Final da Rua D (lado do n. 180), Final da Rua Laguna (antiga Rua C), Lote em frente ao número 165 e na lateral do Lote 165, Bairro Hípica, nesta cidade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa:** 16) Processo n. 01736.000.174/2017 Objeto: cópias do IC.00745.00013/2014 visando apurar dano ambiental causado pela empresa Pavão Indústria de Máquinas Agrícolas, em razão do exercício de atividade industrial em APP sem a respectiva Licença de Operação. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Horizontina:** 17) Processo n. 01652.000.222/2017 Objeto: indícios de danos ao patrimônio público ocasionados por desvio de materiais adquiridos pela Secretaria Municipal de Esportes, Juventude e Lazer de Horizontina. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão:** 18) Processo n. 01698.000.681/2018 Objeto: referente ao Inquérito Civil n. 00798.00014/2016, instaurado para apurar a ocorrência de dano ambiental na extração de areia do Rio Jaguarão. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 19) Processo n. 01872.000.455/2017 Objeto: impedimento da regeneração natural com a supressão da vegetação nativa para uso

alternativo do solo realizando a conversão de campo nativo em lavoura, sem possuir licença do órgão ambiental competente na RS 476, s/n., Passo do Inferno, no Município de São Francisco de Paula/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Veranópolis:** 20) Processo n. 00929.000.231/2018 Objeto: comercialização de gêneros alimentícios em desconformidade com as normas sanitárias vigentes. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO BANDEIRA PEREIRA: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 21) Processo n. 01631.001.647/2018 Objeto: falta de condições de higiene e limpeza na churrascaria. Manipulação inadequada de alimentos. Instalações impróprias. 22) Processo n. 01631.001.688/2018 Objeto: laudo de análise de agrotóxicos de produto (cenoura) com resultado insatisfatório em relação aos agrotóxicos - presença de ingrediente ativo não autorizado. 23) Processo n. 01631.002.245/2018 Objeto: possível comercialização de produto impróprio ao consumo em Gravataí. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 24) Processo n. 01633.000.050/2015 Objeto: apurar ocorrência de danos ambientais, por meio da supressão de vegetação e deposição irregular de resíduos sólidos, na Rua dos Pescadores, n. 200, Bairro Arquipélago, nesta Cidade. 25) Processo n. 01633.000.371/2018 Objeto: averiguar perturbação sonora e disposição irregular de resíduos na Rua Manoel Vitorino, n. 448, Bairro Partenon. 26) Processo n. 01633.000.474/2016 Objeto: animais abandonados na Rua Cananéia, 177 (fundos), Bairro Vila Jardim, nesta Capital, em razão da internação psiquiátrica da idosa que os mantém. 27) Processo n. 01633.000.992/2018 Objeto: averiguar funcionamento da unidade de triagem Aterro Norte, localizado na Rua Sérgio J. Dieterich, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 28) Processo n. 00829.000.005/2016 Objeto: apurar eventuais irregularidades na licitação para execução de rampas de acessibilidade (rebaixo de calçadas) em logradouros do Município de Porto Alegre, bem como a realização de pagamentos em desacordo com o contrato. 29) Processo n. 01623.000.427/2018 Objeto: apurar possível irregularidade na construção de calçadas ao longo da margem da RS 118, trecho entre Sapucaia do Sul e Gravataí, por se tratar de locais ermos, causando desperdício de direito público. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 30) Processo n. 01304.000.915/2018 Objeto: investigar as condições estruturais e sanitárias do Hospital Divina Providência. 31) Processo n. 01625.000.284/2018 Objeto: relação das entidades com alvará vencido ou para vencer. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 32) Processo n. 01629.000.363/2017 Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual estacionamento irregular de "food truck" em via pública, na Av. João Pessoa, altura do n. 11, Centro Histórico, nesta Capital. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa:** 33) Processo n. 02378.000.513/2018 Objeto: averiguar a omissão do Município de Xangri-Lá na adoção de medidas concretas tendentes a solucionar problema de alagamento junto à Avenida Central, esquina com a Avenida Paraguassú (ponto de referência - antigo Hotel Redondo). **Encaminhado por Promotor de Justiça da**



Promotoria de Justiça de Casca: 34) Processo n. 01738.000.014/2017 Objeto: auto de Infração Florestal 6374-D - supressão de vegetação nativa em estágio médio de regeneração natural, pertencente ao Bioma Mata Atlântica, em duas áreas da propriedade, totalizando 0,8 hectares, sem autorização do órgão ambiental competente. 35) Processo n. 01738.000.050/2016 Objeto: prática de infração ambiental, consistente na supressão de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em estágios médio e avançado de regeneração natural, em área de 1,18 hectares, sendo 0,13 ha localizado em área de preservação permanente, descumprindo e extrapolando autorizações emitidas pelo Município de Casca. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Dom Pedrito:** 36) Processo n. 01750.000.126/2018 Objeto: apurar possível dano ambiental, consistente na atividade de fazer funcionar tornearia sem licença ou autorização da autoridade competente. 37) Processo n. 01750.000.281/2018 Objeto: apurar possível dano ambiental por fazer funcionar oficina e comércio de máquinas de agrícolas. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado:** 38) Processo n. 01754.000.026/2018 Objeto: apurar possível descumprimento de licença ambiental em comércio de produtos de agrotóxicos, no Município de Anta Gorda/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha:** 39) Processo n. 01646.000.059/2016 Objeto: trata-se de ofício encaminhado pela Câmara de Vereadores de Estância Velha, que traz documentação relativa a serviços contratados pela Prefeitura Municipal e que suscitam dúvidas quanto à licitude dos gastos e forma de contratação das empresas. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha:** 40) Processo n. 00771.000.153/2018 Objeto: canil clandestino. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Feliz:** 41) Processo n. 01445.000.164/2018 Objeto: apurar notícia de não prestação de informações à Câmara Municipal de Vereadores de Linha Nova, por parte da administração municipal daquele município. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Garibaldi:** 42) Processo n. 01762.000.227/2018 Objeto: poluição sonora e desvio de finalidade na operação do "Tinas Bar". **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá:** 43) Processo n. 01772.000.269/2017 Objeto: apurar o desvio/desaparecimento de máquinas de costura junto ao patrimônio do Município de Senador Salgado Filho, RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gramado:** 44) Processo n. 01774.000.226/2017 Objeto: meia entrada para estudantes no Museu de Cera de Gramado Dreamland. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba:** 45) Processo n. 00786.000.024/2018 Objeto: propositura de Termo de Ajustamento de Conduta para regularização da ILPI mantida por Edilene Pereira Leite. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado:** 46) Processo n. 01518.000.156/2018 Objeto: SEMA/Lajeado encaminha denúncia acerca de lançamento irregular de efluentes não tratados no Arroio do Engenho, por parte da empresa Mondial Veículos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Mostardas:** 47) Processo n. 01794.000.003/2016 Objeto: reservado. **Encaminhado por**

Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Não-me-toque: 48) Processo n. 01796.000.727/2018 Objeto: investigar possível ocorrência de dano ambiental em vegetação nativa, pertencente ao Bioma Mata Atlântica, mediante destruição de vegetação em diferentes estágios de desenvolvimento (inicial e médio), dentro e fora de área considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, em área rural situada na localidade de São José da Glória, interior do Município de Victor Graeff. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata:** 49) Processo n. 01802.000.149/2017 Objeto: apurar destruição ou danificação de vegetação em área de preservação permanente sem licença ou autorização junto ao órgão ambiental competente, praticada por Enio Dalla Costa na Linha Félix da Cunha, s/n., Município de Nova Bassano. 50) Processo n. 01802.000.285/2018 Objeto: venda de produtos falsificados no Município de Vista Alegre do Prata. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório:** 51) Processo n. 01538.000.054/2019 Objeto: alega que o Tidra Lanches (esquina da Avenida Brasil com Marçílio Dias), em Osório, está com música ao vivo extrapolando as normas de boa convivência. Normalmente, a música é colocada às 23h, sextas, sábados e vésperas de feriados. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé:** 52) Processo n. 01806.000.191/2017 Objeto: apurar dano ambiental e responsabilidades em face de extração irregular de arenito no município de Parobé. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar:** 53) Processo n. 01868.000.260/2018 Objeto: comercialização de leite sem inspeção sanitária animal no Mercado de Paula Luciane de Ávila Plá. 54) Processo n. 01868.000.261/2018 Objeto: comercialização de leite sem inspeção sanitária animal do Mercado Fofó. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha:** 55) Processo n. 01706.000.240/2018 Objeto: apurar funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor, extrativista de mineral, em desacordo com a licença obtida. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 56) Processo n. 01872.000.623/2018 Objeto: improbidade administrativa pelo não pagamento de precatórios pelo Município de Cambará do Sul conforme inciso II do art. 104 do ADCT da CF/88. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sepé:** 57) Processo n. 01884.000.433/2018 Objeto: acompanhar a conduta do Conselheiro Tutelar Adriano, de Vila Nova do Sul. E-mail oriundo do Conselho Tutelar de Vila Nova do Sul, encaminhando o Ofício 114/2018 - Ofício n. 114/2018, oriundo do Conselho Tutelar de Vila Nova do Sul, relatando uma eventual conduta negligente do Conselheiro Tutelar Adriano, o qual deixou de registrar e averiguar denúncia de adolescentes frequentando suposta casa de prostituição nesse município. Solicitando audiência com a Promotora de Justiça para esclarecimentos e pedido de providências acerca dos fatos narrados no referido ofício. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapejara:** 58) Processo n. 01587.000.148/2018 Objeto: apuração de eventual dano ambiental causado por Roberto Calegari, consistente em corte de vegetação nativa, sem licença do órgão ambiental competente, em sua propriedade sita na Capela Santa Terezinha, em Santa Cecília



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

do Sul. 59) Processo n. 01587.000.230/2017 Objeto: representação em relação à existência de optometrista exercendo atividade exclusiva de médico oftalmologista em Tapejara, bem como ocorrência de venda casada de artigos de visão como óculos e lentes de contato. **Encaminhado por Promotor de Justiça Substituto de Entrância Inicial - 10: 60) Processo n. 01900.000.316/2018** Objeto: investigar dano ambiental decorrente da manutenção de fornos de carvão em atividade sem licença ambiental, com dano à vegetação nativa e à APP. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres: 61) Processo n. 01591.000.700/2018** Objeto: peixaria Mallmann - Irregularidades Sanitárias. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí: 62) Processo n. 01593.000.333/2018** Objeto: denúncia referente o processo de dispensa de licitação 013/2018, Prefeitura Municipal de Tramandaí. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tupanciretã: 63) Processo n. 01916.000.265/2018** Objeto: apurar a existência de acampamentos irregulares no Bairro Jardim das Paineiras, causando mau-cheiro, sujeira e insegurança para os moradores, em Tupanciretã/RS. **RELATOR: CONSELHEIRO GILMAR POSSA MARONEZE: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre: 64) Processo n. 01631.002.206/2018** Objeto: práticas abusivas - Produtos impróprios - Higiene insatisfatória - Produção e/ou comercialização de produtos impróprios ao consumo na Padaria Peixoto/C. P. J. Padaria. 65) Processo n. 01631.002.485/2018 Objeto: apurar o fornecimento de produtos impróprios para o consumo quanto ao uso de agrotóxicos. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre: 66) Processo n. 01633.000.861/2017** Objeto: averiguar ocorrência de Poluição Sonora causada por casa de religião denominada "Centro de Umbanda Ogum Mege e Iemanjá e Exu Caveira-Pedreira de Xango" na Rua Edmundo Bastian, bairro Cristo Redentor, nesta Cidade. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre: 67) Processo n. 01623.000.141/2016** Objeto: deficiências no processo de análise de contas dos projetos culturais do Sistema Estadual Unificado de Apoio e Fomento às Atividades Culturais do Rio Grande do Sul - Pró-Cultura RS, as quais propiciam o desvio de recursos obtidos com incentivo fiscal, na forma da Lei Estadual n. 13.490/2010. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre: 68) Processo n. 01625.000.211/2018** Objeto: investigar possíveis irregularidades na ILPI Anderson Egres Araujo ME., nome fantasia "Doce Lar da Vovó", localizada na Av. Juca Batista, n. 460, Bairro Ipanema, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística: 69) Processo n. 01629.000.468/2018** Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística consistente na omissão do Município de Porto Alegre e dos loteadores em promover a regularização fundiária e urbanística do local conhecido como Condomínio Residencial Sol de Porto Alegre, localizado no Bairro Lajeado, nesta capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios: 70) Processo n. 01623.000.852/2018** Objeto: investigar possíveis irregularidades relacionadas a valores pagos a maior, a título de diárias de viagem, ao então Presidente da Companhia de Processamento de Dados do

Município de Porto Alegre-PROCEMPA, Sr. André Imar Kulcznski, nos termos do apontado no item 2.1 (do relatório do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul-TCE (fls. 40/42) que, ao examinar o Processo de Contas n.007158-0200/11-5, julgou irregulares as contas do referido atinentes ao exercício de 2011. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca: 71) Processo n. 01738.000.252/2018** Objeto: apurar infração ambiental consistente no vazamento, diretamente no solo, de efluentes líquidos e esgoto cloacal provenientes de sistema de saneamento (fossa séptica e sumidouro) de empreendimento que pratica atividade de fabricação de embutidos, com Licença de Operação concedida pelo Município de Casca. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Catuípe: 72) Processo n. 01764.000.043/2018** Objeto: provimento dos Cargos de Enfermeiro no Município de Catuípe. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado: 73) Processo n. 01754.000.427/2018** Objeto: denúncia enviada pela internet - monitoras de escola exercendo função de professora, bem como professoras contratadas, a despeito de concurso público vigente. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Feliz: 74) Processo n. 01445.000.151/2018** Objeto: auto de infração n. 002/2017 da Prefeitura Municipal de Feliz, gerado em desfavor de Selmira Mahs Gums, pela prática de supressão de vegetação nativa em área de aproximadamente 3800 metros quadrados, sendo que 2390 metros quadrados estão na APP do Rio Cai. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha: 75) Processo n. 01654.000.160/2016** Objeto: averiguar a regularização do estabelecimento denominado "Butecos do Negão", CNPJ 24.742.987/0001-88, em face de Alvará de Localização e eventual Licença de Operação. 76) Processo n. 01654.000.315/2017 Objeto: averiguar atividade de lavra de rocha - a céu aberto - com uso de explosivos, com britagem e com recuperação da área degradada, conforme LO n. 01443/2014-DL e LO n. 06931/2017. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão: 77) Processo n. 01698.000.484/2018** Objeto: apurar a observância das normas sanitárias e consumeristas nos estabelecimentos comerciais Restaurante e Padaria Vitória e Nono Restopub. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau: 78) Processo n. 01702.000.152/2018** Objeto: investigar e proceder à tomada de providências tendo como contexto o corte de vegetação rasa em área de 7.000m², sem licenciamento do órgão municipal competente, apurado no Processo Administrativo referente ao Auto de Infração n. 189/2018, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Meio Ambiente de Marau. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata: 79) Processo n. 00813.000.286/2017** Objeto: crime Ambiental sob autoria do Sr. Oscar José Tramontina, visto exercer atividade potencialmente poluidora, sem licença de operação do órgão ambiental competente, infringindo o art. 60 da Lei 9.605/98 - Lei de Crimes Ambientais,. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório: 80) Processo n. 01538.000.254/2018** Objeto: apurar constatação de construção irregular sem licença ambiental, realizada em Área de Preservação Permanente, às margens do Arroio Conceição, na Rua Firmiano Osório, n. 49, Bairro Caiu do



Céu, em Osório/RS, em tese de propriedade de Anderson Uillian dos Santos Silva. 81) Processo n. 01538.000.393/2018 Objeto: verificação do valor histórico cultural do prédio Hotel Amaral. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Piratini:** 82) Processo n. 01812.000.573/2018 Objeto: apurar a prática de dano ambiental no Rincão dos Ávilas, nesta cidade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões:** 83) Processo n. 02383.000.568/2017 Objeto: averiguar possível dano ambiental decorrente do armazenamento irregular de agrotóxicos, embalagens vazias e tanque de combustível. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul:** 84) Processo n. 01876.000.048/2017 Objeto: trata-se de procedimento instaurado a partir do AT.00893.00008/2012, a fim de apurar possível poluição sonora causada pelos eventos realizados no Galpão Crioulo da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera** Objeto: 85) Processo n. 00909.000.051/2017 Objeto: relatou o denunciante o pagamento em duplicidade da funcionária pública Edite Inês Desconsi, cedida pelo Estado do Rio Grande do Sul, cumulando remuneração do Estado e do Município. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 86) Processo n. 01593.000.156/2018 Objeto: ocupação de dois cargos públicos - cópia do RD.00915.00545/2016 - Imbé. 87) Processo n. 01593.000.200/2018 Objeto: classificação de sigilo reservado. 88) Processo n. 01593.000.330/2018 Objeto: denúncia Ref. Prefeitura Municipal de Imbé - Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Imbé (ASCAMARI). 89) Processo n. 01593.000.396/2018 Objeto: descumprimento de licença de operação, manter em depósito, comercializar pescado beneficiado sem procedência e manter em depósito peixes de pesca proibida, por parte da empresa Maria Aparecida Cardoso de Oliveira ME (Peixaria Mar & Cia), endereço Av. Flores da Cunha, 7044, Zona Nova Sul, em Tramandaí. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tucunduva:** 90) Processo n. 01914.000.105/2017 Objeto: apurar eventuais irregularidades decorrentes da construção de obra em área de preservação permanente na Rua Dante Varaschin, 591, no Município de Tucunduva. **RELATOR: CONSELHEIRO ROBERTO VARALO INÁCIO: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 91) Processo n. 00833.000.053/2018 Objeto: apurar poluição sonora e atmosférica causadas pela oficina mecânica "Luiz Clóvis Camargo Salib-ME" (nome fantasia Objeto: Tipo Veículos), na Rua Monteiro Lobato, n. 364, Bairro Partenon, nesta Cidade. 92) Processo n. 01633.000.858/2016 Objeto: denúncia do estabelecimento Radiadores Rodrigues, localizado na Av. Brasil 377, nesta cidade. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 93) Processo n. 00829.000.038/2017 Objeto: investigar possível irregularidade na participação da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre no rateio do pagamento dos serviços prestados pela Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa) aos órgãos da Administração Direta Municipal, em percentual fixo, sem levar em consideração o trabalho efetivamente realizado na área da saúde. 94) Processo n. 01623.000.667/2017 Objeto:

ineficiência administrativa na condução da obra da penitenciária de Guaíba. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre:** 95) Processo n. 01625.000.203/2018 Objeto: averiguar irregularidades na ILPI Gerontologia Nossa Senhora Aparecida Ltda., apontadas pela CGVS/SMS nas Notificações n. 20750 e 23851 (evento 03), bem como pela PJDDH nas visitas realizadas em 2017 (evento 03 e 2018 (evento 24). **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Canguçu:** 96) Processo n. 01734.000.313/2018 Objeto: investigar as causas para ausência de repasses do poder público (Estado do Rio Grande do Sul) ao Hospital de Caridade de Canguçu e consequente suspensão do atendimento à população pelo nosocômio. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Estância Velha:** 97) Processo n. 01646.000.372/2018 Objeto: trata-se de e-mail encaminhado pelo Sr. Luís Airon Oliveira Rodrigues dando conta de possíveis irregularidades na realização da prova física do concurso de Guarda Municipal de Estância Velha. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 98) Processo n. 01654.000.079/2017 Objeto: apurar eventual situação de poluição sonora decorrente de compressor situado na parte externa do estabelecimento Restaurante Nossa Casa, situado na Rua 1º de Junho, 45, Centro, Igrejinha. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo:** 99) Processo n. 01824.000.188/2017 Objeto: estabelecimento de gás José Salvador Guterres de Oliveira. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera:** 100) Processo n. 01898.000.158/2018 Objeto: encaminhamento de Portaria n. 664/2017 e Processo Administrativo Disciplinar (Portaria n. 742/2017) envolvendo os Motoristas da Secretaria Municipal de Saúde. 101) Processo n. 01898.000.492/2018 Objeto: relata de endereços e proprietários de residências no Município de Tapera que lançam dejetos em via pública, pátio, ou apresentam condução irregular de esgoto para sistema pluvial. 102) Processo n. 01898.000.637/2017 Objeto: cópia do Inquérito Policial n. 136/2.17.0000946-0 cujo objeto consiste em investigar a prática de crime de peculato cometido por funcionário público. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 103) Processo n. 01591.000.365/2018 Objeto: construção de estabelecimento comercial em APP sem licença ambiental, na Av. Castelo Branco, 1790, Engenho Velho, Torres/RS. **RELATOR: CONSELHEIRO SILVIO MIRANDA MUNHOZ: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 104) Processo n. 01631.001.395/2018 Objeto: prática abusiva - Prescrição de medicação não aprovada - Clínica de planejamento familiar. 105) Processo n. 01631.001.665/2018 Objeto: prática abusiva - Acesso a banco de dados não autorizado - Conhecimento privilegiado de informações de clientes por parte de terceira empresa posteriormente à assinatura de "combo" com a NET. Solicitação de dados do cartão de crédito para efetuar cobrança, o que foi feito. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre:** 106) Processo n. 01633.000.313/2018 Objeto: apurar situação de gatos em residência localizada na Rua Itaboraí, n. 1120-fundos, Bairro Jardim Botânico, nesta Cidade. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da**



Ordem Urbanística: 107) Processo n. 01629.000.309/2017 Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão do rompimento de adutora de esgoto, com danos ao passeio público, na Av. Assis Brasil, altura do n. 3411, Bairro Cristo Redentor, nesta Capital. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado:** 108) Processo n. 01754.000.536/2018 Objeto: apurar possível atividade potencialmente poluidora de atividade em desacordo com a licença obtida e lançamento de dejetos diretamente ao solo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela:** 109) Processo n. 01608.000.119/2018 Objeto: investigar irregularidades de segurança na Boate Vermelho. 110) Processo n. 01608.000.120/2018 Objeto: investigar irregularidades de segurança contra incêndio no estabelecimento Boate Coliseu. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 111) Processo n. 01654.000.100/2017 Objeto: apurar eventual crime ambiental, decorrente de vegetação nativa e uso de motosserra, sem Licença Ambiental. 112) Processo n. 01654.000.158/2017 Objeto: apurar eventual venda irregular de fração ideal de área rural. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão:** 113) Processo n. 01698.000.507/2018 Objeto: acompanhamento da regularização, perante o GSVG, de empresas de vigilância não armada na Comarca de Pelotas. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos:** 114) Processo n. 01700.000.469/2017 Objeto: verificar as seguintes e supostas irregularidades no CAPS de Júlio de Castilhos: Coordenadora sem qualificação para ocupar o cargo; tratamento inadequado aos usuários dos serviços. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha:** 115) Processo n. 01792.000.246/2018 Objeto: monitoramento da qualidade da água para consumo humano em localidades do município de Lagoa Vermelha/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé:** 116) Processo n. 01806.000.133/2017 Objeto: apurar possível poluição decorrente de descarte irregular de resíduos industriais na cidade de Parobé/RS, conforme comunicação de ocorrência n. 223/030/MAR/2017 - Patrulha Ambiental. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul:** 117) Processo n. 01704.000.160/2018 Objeto: RD.00856.00028/2018 para instauração de IC a fim de apurar eventual dano ambiental decorrente de poluição sonora no estabelecimento comercial Pura Gula, tendo como investigado José Carlos Santos da Silva. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva:** 118) Processo n. 01864.000.018/2018 Objeto: poluição e atividade potencialmente poluidora sem licença, gerando danos ao meio ambiente. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Torres:** 119) Processo n. 01591.000.180/2018 Objeto: construção de açudes, criação de peixes exóticos, sem licença ou autorização ou autorização dos órgãos ambientais competentes. **RELATORA: CONSELHEIRA DIRCE CARVALHO SOLER: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 120) Processo n. 01631.001.429/2017 Objeto: deficiências na prestação de serviços na linha São Borja x Santa Maria da Expresso São Pedro (ônibus quebrados e atrasos). 121) Processo n. 01631.002.246/2018 Objeto: possível

comercialização de produto impróprio ao consumo em Gravataí. 122) Processo n. 01631.002.288/2018 Objeto: irregularidades na comercialização de aguardente de cana. 123) Processo n. 01631.002.349/2018 Objeto: possíveis danos aos consumidores provenientes de práticas que comprometem a segurança sanitária dos alimentos, colocando em risco a saúde de seus consumidores, bem como o procedimento de dificultar a realização de fiscalizações por parte dos órgãos dotados do poder de polícia. 124) Processo n. 01631.002.500/2018 Objeto: prática abusiva - Irregularidades no funcionamento da Drograria Wenscemed - Remessa de notícia pelo CRF/RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre:** 125) Processo n. 01623.000.040/2018 Objeto: classificação de sigilo reservado. 126) Processo n. 01623.000.357/2017 Objeto: apurar possível inércia da Secretaria da Administração e Recursos Humanos em atender às solicitações do Tribunal de Contas do Estado o que ocasionou longo período de percepção irregular de proventos de aposentadoria por servidora. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística:** 127) Processo n. 01631.000.251/2018 Objeto: investigar potencial infração à ordem urbanística em razão da ausência de Alvará de PPCI e eventual infração às normas de segurança no armazenamento de recipientes transportáveis de GLP pelo estabelecimento "Já Gás" (Liliane Schuch dos Santos - ME), localizado na Av. Tramandaí, 851, Bairro Ipanema, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre - Combate Aos Crimes Licitatórios:** 128) Processo n. 02360.000.171/2018 Objeto: apurar possível irregularidade no DETRAN/RS, no que diz respeito à prática da imposição, pela Divisão de Recursos Humanos, de desvio de função dos Analistas de Sistemas lotados na Autarquia. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Antônio Prado:** 129) Processo n. 01710.000.218/2017 Objeto: recomposição de dano ambiental de supressão de vegetação fora dos limites previstos em Licença de Instalação, fora de APP, comunicado através do Ofício 577/1º Pel/2ª Cia/3BABM e Boletim de Ocorrência Ambiental 112/179, BP/COP 3554464. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arroio Grande:** 130) Processo n. 01716.000.358/2018 Objeto: exercício ilegal de profissão. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro:** 131) Processo n. 01722.000.080/2017 Objeto: apurar a existência de fraude na administração de recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde, consistente no lançamento irregular de dados relativos ao SNCES e relativos à produção da Atenção Básica (Sistema de Informação em Saúde para a atenção básica), no ano de 2017. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca:** 132) Processo n. 01738.000.503/2017 Objeto: infrações de natureza ambiental, consistentes em: a) intervenções irregulares em áreas de preservação permanente; b) danificar vegetação nativa de especial preservação (araucárias); c) deixar de cumprir compensação ambiental determinada por lei, na forma e no prazo exigido pela autoridade ambiental, tudo conforme Relatório de Fiscalização n. 60/2017-GERSER e Auto de Infração n. 399/2017-GERSER, ambos da FEPAM. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela:** 133) Processo n.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

01608.000.020/2018 Objeto: investigar a realização de um aterro em APP, perto do Arroio Estrela, próximo à ponte alta, ao lado do prédio n. 4, sem o Licenciamento Ambiental. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Flores da Cunha:** 134) Processo n. 01760.000.250/2018 Objeto: degradação Ambiental por Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP e Corte / Aterro de Vegetação e Corte de Araucaria Angustifolia. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gaurama:** 135) Processo n. 01766.000.407/2017 Objeto: apurar eventual poluição de córrego, consistente no lançamento de resíduos líquidos e sólidos (lodo decorrentes do processo de tratamento de água realizado pela CORSAN). **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Giruá:** 136) Processo n. 01772.000.326/2017 Objeto: fiscalização e adoção de medidas para regularização e, não havendo esta, suspensão das atividades do Centro de Reabilitação a Boa Semente, CNPJ n. 08.763.457/0001-60, situada na Rua Padre Dionísio Basso, 2506, Bairro Hortêncio, Giruá/RS, tendo como presidente Daniel Jardim Nunes. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Guaíba:** 137) Processo n. 00786.000.030/2018 Objeto: edital Concurso de Projetos 01/2018 - SAMU. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões:** 138) Processo n. 01778.000.226/2018 Objeto: apurar descarte irregular de resíduos sólidos, por parte da Prefeitura Municipal de Guarani das Missões/RS, na Linha Rio Branco. 139) Processo n. 01778.000.231/2018 Objeto: apurar possível destruição de vegetação em estágio inicial e médio de regeneração, por Marcos Albino Malinowski, na Linha Harmonia Norte, interior, Guarani das Missões/RS. 140) Processo n. 01778.000.821/2017 Objeto: apurar possíveis construções (moradias) em área de APP, em lotes da Rua Santo Izidro (Quadra 108), em Guarani das Missões/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha:** 141) Processo n. 01654.000.003/2017 Objeto: verificar a execução do projeto de área degradada por supressão de vegetação exótica em área de preservação permanente autorizada pelo órgão competente, na RS 115, km 14, em Igrejinha/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão:** 142) Processo n. 01698.000.051/2016 Objeto: ocorrência de crime ambiental, 2213/2016, registrado na Delegacia de Polícia de Jaguarão em 16/09/2016. 143) Processo n. 01698.000.335/2017 Objeto: Sr. Gersom Pereira estaria comercializando embutidos sem a devida autorização. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Petrópolis:** 144) Processo n. 01800.000.037/2016 Objeto: apurar extração mineral irregular (dano ambiental). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Prata:** 145) Processo n. 01802.000.253/2017 Objeto: falta de PPCI na Boate Show Bar das Coleguinhas. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Panambi:** 146) Processo n. 01686.000.250/2018 Objeto: informações sobre festa "CUBA" realizada no Clube Ventinho, com possível consumo de bebidas alcoólicas por menores. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Parobé:** 147) Processo n. 01806.000.462/2017 Objeto: apurar possível poluição sonora gerada pelo estabelecimento "Encontros Bar", na cidade de Parobé/RS. **Encaminhado por Promotor de**

Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito: 148) Processo n. 01826.000.002/2017 Objeto: apurar eventual irregularidade na manutenção das pontes localizadas no trajeto entre Rodeio Bonito e Ametista do Sul. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa:** 149) Processo n. 01524.000.167/2018 Objeto: instar o estabelecimento investigado a adequar suas condições sanitárias, não comercializar produtos impróprios para o consumo humano e não funcionar em desacordo com as licenças dos órgãos competentes. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar:** 150) Processo n. 01868.000.726/2018 Objeto: referente ao Processo n. 063/1.15.0000358-8, que trata sobre a Sra. Ana Paula. Omissão do Município do Chui no atendimento ao programa de habitação social a cidadã Ana Paula Sena Gomes. 151) Processo n. 01868.000.741/2018 Objeto: apurar a prática de possível ilegalidade na promoção pessoal do Prefeito, Wellington Bacelo, ao utilizar o seu próprio nome na página oficial da Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar, na rede social denominada "facebook". **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 152) Processo n. 01872.000.480/2017 Objeto: supressão de campo nativo para uso alternativo do solo. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte:** 153) Processo n. 01583.000.093/2017 Objeto: apurar possível dano ambiental decorrente de construção de barragem, sem licença ambiental, em APP. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Cai:** 154) Processo n. 01882.000.027/2016 Objeto: apurar a venda irregular de terras e realização de loteamento irregular. **Encaminhado por Designação Excepcional - Rogério Fava Santos:** 155) Processo n. 01904.000.043/2018 Objeto: cópia do Termo de Declarações oriundo do expediente 01904.000.010/2018, para apurar os fatos relativos a possível combinação de preços entre os postos de gasolina do Município de Miraguá. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos:** 156) Processo n. 01912.000.370/2017 Objeto: relato de participante de licitações para fornecimento de medicamentos para o município, sem nunca lograr êxito em vencer o certame, mesmo que a licitação, na modalidade pregão, seja realizada por remédio. Em razão disso, fez algumas diligências na prefeitura, solicitou esclarecimentos a respeito do preço praticado pela concorrente, mas nunca obteve êxito em receber uma resposta. Na última licitação (n.011/2017 - pregão presencial n. 004/2017), os fatos se repetiram, tendo a concorrente (Farmácia Nova Farma) apresentado preços impraticáveis no comércio, com até 75% de desconto. Refere que a licitação prevê a apresentação de preços para genérico, similar e ético (de marca), sendo que quase todos os remédios apresentados pela farmácia, na prestação de contas, são medicamentos éticos (mais caros) e desconfiam que as pessoas recebem medicamentos genéricos e similares. Isso porque nas notas fiscais da farmácia não aparece o código de barras de produto, constando apenas um código interno. Ressalta que esses fatos podem estar acontecendo, pois está havendo descumprimento da cláusula 10 do edital (que supostamente prevê que a entrega dos remédios deve acontecer na prefeitura). Na prática, os munícipes vão buscar os medicamentos na farmácia, o que impede a aferição entre



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 06 de março de 2019.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2564

produto entregue e produto relacionado na prestação de contas à prefeitura. Destaca que o objetivo da licitação é praticar os menores valores, dando-se preferência para medicamentos genéricos, mas a farmácia vende, em sua grande maioria, medicamentos éticos (de marca). Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de março de 2019.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora.